



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSÍVEIS  
CONEXÕES**

**ANDERSON DE ARAUJO REIS**

**SÃO CRISTÓVÃO - SE  
DEZEMBRO 2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSÍVEIS  
CONEXÕES**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe, como parte integrante dos requisitos para obtenção de título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Inêz Oliveira Araujo.

**SÃO CRISTÓVÃO - SE**  
**DEZEMBRO 2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ANDERSON DE ARAUJO REIS**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSÍVEIS  
CONEXÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

**Aprovada em:** 13 de dezembro de 2016

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Inêz Oliveira Araujo (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Santana  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Lopes Folena Araújo  
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cácia Santos Souza  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

SÃO CRISTOVÃO – SE  
2016

Dedico esta pesquisa ao Pai consciência, inteligência universal, à Mãe consciência, símbolo do amor universal. Forças impessoais poderosas, instrumentos de energia criativa, realidade do “ser”. Elas estão em toda parte e em todas as coisas.

## AGRADECIMENTOS

"... se tentares viver de amor perceberás que, aqui na terra, convém fazeres a tua parte. A outra, não sabes nunca se virá, e não é necessário que venha. Por vezes, ficarás desiludido, porém jamais perderás a coragem, se te convenceres de que, no amor, o que vale é amar..."

Chiara Lubich

A toda ancestralidade, sem vocês, não seria permitido tantas experiências.

Aos meus pais dessa existência André e Terezinha, forças geradores desta caminhada, ponto de partida do despertar.

Danilo Mota, amor incondicional, união que faz a força. Fé que direciona o nosso caminhar. A você todo amor e gratidão.

A família Água de Aruanda, força empreendedora originada do ventre da mãe terra, impulsionadora no ressignificar de nossa percepção e maneira de pensar. Gratidão!

A estimada orientadora, professora Maria Inêz, fonte de abertura e simplicidade no acolher. Minha gratidão por acreditar nas possibilidades e potencialidade do ser humano.

Aos gestores e professores da Escola Estadual Professora Miriam de Oliveira Santos Melo, a acolhida de vocês ficará sempre em memória. Suas contribuições foram o ápice da compreensão de que a ESCOLA é, acima de tudo, espaço democrático e transformador dos sujeitos que vivem às margens da exclusão. Minha profunda Gratidão.

Thyago Avelino e Fábio Dantas, gratidão. A realização de todas as nossas obras é o amor. Este é o nosso fim, rumo a esta meta estamos caminhando. Quando chegarmos lá encontraremos o nosso lar.

Kátia Regina, o direcionamento desta caminhada partiu de você. Gratidão pelo despertar e amizade.

Lisane Teixeira. Fica sempre um pouco de perfume nas mãos que oferecem flores. Sua amizade e auxílios foram importantes. Gratidão

Ana Cláudia, Camila e Cledja. A amizade não se alimenta do útil. Alimenta-se do que vimos, tocamos, escutamos, pensamos, usufruímos e sofremos. Nada que sirva... Gratidão pela construção sólida daquilo que chamamos de amizade.

A Divisão de Educação Especial, porta de entrada para o contato direto ao universo da Pessoa com Deficiência.

Ao Serviço de Educação em Direitos Humanos da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe.

A professora Josevanda Mendonça Franco. Aquilo que gerados para ti, já perdeste. Aquilo que dás, será teu para sempre. Grato pela amizade.

A Pedro Santana e Moisés Bodani. Gratidão pelo companheirismo profissional.

A Fausto Joaquim e Telma Machado. Fontes de superação, seres humanos ímpares. Minha gratidão por presentear-me a teia da vida e o universo sistêmico. Gratidão.

Ao GEPEASE, Sala Verde e NUPIEPED, pelas contribuições e despertar. Sempre grato.

Gratidão às Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Campelo, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Folena e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cácia pelas significativas contribuições para a consolidação desta pesquisa.

A todos professores do PPGED/UFS. Todos os ensinamentos e reflexões foram importantes nessa construção.

A secretaria do PPGED pelo apoio durante todo o processo de construção dessa dissertação. Vosso trabalho é essencial.

Ela é uma cabocla de pele bem morena, ela se chama Jurema, cabocla do Amor. Ela vive nas matas, voa como um beija flor. Ela se chama Jurema cabocla do amor.

Gratidão.

O conhecimento é a base de uma Fé racionalizada.  
Permitam-se conhecer, permitam-se conhecer vários  
escritos, várias falas, várias pessoas sem  
preconceitos, sem julgamentos, porque todos são  
capazes.

Mensageiro de Orion

Aprender é transformar.

Paulo Freire

## RESUMO

A presente pesquisa objetivou compreender em que medida o processo pedagógico viabiliza as conexões entre a Educação Ambiental - EA e a Educação Inclusiva - EI sob a perspectiva dos professores e gestores. Neste sentido, buscou-se analisar as aproximações possíveis entre a EA e EI, tendo como base o Projeto Político Pedagógico; identificar como as questões ambientais e inclusivas estão inseridas nas práticas pedagógicas a partir das falas dos gestores e professores; identificar concepções de Educação Ambiental e Educação Inclusiva desenvolvidas pela escola; e verificar os efeitos da formação continuada no processo pedagógico. A pesquisa tem caráter exploratório e abordagem qualitativa por meio do Estudo de Caso. Foi realizada análise do projeto político pedagógico da Escola Estadual Professora Miriam de Oliveira Santos Melo, questionário aberto direcionado a onze professores e gestores e grupo focal com sete profissionais que responderam anteriormente aos questionários. Como resultado da pesquisa, foi identificado que a Escola contempla a EA e a EI, as quais viabiliza o desenvolvimento integral dos alunos nos seus diferentes aspectos, construindo coletivamente uma escola com perspectivas inclusiva, participativa, autônoma e crítica. As concepções dos docentes e gestores sobre as áreas pesquisadas versam como Educação subjetiva, os quais seus pressupostos e objetivos estão voltados para a valorização das diferentes formas de conhecimento, estimulam à solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos e, conseqüentemente, aceitação das diferenças. Discute-se ainda, a necessidade da formação continuada nas áreas de EA e EI. Neste sentido, se evidenciou que os pressupostos da EA na Escola em questão podem auxiliar no processo de inclusão da Pessoa com Deficiência. No entanto, apesar da EA e a EI estarem presentes nos processos pedagógicos da Escola Estadual Professora Miriam de Oliveira Santos Melo, os docentes até o momento da pesquisa não relacionavam as duas áreas educacionais como fundamentais no processo de inclusão do aluno com deficiência no âmbito escolar.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação. Educação Ambiental. Educação Inclusiva. Formação de Professor.



## ABSTRACT

This research aimed to understand to what extent the educational process enables connections between Environmental Education - EE and Inclusive Education – IE from the perspective of teachers and education managers. Thus, we sought to examine possible links between the EE and IE based on the Pedagogical Political Project; Identify how environmental and inclusive issues are embedded in pedagogical practices from the speeches of the education managers and teachers; identify conceptions of Environmental Education and Inclusive Education developed by the school; and verify the effects of continuing education in the educational process. The research had an exploratory character and qualitative approach through case study. As methodological procedure to analyzing the political pedagogical project of the State School Teacher Miriam de Oliveira Santos Melo it was used open questionnaire directed to eleven teachers and managers and focus group with seven professionals who have previously answered to the questionnaires. As a result of the research, it was identified that the PPP contemplate at EE and IE which enables the comprehensive development of students in its different aspects, collectively building a school with inclusive, participatory, autonomous and critical perspective. The conception of the teachers and education managers of the researched field allude to subjective education, which their assumptions and goals are focused on the appreciation of different forms of knowledge, stimulate solidarity, equality and respect for human rights, therefore, acceptance of differences. It is also discussed the need for continuing education in the areas of EE and IE. In this sense, it became clear that the assumptions of the EE in the school where the research took place may assist in the process of inclusion of Persons with Disabilities. However, despite EE and IE be present in the pedagogical processes of the Escola Estadual Professora Miriam de Oliveira Santos Melo, until the moment of the research, the teachers did not relate the two educational areas as fundamental in the process of inclusion of students with disabilities in the school context.

**Keywords:** Education. Environmental Education. Inclusive Education. Teacher Training.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Representação da Educação Ambiental e da Educação Inclusiva como princípio da transformação social.	56
<b>Figura 2</b>	Possíveis conexões e interligações da Educação Ambiental e Educação Inclusiva.	58
<b>Figura 3</b>	Representação do pensar sobre a sustentabilidade.	60
<b>Figura 4</b>	O significado do Projeto Político Pedagógico, a partir dos professores e gestores da Escola Estadual Professora Miriam de Oliveira Santos Melo.	66
<b>Figura 5</b>	Relevância de se trabalhar projetos sobre a Educação Ambiental e Educação Inclusiva a partir do Projeto Político Pedagógico.	69
<b>Figura 6</b>	O que pensam os professores e gestores da Escola Estadual Professora Miriam de Oliveira Santos Melo sobre os pressupostos da Educação Ambiental e da Educação Inclusiva.	71
<b>Figura 7</b>	A importância de trabalhar questões sobre a Educação Inclusiva na escola.	84

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b>	Formação continuada na área de Educação Ambiental.	104
<b>Gráfico 2</b>	Formação continuada na área de Educação Inclusiva.	108

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	O que os professores e gestores pensam sobre as possíveis conexões entre a Educação Ambiental e a Educação Inclusiva.	91
-----------------	---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AEE</b>	Atendimento Educacional Especializado.
<b>ANPEd</b>	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.
<b>CEAs</b>	Centros de Educação Ambiental.
<b>CF</b>	Constituição Federal.
<b>CISEA</b>	Comissão Intersetorial de Educação Ambiental.
<b>CNUMAD</b>	Comissão Intersetorial de Educação Ambiental e o desenvolvimento.
<b>CONADE</b>	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
<b>CONAE</b>	Conferência Nacional de Educação.
<b>CEP</b>	Comitê de Ética em Pesquisa.
<b>EA</b>	Educação Ambiental.
<b>EE</b>	Educação Especial.
<b>EEPMOSM</b>	Escola Estadual Professora Myriam de Oliveira Santos Melo.
<b>EI</b>	Educação Inclusiva.
<b>GEPEASE</b>	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe.
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
<b>IBDF</b>	Ministério Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Base.
<b>MEC</b>	Ministério da Educação.
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente.
<b>NUIEPED</b>	Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência.
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas.
<b>PcD</b>	Pessoa com Deficiência.
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais.
<b>PIEA</b>	Programa Internacional de Educação Ambiental.
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação.
<b>PNEA</b>	Política Nacional de Educação Ambiental.
<b>PNUMA</b>	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico.
<b>PRONEA</b>	Programa Nacional de Educação Ambiental.

<b>REBEA</b>	Rede Brasileira de Educação Ambiental.
<b>SEDH</b>	Serviço de Educação em Direito Humanos.
<b>SEED</b>	Secretaria de Estado da Educação.
<b>SEMA</b>	Secretaria do Meio Ambiente.
<b>UE</b>	Unidade Escolar.
<b>UNESCO</b>	United Nations Educational Scientific and Cultural.

## SUMÁRIO

<b>1.0</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2.0</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	<b>29</b>
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DIÁLOGO ENTRE O IDEAL E O REAL	31
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS DA ESCOLA	45
2.3	EDUCAÇÕES AMBIENTAIS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CIRCULAÇÃO E APROXIMAÇÕES	56
<b>3.0</b>	<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PPP DA ESCOLA</b>	<b>64</b>
3.1	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PPP DA ESCOLA	72
3.2	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PPP DA ESCOLA	81
3.3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PPP DA ESCOLA	89
<b>4.0</b>	<b>A FORMAÇÃO CONTINUADAS DOS PROFESSORES: DESAFIOS NO AMBIENTE ESCOLAR</b>	<b>96</b>
4.1	O EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMO CAMPO DE AUTO FORMAÇÃO	99
4.2	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DIALOGANDO COM PROFESSORES E GESTORES	102
4.3	FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: A FALA DOS PROFESSORES E GESTORES	107
	<b>CONSIDERAÇÕES</b>	<b>111</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>115</b>
	<b>APÊNDICES E ANEXO</b>	<b>121</b>

## INTRODUÇÃO

Sempre que houver alternativas, tenha cuidado. Não opte pelo conveniente, pelo confortável, pelo respeitável, pelo socialmente aceitável, pelo honroso. Opte pelo que faz o seu coração vibrar. Opte pelo que gostaria de fazer, apesar de todas as consequências.

Mestre Osho.

Assim brotam as palavras e ideias desta pesquisa.

O planeta Terra tornou-se um local bastante apropriado para o desenvolvimento e evolução das mais variadas formas de vida. Desta forma, a vida e a terra passaram a compor um sistema complexo, interligado, não havendo seres superiores ou inferiores, conforme citado por Capra (2006), cujo segredo de manutenção e desenvolvimento reside exatamente na diversidade de ambientes e de espécies que compõe o sistema.

Os seres humanos, conhecido taxonomicamente como *Homo sapiens*, originado do latim, que significa “homem sábio”. São os “seres” sábios, do crivo racional, que o planeta terra possui bilhões de habitantes, um verdadeiro macrocosmo humano que dentro de suas extensões possuem microcosmos, dentre eles, a população humana brasileira, dotada de diferentes diversidades sociocultural, construída a partir de migrações de habitantes dos cinco continentes.

Analisar o contexto da diversidade e das diferenças humanas, é mister sinalizar o foco de atenção para a forma como os seres humanos lida com elas. A verdade é que não estamos acostumados “com o diferente”. Remete algo que pode causar singularidade, incomodidade. Pode-se dizer que, muitas vezes, não é o fato da diferença que causa a estranheza, mas a expectativa de romper com o esperado, a quebra de expectativa.

Sabe-se que a diversidade faz parte da natureza humana e a deficiência é mais uma viabilidade de diferença entre os seres humanos. A pessoa com deficiência - PcD encontra-se no grupo do diferente, talvez tenha suas diferenças mais perceptíveis, já que pode possuir sinais ou sequelas mais notáveis.



Esses vestígios são condicionantes oriundos de diversos fatores, destacam as coisas pré, peri e pós-natal e fatores do meio ambiente, para o último, ressaltamos os acidentes automobilísticos e de trabalho, violência urbana, uso de drogas. O diagnóstico da PcD deve ser baseado no contexto biopsicossocial conforme estabelece a Lei Brasileira de Inclusão – LBI nº 13146/2015 no Artigo 2º, Parágrafo 1º.

Estudos de Borges (2011) apontam que os acidentes automobilísticos, uso de drogas e a violência urbana tem potencializado o aumento de PcD no Brasil, provocando uma alteração de ordem crescente no perfil da população brasileira.

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, (2010), aproximadamente 45 milhões de brasileiros declararam possuir alguma deficiência, o que significou um salto de 1,41% em 1991 para 14,5% da população em 2000, chegando a 23,9% em 2010 (Op cit, 2011). O aumento se dá pela razão de alterações nos instrumentos de coleta de informação, incluindo o modelo social brasileiro.

É baseando neste modelo social, que o grupo de Pessoas com Deficiência está se organizando, para conquistar ou reaver a parte que lhe fora retirada, reivindicando o direito que é legítimo a todas as pessoas, sem distinção. Não há mais lugar para um modelo social pautado na percepção de Descartes, na qual concebe o universo em partes isoladas, não havendo conexões entre si, representado, assim, o modelo cartesiano.

Para devolver a parte legítima que historicamente fora retirada da PcD, necessita-se desfazer as concepções do modelo cartesiano e compreender as relações de forma sistêmica, onde ninguém está separado por condições como afirma Capra (2006, p.26) “não separa seres humanos, ou qualquer outra coisa do meio ambiente natural” todas as coisas estão conectadas entre si, e esta conexão é que dá sentido à existência do todo.

Considera-se que entre as diversas vias de conexão, a escola é um espaço que possibilita o preenchimento das lacunas que impedem a efetivação da inclusão da PcD no meio ambiente com igualdade de direitos. Nesta perspectiva, compreende-se que a PcD deve ser vista como homem e mulher potencialmente capaz de exercer o direito à cidadania, considerando suas especificidades e habilidades.

Desta forma, pensar na perspectiva de igualdade de direitos, não basta incluir um determinado grupo social, deve-se incluir todos, de forma que seja promovida a escuta desses sujeitos e buscar diálogos de diversos olhares, favorecendo o alcance das

respostas necessárias para o impasse que o modelo de exclusão proporciona. Necessita-se aprender a ouvir e dialogar com “eles<sup>1</sup>”, pois nada sobre nós, sem nós.

Partindo do pressuposto, o homem e a mulher buscam, em diversas áreas do conhecimento, novas informações, objetivando desvelar suas indagações e entender o movimento que os cerca. Assim brotaram as primeiras reflexões desta pesquisa, quando ainda imaturo acerca dos pressupostos da Educação Ambiental – EA, porém já vivenciava o cotidiano da inclusão da PcD no contexto escolar da Rede Pública Estadual de Ensino.

Desta forma, as sementes germinadas desta pesquisa brotaram a partir da compreensão mais profunda sobre os pressupostos da Educação Ambiental – EA. O conhecimento sobre a EA era bastante limitado. Com aprofundamento na área pesquisada, as informações acerca dela a todo momento cruzavam-se com as diretrizes de inclusão da PcD, abrindo um leque de percepções e questionamentos.

Nasce o entendimento na perspectiva de EA crítica e emancipatória, assumindo uma atribuição relevante para a formação do sujeito partícipe na construção de uma sociedade mais inclusiva, socialmente justa. Nesse sentido, compreende a EA como Educação de prática de liberdade humana, emancipadora de nossos sentidos conforme Loureiro (2006, p.15)

Compreende a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na criação de espaços coletivos de estabelecimento das regras de convívio social, na superação das formas de dominação capitalista, na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade.

Descrever emancipação apoiado em Freire (2000) é refletir sobre as diferentes formas de opressão e de dominação no mundo neoliberal e de exclusão. É relatar sobre pessoas que vivem às margens de grandes necessidades materiais, de seres humanos cessados do direito à própria vida. O processo de emancipação busca a promoção do encontro com a liberdade, a felicidade e a cidadania que desenha a democracia.

Ressalta-se o conceito de democracia, destacando o papel da escola como ambiente da democratização do saber. Adorno (1995, p.169) instrui que a disposição da

---

<sup>1</sup>Refere-se ao aluno público alvo da Educação Especial.

emancipação é evidenciada no processo democrático, o que significa formar sujeitos com autonomia.

É a partir do espaço democrático que se busca compreender e conviver com a diversidade. A escola é um campo iniciático ao longo da trajetória de vida das pessoas. É no universo escolar que o discente na “maioria das vezes” é apresentado ao universo das diferenças, como: de gênero, raça, valores, credos, PcD. É na diversidade que acontece a construção social, sendo produto da cultura.

São os grupos e as instituições sociais que intensificam os padrões culturais e estabelecem as normas. Desta forma a escola tem uma responsabilidade importante nesse processo. Com isso cabe-se refletir sobre a escola frente à diversidade na perspectiva da inclusão da PcD no universo educacional.

É nesta perspectiva de compreensão que, ao longo do exercício laborativo no Serviço de Educação em Direitos Humanos - SEDH da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe – SEED e participando do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe – GEPEASE e do Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência – NUPIEPED, busquei entender de que forma os princípios da EA e da EI colaboram na promoção na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, sob a égide de igualdade e direito.

O objeto de pesquisa foi ganhando forma a partir das correlações e aproximações que eram realizadas entre as duas áreas do conhecimento (EA e EI). Entende-se que essas áreas possibilitam mudanças nas concepções, no pensamento e nos valores, frente às diversidades, incluindo a PcD.

Na construção das ideias e formatação do estudo, surgem algumas interrogações: Sabe-se que tanto a EA como a EI já possuem Políticas Públicas bem definidas para o campo da Educação, sendo verdadeiras “luzes” para a condução do fazer pedagógico, porém interroga-se, de que forma a EA e a EI estão se relacionando na escola? Será que essas Políticas das áreas pesquisadas estão realmente sendo discutidas e efetivadas objetivando as mudanças necessárias no contexto da PcD?

Para que aconteça, o *link* das propostas contidas nas Políticas Públicas da EA e da EI no cotidiano da escola, faz necessário entender não apenas teoricamente, mas, sobretudo, factualmente, que as duas áreas de Educação são componentes educacionais necessários e eficientes para a reflexão e desconstrução de ideias e atitudes em relação à complexidade das interações entre os seres humanos, sociedade e ambiente.

A EA e a EI são áreas educacionais que auxiliam o sujeito na apropriação do uso dos seus direitos e deveres sociais, oferecendo possibilidades de participação em defesa da qualidade de vida dos seres humanos.

O relato de Araújo et al (2012) pontua que a EA, na perspectiva crítica, é capaz de sensibilizar os indivíduos para a transformação de pensamentos e atitudes, conseqüentemente, favorecendo ao ser humano uma compreensão de existência em que o mais importante é a qualidade de vida não meramente centrada no acúmulo de bens, mas na convivência com o outro em harmonia. Um ambiente no qual as relações sejam construídas com respeito e solidariedade.

Desta forma, a PcD deve ser vista como ser humano pertencente a todos os ambientes sociais, cujas habilidades sejam potencializadas a partir das suas especificidades, que o modelo capitalista industrial seja redimensionado, que a história da PcD seja reescrita e pautada na igualdade de direitos.

Souza (2012, p.21) afirma que “a história nos indica uma polarização a qual as diferenças estiveram atreladas: eficiência *versus* deficiência, conflitos usados como justificativa para as diversas práticas históricas de exclusão”. Todavia, se faz mister ter um olhar diferente do que se tinha no passado.

Necessário se faz reconhecer a PcD, dotada de singularidade, com aspectos comuns da natureza humana, segundo Vigotski (1989, p. 10)<sup>2</sup> diz que: “a realização social da deficiência [...] em seu aspecto da condicionalidade social do desenvolvimento, quanto da [...] tendência social da compreensão para a adaptação das condições do meio, que tem sido criada e se formaram para o tipo humano normal.”

Neste sentido, os princípios da EA vislumbram diversos objetivos, entre eles a habilitação dos seres humanos na busca do ressignificar frente aos valores inerentes à qualidade de vida e de sustentabilidade em suas diferentes dimensões, nas quais a PcD está incluída por natureza.

Assim, posso inferir que a EA e a EI são indispensáveis no processo educacional dos sujeitos, possibilitando a construção de novos valores e atitudes voltados ao desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a solução ou minimização dos problemas sociais, proporcionando condições adequadas de sobrevivência humana.

---

<sup>2</sup>Tradução pessoal do Espanhol para Português

Sobre a EA Leff (2001, p.220) afirma que “a formação ambiental implica assumir com paixão e compromisso a criação de novos saberes e recuperar função crítica e prospectiva do conhecimento.”

Notabiliza o desafio que urge para a transformação social dentro da prática permanente no processo ensino-aprendizagem em conformidade com a Política Nacional de EA – PNEA quando, no Artigo 1º, evidencia-se a EA como processo onde o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

É na escola que o processo de transformação social também acontece, é um espaço convidativo para as pessoas refletirem sobre os conceitos e valores sociais, de forma a desenvolver, ao longo de sua vida, atitudes racionais, responsáveis e solidárias entre os seres humanos e a natureza. É neste universo educacional que é oferecido, aos indivíduos, instrumentos para agir conscientemente e com responsabilidade, pautado no convívio coletivo.

É a partir da coletividade que a PcD se reconhece como parte integrante de todos os ambientes que convive, contribuindo diretamente para a sua formação cidadã. A convivência entre seres humanos permite reconhecer no outro seu contexto histórico e sociocultural, conseqüentemente estimula a reflexão crítica e propositiva pautada na igualdade social de direito, do fazer valer a prerrogativa do exercício da cidadania.

É claro que romper com o anacronismo das práticas não é simples, nem nos permite uma facilidade de concretude das ações, precisa-se começar a fazer, dar o primeiro passo e não parar. Guimarães (2013, p.30) afirma que “é preciso que o educador trabalhe intensamente a integração entre ser humano e ambiente e se conscientize de que o ser humano é natureza e não apenas parte dela” assim sendo, estaremos promovendo uma sociedade mais inclusiva e voltada para a promoção da qualidade de vida do ser humano, e a PcD é parte dela.

Nesta perspectiva, para que possamos iniciar o processo de mudanças, são necessárias percepções frente à PcD, reconhecendo-a como ser humano capaz e produtivo. Isso pode até provocar algumas reações, porém necessárias para que possamos avançar conforme Maturana e Varela (1995) afirmam que toda ação socioambiental reflete em uma reação, mudança. Com isso, refletir e autoavaliar são atitudes que contribuem para conscientização humana.

Evidenciar os dois campos da Educação Ambiental e Inclusivo com novo olhar e perceber o quão significativo é o educador na vida de seus discentes, faz-nos mergulhar em uma reflexão sobre o que significa ser professor numa perspectiva ambiental no processo inclusivo da PcD, como também entender que a EA e EI, por índole, circulam, na medida em que uma e outra constituem complemento na formação da personalidade, favorecendo uma dialogicidade pautada na justiça social, igualitária.

A EA possibilita envolvimento em diversas áreas educacionais, desde a individualidade à coletividade, conforme Loureiro *et al* (2011, p.105) ressalta:

Ter a EA como objeto de reflexão, motivo para a participação em ações em diferentes instâncias sociais, exige a garantia de alguns pressupostos que vêm se concretizando ao longo e por meio de etapas não somente coletivas como também individuais.

Os pressupostos da EA e da EI estimulam a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação com as culturas. Possibilita ao homem e à mulher o direito de entendimento das formas de organizações, permitindo a participação nas esferas sociais, de debate e troca de ideias, com fundamentos na liberdade, na igualdade e na justiça contribuindo assim para a promoção dos direitos básicos de cidadania.

Entendendo que a inclusão da PcD no meio ambiente é uma questão que deve ser vista como direito à vida, em todos os aspectos e dimensões, de modo a torná-la participante do ambiente constituinte, possibilitando, assim, uma aproximação de suas necessidades e especificidades para alcance maior da interação com o meio ambiente.

Sendo assim, para que se possa compreender de forma ampliada o processo de inclusão da PcD no meio ambiente, é essencial entender que todas as pessoas são capazes, que cada ser humano é individual. Há necessidade de mudanças de atitudes, do olhar frente à PcD, ampliando a percepção crítica em relação a responsabilidade com o outro, o respeito às diferenças, à solidariedade e à vida.

São atitudes necessárias para a tomada de decisão como fator principal deste contexto. Urge ser profissional aberto às mudanças em concordância com Freire (2015, p.49) quando diz que: “como professor crítico, sou um “aventureiro” responsável, predisposto à mudança, à aceitação do diferente.”

Deste modo, amplia-se o olhar frente da PcD, não permitindo vislumbrar este sujeito somente com restrições, consequências de suas limitações, mas, buscando

reconhecer que todos são capazes à participação na sociedade de forma clara e inequívoca. Todos os seres humanos possuem o direito de participar em defesa da vida e do meio ambiente, com capacidades legítimas de integração aos diversos ambientes sociais, entre eles a própria natureza.

À vista disso, quando Freire (2015, p.32) interroga “por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” A resolução está na compreensão do “ampliar o olhar frente à” e este, configura-se quando as práticas pedagógicas são validadas à medida que a relação professor/aluno é contextualizada com a realidade vivida por cada sujeito, produzindo significados mais próximos nas relações entre seres humanos e meio ambiente.

Por conseguinte, não se deve relacionar tão somente o universo sujeito/escola, mas permitir uma plasticidade das práticas pedagógicas no contexto social, percebendo também as complexas relações simbióticas que envolvem os seres humanos, sociedade e meio ambiente. Isso só ocorre quando há aproximação entre o que é, com aquilo que está relacionando.

Ressalta-se que, as práticas pedagógicas devam estar em consonância com as práticas sociais, devendo ser entendida como ação complexa, porém interligadas por diversos elementos, os quais serão indispensáveis na produção dos processos educativos.

Perpassando por todas as reflexões expostas sobre a EA e a EI, surgiram inquietações a respeito, de que forma os pressupostos dessas áreas se relacionam. Outro fator motivacional foi a evidência de um quantitativo diminuto de aporte teórico que ressalte aproximação e ou circulação da EA e EI.

Circulando por essas duas áreas de conhecimento, surgiu a seguinte questão norteadora da presente pesquisa: Como as concepções que norteiam as Políticas Públicas de Educação Inclusiva se relacionam com os princípios da Educação Ambiental do processo pedagógico?

Com intenção de responder a este problema, a pesquisa tem como objetivo geral: Compreender em que medida o processo pedagógico viabiliza as conexões entre a Educação Ambiental e a Educação Inclusiva na Escola Estadual Professora Myriam de Oliveira Santos Melo.

Assim, para responder à questão central, foi necessário eleger os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar as aproximações possíveis entre a AE e EI, tendo como base o Projeto Político Pedagógico – PPP;
2. Identificar como as questões ambientais e inclusivas estão inseridas nas práticas pedagógicas;
3. Identificar as concepções de Educação Ambiental e Educação Inclusiva desenvolvidas pela escola.
4. Verificar os efeitos da formação continuada na prática dos professores e gestores.

Esta pesquisa justifica-se, por a cada ano letivo aumentar o quantitativo de matrícula de alunos público alvo da Educação Especial. O aumento dessa procura é consequência da atuação do Ministério Público Estadual, o qual está identificando as PcD que não estão inseridas no âmbito educacional e, consequentemente, orientando as famílias que realizem a matrícula. Outro fator condicionante é que as famílias que possuem algum membro com deficiência, estão buscando que seus descendentes sejam inseridos na escola.

Assim com o resultado desta pesquisa, teremos um espaço fértil para a reflexão pautada nos pressupostos da EA e EI, consequentemente, promoção melhoria da qualidade de ensino público com vistas nos alunos público alvo da Educação Especial.

A pesquisa é de caráter qualitativo e, de acordo com Minayo (1994, p. 21), “responde a questões particulares e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, visto que se preocupa com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes”. Desta forma, criam-se espaços mais profundos nas relações, nos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Esse é o tipo de estudo de caso que segundo Yin (2005) “é uma forma de se fazer pesquisa investigativa de fenômenos atuais dentro de seu contexto real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas”.

Justifica-se a escolha da EEPMOSM pelo fato de ser uma unidade de Ensino Fundamental 1, sendo que todas as salas de aula possuem matrícula de aluno público alvo da Educação Especial. No ano de 2016, aproximadamente 35% das matrículas inclui aluno que apresenta algum tipo de deficiência, demonstrando assim sala de aula inclusiva.



A Escola possui Sala de Recurso Multifuncional, oferecendo o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Verifica-se espaço físico reduzido, área externa pavimentada, localização geográfica comprometida por estar localizada em uma área totalmente urbanizada e desprovida de arborização.

A pesquisa foi realizada com seguintes etapas: aprofundamento do problema e objetivo da pesquisa, revisão de literatura, mediante leituras de livros, dissertações, teses, artigos, revistas, documentos oficiais como o Plano Nacional de Educação (2014-2024), a LDB 9394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental, Diretrizes Básicas para a Educação Especial, LBI e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE.

Ressalta-se a realização de análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola em tela. Não obstante de restringir a pesquisa em levantamento bibliográfico e análise documental, este estudo consistiu-se também em pesquisa de campo com a utilização de questionário e grupo focal com os professores e gestores da EEPMOSM.

Para o questionário, foi realizada uma reunião previamente agendada com o gestor da EEPMOSM a fim de apresentar o projeto de pesquisa e viabilidade de estudo. Após autorização do diretor da Escola, foi agendada uma reunião com os coordenadores pedagógicos, professores do ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado – AEE para apresentar os objetivos da pesquisa. Todos os presentes colocaram-se à disposição para colaborar com a pesquisa.

Antes da coleta de informações com os envolvidos, os questionários foram validados. A validação ocorreu com 4 (quatro) professores da Rede Estadual de Ensino do Estado de Sergipe, os quais estão na função de técnicos da Divisão de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação. Na primeira análise do questionário em validação foi detectado que necessitaria deixar evidente a intenção da pergunta sem que direcionasse a resposta às perguntas feitas, ou seja, que as perguntas fossem de forma mais direta e precisa daquilo que se quer investigar, além da necessidade de colocar perguntas de forma aberta, fechada e/ou aberta e fechada, uma vez que todas as perguntas estavam de forma aberta. Desta forma foram feitas as alterações necessárias para o formato final. (APENDICE A). Os questionários foram respondidos por 11 (onze) profissionais da EEPMOSM, conforme tabulados. (APENDICE F).

A seleção dos professores foi realizada previamente obedecendo aos seguintes critérios:

Fazer parte do quadro de professores efetivos da Rede Estadual de Ensino;

Ministrar aula para o Ensino Fundamental (critério para os professores do ensino regular);

Possuir aluno com deficiência (critério para os professores do ensino regular);

Possuir curso em AEE (critério para o professor do AEE);

Ter cinco anos de carreira docente;

E para os gestores, possuírem portarias indicando para o cargo;

Os questionários (APENDICE A) foram respondidos durante o mês de abril do ano de 2016. No momento da realização do questionário foi disponibilizada uma carta de apresentação na qual continham informações necessárias, como o título da pesquisa, a linha de pesquisa estudada, o nome da orientadora e um breve texto contendo informações relevantes da pesquisa. Também, junto ao questionário encontrava-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, (APÊNDICE B) o qual foi solicitada a leitura e, concordando com os termos, fixasse a assinatura do participante.

A partir da tabulação e análise das respostas, ficou evidenciado a limitação do questionário, alguns vieses importantes daquilo que foi dito pelos profissionais da escola, afetando a representatividade dos resultados, não obtendo maior aprofundamento dos questionamentos que se pretendia. Algumas respostas ficaram muito objetivas, não dando condições para análise mais aprofundada sobre os significados e a intenção do respondido. Deste modo, propiciando a identificação das lacunas existentes e compreendendo de forma mais aprofundada a realidade vivenciada pelos professores e gestores, elegeu-se a metodologia do grupo focal conforme define Morgan.

“Como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizado também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos.” (MORGAN, 1997, p. 37)

Para a execução do grupo focal todos os professores e gestores que tinham respondido ao questionário foram convidados. No dia 1 de julho de 2016 fizeram-se

presentes, 1 (um) diretor, 1 (um) coordenador 1 (um) professor do AEE e 4 (quatro) professores de sala inclusiva, totalizando 7 (sete) participantes, considerando que a homogeneidade e heterogeneidade da população-alvo. A metodologia do grupo focal estabelece um quantitativo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 10 (dez) participantes conforme afirma Gondim, (2003). A forma de registro e o meio utilizado foi a gravação em áudio.

Como a técnica exige, adotaram-se três momentos: primeiro foi explicada a metodologia do grupo focal; segundo, passou-se a leitura do TCLE e posterior assinatura do documento; em terceiro foi aplicado o instrumento.

Vale ressaltar que por questões éticas, quanto à identificação dos professores na análise dos dados, foi optado pelo uso do termo “Professor sala inclusiva” utilizando o numeral (EX: professor 1) “gestor” (EX: gestor 1) e “Professor AEE” (EX: professor AEE 1) respeitando o anonimato estabelecido via documental através do TCLE. Para melhor organização, o grupo focal foi estruturado para melhoria do desenvolvimento. (Apêndice D)

Com a finalidade de favorecer a compreensão dos leitores, a construção da dissertação foi estruturada da seguinte forma:

A primeira seção está delimitada nas reflexões das Políticas Públicas da EA e EI, diálogo entre o ideal e o real e os desafios da escola. Buscou-se compreender como as Políticas Públicas da EA e da EI surgem e fixam seus espaços no Brasil no tempo presente, auxiliando no enfrentamento e resoluções dos novos desafios colocados pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas e avanços do capitalismo e do consumismo na sociedade. Buscou-se também, refletir sobre as aproximações e circulações entre a EA e a EI.

A segunda está construída com base na compreensão da EA e da EI no PPP da EEPMOSM, refletindo de que forma as duas áreas estão contempladas a partir das metas e ações estratégicas.

A terceira seção está construída a partir das considerações acerca da formação continuada dos professores e gestores, desafios no ambiente escolar. Destaca-se a EA na formação de professores e gestores e a formação de professores na perspectiva inclusiva.

As considerações finais apresento como ponto de reflexão as aproximações entre a EA e a EI, compreendendo que ambas áreas educacionais auxiliam o sujeito na

apropriação do uso dos seus direitos e deveres socialmente, consequentemente, melhoria da qualidade de vida dos alunos público alvo da Educação Especial.

O projeto de pesquisa foi aprovado por meio do parecer consubstanciado nº 1.275.654, CAAE 47199115.1.0000.5546 de 13 de outubro de 2015(Apêndice E), considerando que o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP é um colegiado consultivo e educativo, visando contribuir para a qualidade da pesquisa, bem como a valorização do pesquisador, que recebe o reconhecimento de que sua proposta é eticamente adequada, esta pesquisa foi aprovada.

Partindo do exposto, este estudo fundamenta-se com olhar a partir de uma matriz que compreende a Educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na criação de espaços coletivos de estabelecimento das regras de convívio social, na superação das formas de dominação capitalista, na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade. Estas ações por natureza contemplam a inclusão do aluno público alvo da Educação Especial.

Com intuito de reduzir o emprego da abreviatura do nome Escola Estadual Professora Miriam de Oliveira Santos Melo – EEPMOSM, irei utilizar também no texto, Myriam Melo, nome mais utilizado para identificação da referida Unidade Escolar.

## **2.0 - POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire

A epígrafe é um convite a buscarmos compreender que, para conviver com a diversidade, é necessário esgotar as possibilidades que podem ser o caminho para chegar ao objetivo, numa perspectiva baseada nos princípios da EA crítica, os quais possibilita aos seres humanos constatarem, refletirem e agirem concretamente sobre a realidade social, além de viabilizar a compreensão e a luta pela liberdade de todos os seres humanos.

É nesta perspectiva que esta seção tem por objetivo descrever como as Políticas Públicas da EA e da EI surgem e fixam seus espaços no Brasil no tempo presente como proposta de Educação, auxiliando no enfrentamento e resoluções dos novos desafios colocados pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas e avanços do capitalismo e do consumismo na sociedade, bem como refletir sobre as aproximações e circulações entre a EA e a EI como promotoras de liberdade.

Assim sendo, não é pretensão apresentar um quadro linear do processo histórico de cada Política Pública, nem esgotar as discussões sobre a temática, mas direcionar o leitor a perceber como as Políticas de EA e EI são necessárias à construção da sustentabilidade pelo caminho do enfrentamento de injustiças sociais e da construção coletiva de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para discutir Políticas Públicas que envolvem as áreas em questão, é necessário primeiramente ter clareza da conceituação de “Políticas Públicas”, para posterior contextualizar as especificidades de cada uma.

A palavra “política” tem origem na Grécia Antiga, tendo um significado amplo de tudo aquilo que refere à cidade, ou seja, urbano, civil, público até mesmo social, pois segundo Bobbio (1992), diz respeito à atividade ou conjunto de atividades da *Polis*, ou seja, Cidade-Estado, compreendida como comunidade organizada, formada pelos cidadãos, denominada pelos gregos de *Politikos*, ou seja, aqueles que exercem a civilidade.

Chauí, (2006) define Política como uma palavra derivada do grego, *politiké*, descendente de *polis*, que representa atividade política de interesse e bens da cidade e dos direitos dos cidadãos. Assim sendo, Farah (2004, p.47) entende que “Política Pública é um fluxo de ação do Estado, direcionado por vários objetivos, reproduzindo ou traduzindo um manuseio de interesses”. Holfling (2001) defende que a “Política Pública” consegue ter visibilidade como um composto de ações oriundas dos governos objetivando a conquista de resultados intrínsecos.

Deduz-se que as Políticas Públicas formuladas na esfera do Estado, classificam-se como “produtos históricos que reverbera concepções discordante de mundo, materializadas por intermédio de programas, projetos ou formas de sistematização de propostas para a sociedade, as quais muitas vezes são suprimidas ao embate diário nos espaços de decisão”, pontua Batista (2008)

Para Azevedo (1997, p.67), “a Política Educacional representa um propósito global construído a partir da sociedade e, desta forma, efetua-se por intermédio de ações propostas pelo Estado”. Com isso, as Políticas Públicas tornam-se instrumentos que proporcionam transitabilidade e concretude aos governos, denominando, assim, Estado em ação.

Sendo assim, é relevante constatar que as Políticas Públicas Educacionais não apenas se relacionam às questões pertinentes ao acesso de todos às escolas públicas, mas também com a construção da sociedade que se origina nestes espaços a partir da Educação. Neste entendimento, aponta que as Políticas Públicas Educacionais influenciam a vida de todas as pessoas.

## **2.1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DIÁLOGO ENTRE O IDEAL E O REAL**

A Educação Ambiental é um processo amplo e vinculado às esferas social, cultural, histórica, política e econômica; e para entendermos que ela sozinha não transforma o mundo, e que tampouco podemos imaginar transformações societárias sem que está se realize.

Carlos Frederico B. Loureiro

É com perspectiva ampliada que se compreende a EA como processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as interrelações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A EA também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

Ao discutir Políticas Públicas para EA, diálogo entre o real, é mister mencionar a Constituição Federal de 1988, Artigo 5º quando descreve o princípio da igualdade, o qual estabelece que as pessoas iguais serão tratadas igualmente e as desiguais serão tratadas desigualmente na medida das suas desigualdades. O Artigo 225 da mesma Constituição vislumbra o meio ambiente como direito de todos e dever constitucional, devendo o Poder Público e a coletividade defendê-lo. A EA deve ser assegurada e efetivada em todos os níveis de ensino, bem como a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Considerando a Lei 9.795/99, regulamentada pelo Decreto n 4.281/02, que dispõe especificamente sobre a EA, instituindo a Política Nacional da EA como componente essencial e permanente da Educação Nacional, ela deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. E que a Lei 9.394/96 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação– LDB que prevê que a formação básica do cidadão assegura a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a educação superior deve desenvolver o entendimento do

ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a percepção para o exercício da cidadania.

Pensar em sociedade sustentável necessariamente implica em garantir uma nova discussão sobre acessibilidade, destaca-se aqui, como um conceito amplo, um direito de todas as pessoas, os quais possibilita usufruir de recursos especializados e ações no âmbito social e ambiental, a exemplo de acessibilidade arquitetônica, (sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo), acessibilidade comunicacional (sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila entre outros, incluindo textos em braile, uso do computador portátil) virtual (acessibilidade digital), acessibilidade metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), acessibilidade programática (sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais...), acessibilidade atitudinal (sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, em relação às pessoas em geral), nas concepções dos direitos humanos, mesmo se deparando com todas as contradições sociais encontradas.

O termo sustentabilidade, como expressão ampla é aplicável a todas as atividades humanas, propondo aproximação estratégica à integração da conservação e do desenvolvimento coerente com os objetivos de manutenção do ecossistema, preservação da diversidade genética e utilização sustentável dos recursos.

A Organização das Nações Unidas – ONU reconhece a sustentabilidade como uma verdadeira revolução social tanto na forma do agir como na forma do pensar, o que significa um novo paradigma que integra homem, atividade econômica e meio ambiente em favor de um futuro comum. Pensar em sociedade sustentável, necessariamente implica em garantir uma discussão sobre acessibilidade, direitos humanos e cidadania.

Desta forma, a sustentabilidade e, conseqüentemente, a EA ganham destaque uma vez que não é possível refletir sobre meio ambiente e sociedade sem relacionar a figura da EA como instrumento essencial de conscientização e conseqüentemente transformação social conforme citado por Loureiro (2004, p.29) quando afirma:

A Educação Ambiental promove a conscientização e está se dá na relação entre o “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente, A ação conscientizadora é mútua,



envolve capacidade crítica, dialoga, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida.

É na relação do “eu” com o “outro que os pressupostos da EI também buscam perceber e atender as necessidades educativas da PcD, de forma a auxiliar na promoção do desenvolvimento e da aprendizagem.

Rememorando as últimas décadas do final do século XX, visualizamos momentos de transformação industrial sobre as quais a imposição do capitalismo exigia lucros mais rápidos em menor espaço de tempo, criando assim, uma sociedade consumista de recursos, capitais, caracterizando uma verdadeira exploração do capital humano e também da natureza.

A separação entre os seres humanos e a natureza, está refletida em toda a produção humana, desconsiderando que o ambiente é uma parte que precisa ser compreendida por inteira. Não podemos eximir que essa compreensão de “uma parte” vivenciada por toda evolução da humanidade possibilitou um comportamento egoísta, em que o homem sempre se posiciona como parte central, deixando as “outras partes” que, por natureza, constituem o ambiente, sempre à sua disposição, anulando assim a percepção das relações de interdependência que existem entre os elementos que compõem a natureza.

As últimas duas décadas de nosso século vêm registrando um estado de profunda crise mundial. É uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida – a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais; uma crise de escala e permanência sem precedentes em toda a história da humanidade. Pela primeira vez, temos que defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e toda a vida do planeta. (CAPRA, 1989, p.20)

Desta forma, as Políticas Públicas para a Educação Ambiental são decisões e ações de governo e de outros atores sociais indispensáveis para aproximar, a partir da reflexão, a relação homem *versus* natureza, considerando que a política trata das divergências dos atores sobre a existência ou gravidade de um determinado problema e a dimensão técnica, na qual se verifica a adequação de instrumentos à resolução de problemas. Atribuo a Educação como ato político, como elemento de dimensão técnica indispensável para o sujeito como meio de transformação social e atitudinal.

Para situar-se no contexto histórico, a institucionalização da EA no Brasil surge a partir da criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA no ano de 1973; desenvolveu-se sob forma de princípio da Política Nacional do Meio Ambiente de 1981, na qual se estabelece proposta da EA em todos os níveis de ensino como também em programas de ensino específicos.

A Constituição Federal de 1988 permite a criação de ações importantes para o meio ambiente, tendo como relevância o Programa Nacional de Educação Ambiental do ano de 1994. Porém, só em 1999 consagramos a Política Pública específica para a EA, quando da criação da Lei 9.795, estabelecendo a Política Pública Nacional de Educação Ambiental– PNEA, caracterizada pela ampliação dos espaços e pela multiplicidade dos sujeitos envolvidos.

Assim sendo, a PNEA no Artigo 1º entender por EA:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Desta forma, as Políticas Públicas da EA dispõem que, para compreender os pressupostos da EA, faz-se necessário adentrar num campo interdisciplinar, partindo da construção de conhecimentos, valores e atitudes, ou seja, se exige reflexão no contexto social profundo, para que se torne defensor e mantenedor do ambiente. A efetivação das diretrizes provenientes das Políticas Ambientais Educacionais dá-se a partir da pluralidade social das ações, isto é, a partir do encadeamento dividido entre Estado e sociedade, por meio de atividades multicêntricas. No entanto, a falta de espaços de participação e os diálogos restritos, bem como a democracia representativa limitada, são fatores que dificultam essa articulação e estruturação das propostas estabelecidas nas políticas.

Não se pode depositar a responsabilidades exclusivamente nos preceitos da Política Pública Ambiental para resoluções dos problemas ambientais, as alternativas buscadas para resolução de tais problemas em função das concepções da EA interditam a superação da condição de crise ambiental conforme afirma:

A crise em que vivemos não permite soluções compatibilistas entre ambientalismo e capitalismo ou alternativas moralistas que descolam o comportamento do histórico-cultural e do modo como à sociedade

está estruturada. O cenário do qual nos movemos de coisificação de tudo e de todos, de banalização da vida, e individualismo exacerbado e de dicotomização do humano como ser descolado da natureza é, em tese, antagônico a projetos ambientalistas que visam à justiça social, ao equilíbrio ecossistêmico e a indissocialidade entre humanidade-natureza. (LOUREIRO, 2004, p. 94).

Pensar na crise ambiental na contemporaneidade, guiado pelo modelo econômico capitalista e por meio das mídias sociais, são fatores primordiais no comportamento consumista, potencializando a compra ilimitada de bens, mercadorias e serviços, impactando diretamente na qualidade de vidas dos seres humanos. Nota-se que, posterior à revolução industrial, deslanchou o volume de produção. A indústria que é desencadeadora do desenvolvimento econômico e de consumo de forma alienada, provoca nos seres humanos de forma subliminar comportamentos frios, sem interesse de reflexão sobre as consequências oriundas desse processo.

Buscar refletir sobre o consumo exacerbado e os modos de vida que a população mundial está vivendo na contemporaneidade, a exemplo, da falta de tempo, com carga horária de trabalho acentuada na tentativa de equilibrar a planilha financeira, ocasionando na ausência de momentos necessários para suas atividades pessoais e coletivas, fatores precedentes para o equilíbrio de seres humanos *versus* natureza.

Assim sendo, o processo de consumo caracterizado como supérfluo, categoria contrária aos pressupostos da EA, é fator condicionante que incide diretamente nos seres humanos e na natureza, alterando aspectos inerentes aos hábitos e valores, transformando numa sociedade escravocrata do materialismo, potencializando o individualismo e o egocentrismo, se desconectando de suas responsabilidades para consigo, com os outros e com a natureza. Há ausência de responsabilidades socioambiental conforme Guimarães (2013, p.12) afirma:

Com o passar do tempo, a humanidade vai afirmando uma consciência individual. Paralelamente, cada vez mais vai deixando de sentir integrada com o todo e assumindo a noção de parte da natureza. Nas sociedades atuais, o ser humano afasta-se da natureza. A individualização chegou ao extremo do individualismo. O ser humano, totalmente desintegrado do todo, não percebe mais as relações de equilíbrio da natureza. Age de forma totalmente desarmonica sobre o ambiente, causando grandes desequilíbrios ambientais.

Esta falta de responsabilidade socioambiental provoca o distanciamento entre os seres humanos e natureza, refletindo amplamente por toda a sociedade, uma verdadeira

crise do conhecimento, fruto do modelo social, provocando ruptura nos processos de compreensão daquilo que está descrito nas Políticas Públicas de EA. Essa fragmentação potencializa o entendimento da relação seres humanos/natureza, estabelecendo partes isoladas nos sistemas, ou seja, tudo está desconectado, cada um (parte) é responsável pela sua própria sobrevivência, contrapondo assim o pensamento sistêmico dos processos naturais das relações, para os quais tudo está ligado e conectado conforme ressalta Capra (2013) quando estabelece o universo sistêmico, todas as coisas estão conectadas entre si e tal conexão é que dá sentido à existência do todo.

Entender essa relação de coexistência entre seres humanos e natureza vislumbra estabelecer um dos caminhos importantes, o da Educação, assegurado na legislação vigente.

Desta forma, para que a construção e consolidação das Políticas Públicas da EA fosse efetivada, houve diversos encontros e reflexões pautados na solidariedade e coletividade em nível Internacional. Destaca-se o Fórum Global das ONGs, ocorrido paralelamente com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – CNUMAD, Rio-92.

Na atmosfera de grande mobilização que antecedia a Rio-92, nasce a Rede Brasileira de Educação Ambiental -REBEA, objetivando manter viva a articulação nacional dos educadores ambientais brasileiros. Criada em 1992, adotou como carta de princípios o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e como padrão organizacional a estrutura horizontal em rede, considerando um marco que acreditamos ser relevante para EA, pois se trata de um documento resultante da conquista de lutas da sociedade civil organizada que entende a EA como agente fortalecedor e catalisador dos processos de transformação social além de ser um veículo voltado para articular as redes estaduais e temáticas, de forma a criar uma grande rede nacional de educadores ambientais.

Esta rede pautada a partir dos ideais, sonhos, conhecimentos e objetivos que, compartilhados, tecem a cidadania necessária para a construção de uma cultura de paz e uma sociedade sustentável.

O tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global<sup>3</sup> (1992, p, 01) estabeleceu diretrizes para campanhas, ações e

---

<sup>3</sup> Documento que tem objetivo de assegurar o acesso universal ao ensino básico, já recomendado pela Conferência de Educação Ambiental (Tbilisi, 1977) e a Conferência Mundial sobre ensino para todos.

projetos de EA. Provocou denúncias referentes à efetivação da cidadania, a exemplo do pensar a responsabilidade coletiva, ressignificar as questões ambientais tornando-as sociedade sustentável a partir de:

Valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedade socialmente justas e ecologicamente equilibradas que conservem entre si relações de interdependências e diversidade. Isso requer responsabilidade individual e coletiva a nível local e planetário.

Para que esta demanda fosse potencializada, a conferência Rio-92 reuniu representantes dos Governos de mais de 200 países, aprovando o compromisso de desenvolver a Agenda 21. Neste mesmo evento elegeram-se programas de ações amplas, atingindo todas as esferas sociais, buscando promover novas possibilidades de desenvolvimento cujo alvo fosse a alteração dos modelos de consumo e produção, as quais tivessem resultados diretos nos impactos ambientais favorecendo assim um atendimento à necessidade básica da humanidade.

Paralelo ao Rio92 acontecia a plenária em conjunto com o Ministério da Educação – MEC para a elaboração da Carta Brasileira para a Educação Ambiental, legitimando a EA como importante instrumento viabilizador na promoção da sustentabilidade estratégia relevante para manutenção da sobrevivência do planeta e consequentemente melhoria da qualidade de vida humana.

A referida carta admite ainda que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às Políticas Públicas específica de EA em todos os níveis de ensino, consolidam um modelo educacional que não respondem as reais necessidades do país.

No ano de 1993, além do trabalho desenvolvido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA de acordo com a Política Nacional de Meio Ambiente, capacitando recursos humanos e estendendo a temática ambiental às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, iniciaram-se as discussões, na esfera legislativa, de uma Política Nacional de Educação Ambiental que interligaria os sistemas nacionais de meio ambiente e de educação em um sistema único, por meio do Projeto de Lei nº 3.792/93.

No final de 1994, mediante aplicabilidade da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos com a Conferência Rio92, foi criado, pela

Presidência da República, o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, compartilhado pelo então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O PRONEA foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA/IBAMA, responsáveis pelas ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental, embora também tenha envolvido em sua execução outras entidades públicas e privadas do país. O PRONEA previu três componentes: capacitação de gestores e educadores, desenvolvimento de ações educativas, e desenvolvimento de instrumentos e metodologias, contemplando sete linhas de ação:

- Educação ambiental por meio do ensino formal.
- Educação no processo de gestão ambiental.
- Campanhas de educação ambiental para usuários de recursos naturais.
- Cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais.
- Articulação e integração comunitária.
- Articulação intra e interinstitucional.
- Rede de centros especializados em educação ambiental em todos os estados.

A carta Brasileira para Educação Ambiental toma fôlego e, no ano 1992, o MEC em Foz de Iguaçu – PR promoveu o 1º Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental- CEAs, onde houve apresentação de projetos e experiências exitosas em EA. Assim sendo, o MEC passa a mediar e incentivar a implantação de centros de EA como espaço de referência, objetivando a formação integral do cidadão com ampla interação em diversos níveis e modalidades de ensino. Loureiro *et al* (2011), em sua obra Educação Ambiental repensando o espaço da cidadania coaduna com o objetivo do CEAs quando afirma:

Ter a EA como objeto de reflexão, motivo para a participação em ações em diferentes instâncias sociais, exige a garantia de alguns pressupostos que vêm se concretizando ao longo e por meio de etapas não somente coletivas como também individuais tais como o acesso ao conhecimento, a valores e habilidades relativos à realidade, conforme os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais; direitos a formas de organização de pessoas, a partir da consciência de

direitos e deveres, como estágios de participação nas esferas de poder na sociedade; direito ao acesso a mecanismos e locais de negociação, de diálogo, de debate e de troca de ideias, com fundamento na liberdade, na igualdade e na justiça. (LOUREIRO et. AL 2011, p. 105)

Vale considerar que na esfera educacional, a Lei nº 9.394/96, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não há um tratamento específico para as questões ambientais, bem como uma relação que circule entre as propostas estabelecidas com o PRONEA. Há uma evidência no Artigo 32, inciso II, da referida lei, estabelecendo a formação básica do aluno no tocante à compreensão natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores fundamentais do convívio social (BRASIL, 1996, p.12), não havendo maior profundidade das questões ambientais.

A aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN em 1997 objetiva oferecer auxílio às escolas bem como na elaboração de suas metodologias educativas. Dentro dos PCN, estão integrados os temas transversais<sup>4</sup> os quais são trabalhados com a comunidade escolar na perspectiva interdisciplinar questões do meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual entre outros, ficando facultado à escola a aplicação das suas necessidades mediante cada carência local.

Em 1999, com o PRONEA consolidado, o qual era vinculado à Secretaria de Meio Ambiente que, por natureza estrutural objetivava unificação de temas variados, continham fatores intercomunicantes com a EA a fim de concretizar a missão da EA como contribuinte na construção de uma sociedade sustentável a partir do sujeito participativo e motivado (Brasil, 2005, p.39). Entendemos que o PRONEA contempla significativas abordagens de inclusão social como exemplo a formação de professores, a comunicação e a permanência da EA nas unidades de ensino.

Com a promulgação da Lei nº 9795/99<sup>5</sup> que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA é observado um alargamento do conceito de EA quando no Artigo 1º dispõe:

---

<sup>4</sup>Configura uma proposta flexível a ser caracterizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e programas de transformação da realidade educacional empreendida pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configura, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo (BRASIL, 1997, p.13).

<sup>5</sup>Foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que cria o órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, de responsabilidade conjunta do MMA e MEC, assessorados por órgãos públicos, universidades e organizações da sociedade civil.

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, p.1)

Explícito está que a EA é Educação com responsabilidade de propagar e efetivar conhecimentos sob a égide da reflexão a acerca da relação seres humanos *versus* natureza. A EA dispõe de caminho que possibilita a todos assumir posturas que garantam a sadia qualidade de vida da sociedade, além de contribuir na busca de alternativas que respaldem soluções referentes a situações que comprometam a sobrevivência de todos os ecossistemas.

O movimento ambiental ganhou espaço e, em 2003, foi instituído no MMA a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental – CISEA que contribuirá na delineação da transversalidade e entendimento das ações da EA desenvolvidas pelos órgãos competentes. (Brasil, 2005, p. 25). Assim, no ano seguinte, posterior a consulta pública nacional, foi aprovada uma nova versão do PRONEA.

Vislumbra-se uma progressão de conquistas da Política Pública da EA historicamente, porém houve um hiato em que a EA não foi contemplada no Plano Nacional de Educação (2001-2010), não apresentando, assim, nenhuma abordagem específica sobre a EA. É identificada uma simples referência sobre a EA no tocante ao Ensino Médio, na meta 19 do item 3 do PNE (2001-2010) que diz: “a EA, tratada como tema transversal será desenvolvida como uma prática educativa integrada”, e quando aborda o ensino superior na meta 12 do item 4 do mesmo plano, quando orienta:

Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais. (PNE, 2001, p.99).

No ano de 2006, na cidade de Joinville – SC houve o VI Fórum Ibero-americano de EA, no qual de forma *sui generis* aconteceu um debate temático sobre a EA e a Educação Especial, registrando nos anais do Fórum deliberações para no futuro inserir o tema Educação Especial, envolvendo as pessoas com deficiência nas políticas públicas e programas de EA.



Objetivando atender a necessidade de integração entre as Políticas Públicas, no ano de 2007 o PNEA elaborou uma proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA que foi encaminhada para o MEC, sendo somente aprovada após consulta pública participativa com a comunidade de científica em EA de diversas universidades brasileiras juntamente com o Grupo de Trabalho de EA da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd em Julho de 2012 pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, sendo homologada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.

Em 2009 no Rio de Janeiro, aconteceu o VI Fórum Brasileiro de EA, trazendo abordagens em suas jornadas temáticas sobre EA e Diálogos com a Diversidade, formulando um documento que foi chamado de “Carta da Praia Vermelha” em que no seu conteúdo destacava a promoção do diálogo entre a EA e a diversidade, garantido espaços de participação e decisões efetivas às PcD, comunidades tradicionais, povo indígena, quilombolas e outros grupos em condições sociais vulneráveis.

A Rio+20 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012, havendo participação de líderes dos 193 países que fazem parte da Organização das Nações Unidas - ONU. O principal objetivo desta conferência foi renovar e reafirmar a participação dos líderes dos países com relação ao desenvolvimento sustentável no planeta Terra. Destacamos como indispensável para o entendimento da linha de pensamento os principais temas que foram debatidos: balanço do que foi feito nos últimos 20 anos em relação ao meio ambiente; a importância e os processos da Economia Verde; ações para garantir o desenvolvimento sustentável do planeta; Maneiras de eliminar a pobreza e a governança internacional no campo do desenvolvimento sustentável.

A partir das discussões que houveram na Rio+20, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE<sup>6</sup> em sua recomendação nº 1, de 02 de junho de 2015 dispõe sobre EA na perspectiva inclusiva:

Considerando a determinação política do Comitê de Organização Nacional da Rio+20 (CNO) de garantir a acessibilidade como um dos grandes eixos da Conferência, que foi o diferencial para que ocorresse

---

<sup>6</sup> O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) é um órgão superior de deliberação colegiada, criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidas a esse grupo social. O CONADE faz parte da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

intervenções para permitir a participação das pessoas com deficiência em igualdade de oportunidade com as demais. Que um grupo de consultores, através da Coordenação de Acessibilidade e Inclusão do CNO, buscou implementar medidas em diálogo com a CDPD, que junto com o Decreto 5.296/2004 foram adotados em todos os termos de referência destinados à contratação de serviços e recursos de Acessibilidade. Aliados a isso, foram contratados especialistas de acessibilidade, o que assegurou a qualidade das etapas de planejamento, operacionalização e monitoramento de cada aspecto do evento; (CONADE, 2015, p.02)

Afirma ainda:

Considerando que o documento final da Rio+20, denominado “O Futuro que queremos” destacou cinco pontos relacionados a pessoa com deficiência: “I) A reafirmação da responsabilidade dos Estados em respeitar, proteger e promover os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer espécie ou tipo de deficiência, entre outras situações de diversidade que são alvo de preconceito (§ 9º); II) O reconhecimento da essencialidade da ampla participação e acesso à informação e às instâncias judiciais e administrativas, pelas pessoas com deficiência, entre outros grupos, nos processos que contribuem para a tomada de decisão, planejamento e implementação de políticas e programas para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis (§ 43); III) A afirmação de que a as políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza devem melhorar as condições de vida e o bem-estar das pessoas com deficiência, entre outros grupos pobres e vulneráveis, em particular nos países em desenvolvimento (§ 58, letra k); IV) O comprometimento com a promoção de uma abordagem integrada para o planejamento e construção de cidades e assentamentos urbanos sustentáveis e de políticas de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que garantam habitação e serviços sociais inclusivos, bem como, um ambiente de vida seguro e saudável para todos, em especial as pessoas com deficiência, entre outros grupos pobres e vulneráveis (§ 135); e V) A reafirmação do compromisso com a garantia de acesso pleno e igualitário à educação, em todos os níveis, para as pessoas com deficiência, especialmente nos países em desenvolvimento, como meio para alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, bem como, o desenvolvimento humano, e condição essencial para a realização dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. (§ 229); (CONADE, 2015, p.04)

Neste mesmo ano da RIO+20, no mês de setembro, em Manaus, foi sediada a Conferência SUDI 2012 – Sustentabilidade e Deficiência, expondo debates sobre novas práticas para um desenvolvimento mais inclusivo e acessível a todos, abordando estratégias inclusivas para que as populações desfavorecidas encontrem oportunidades

de trabalho, em constante mudanças força de trabalho de demandas da economia verde<sup>7</sup>. Consideramos como fundamental contribuição deste evento o encabeçamento de um debate na perspectiva das comunidades tradicionais e suas interlocuções com a inclusão e os direitos humanos e como estas questões se inserem no âmbito da academia.

As discussões sobre a EA e Inclusão se mantiveram, havendo alguns encontros que promoviam a reflexão desta temática. Em novembro de 2012, em parceria entre o Curso de Ciências Biológicas da Faculdade Cenecista de Osório/RS e a Fundação de Articulação e desenvolvimento de Políticas Públicas para a PcD do Governo do Rio Grande do Sul, foi promovido o I Encontro de EA e EI, objetivando discutir as contribuições para a sustentabilidade socioambiental. Destaca-se que este encontro foi planejado a partir da demanda pela formação de educadores com competências para atuar no ensino formal e não formal em sintonia com as Políticas Públicas de Educação.

Diferente do PNE (2001-2010), o PNE (2014/2024) constitui uma grande conquista, fruto da luta e mobilização de profissionais da educação, comunidade em geral e os educadores ambientais de todo país. Comemoram-se os seus avanços históricos e a futura ampliação de recursos para a educação após a criação de lei 13.005/14 de 25 de junho de 2014, principalmente em seu Art. 2º, § 1º X quando menciona a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, a diversidade e a sustentabilidade socioambiental.

Posterior à aprovação do PNE, houve, em novembro de 2014, a 2ª Conferência Nacional de Educação – CONAE resultado de parcerias entre o sistema de ensino, órgãos educacionais, Congresso Nacional e sociedade civil, os quais se pontuam relevantes para a política pública de EA.

Coube a CONAE/2014 propor a Política Nacional de Educação, indicando responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino. Dentre diversos objetivos específicos da CONAE, descrevo a que circula em nossa discussão dentro do PNE que foi a de Avaliar a tramitação e a implementação do PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e no desenvolvimento das políticas públicas educacionais

---

<sup>7</sup>A Economia Verde é definida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA ou UNEP, em inglês) como "uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica.

tendo como relevante o Eixo III que trata da Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: Cultura, Ciência, Tecnologia, Saúde, Meio Ambiente.

Neste mesmo eixo encontram-se proposições e estratégias indicando as responsabilidades, corresponsabilidade, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados (União, Estados, DF e Municípios), tendo por princípios a garantia da participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração as quais destacamos: a proposição nº 1 que fala em promover políticas setoriais e Intersetoriais correlacionando com a estratégia de nº 1.1 que objetiva assegurar, garantir e prover a formação de profissionais para a promoção da igualdade social, da inclusão, dos direitos das crianças e adolescentes, adultos e idosos e para a promoção da sustentabilidade socioambiental.

Outrossim, destaca-se a proposição de nº 7 do eixo III que objetiva promover a EA e o desenvolvimento sustentável em todos os níveis, etapas e modalidades da Educação como estratégia de garantir o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2/12).

Diante do exposto, reconhece-se que, apesar da progressiva evolução das Políticas Públicas Educacionais, ainda existem lacunas consideráveis quando se aborda diretrizes da EA. Percebe-se, ainda, um distanciamento entre o que as Políticas orientam e a realidade da escola, além de que, muitas vezes as Políticas Públicas são permutadas por ações estruturantes e programas de governo que na maioria das vezes não robustece a própria política.

É importante mencionar que o profissional da educação da escola pública está vivenciando uma dualidade nos aspectos pedagógicos. Há inúmeras determinações provenientes das instâncias superiores, depara-se com vários pacotes prontos, não dando o direito de dialogar sobre as especificidades vivenciadas no cotidiano da escola.

Desta forma, é mister refletir a respeito do real significado dos objetivos oriundos das Políticas Públicas. Pensar em Políticas Públicas é acima de tudo refletir sobre o fazer pedagógico, uma é atrelada a outra, e para tanto, deve-se desconstruir ideias baseadas em modelos cartesianos.

Segundo Freire (2015, p.47) todos os profissionais da educação devem entender que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, porque não se pretende abordar Política no sentido partidário, mas de ação em conjunto com a sociedade, não separando do processo da cidadania, se assim não o fizer, criam-se interpretações equivocadas,

provocando rejeição singular à política, as quais proporcionam valoração à cidadania. Não há termos distintos/divergentes no que tange à palavra “Política”, conforme afirma Cortella (2015, p.52):

A noção de política está apoiada no vocábulo grego *polis* (cidade), e cidadania se baseia em um vocábulo latino correspondente: *civitatem*. Embora a origem etimológica seja diferente, os dois termos propõem que se pense na ação da vida em sociedade (ou seja, em cidade). Essa relação direta mostra ser impossível apartar os conceitos.

Para a contribuição pretendida neste tópico, é indispensável refletir Política Pública da EA tendo como dialogicidade o ideal e o real. Urge a necessidade de entendimento sistêmico dos processos, em que não há partes isoladas, mas comunicantes, formando rede de intercomunicações, pautadas nos princípios de valores de igualdade e oportunidade, construindo a partir do elemento central, sendo o currículo o veículo de interação planejada a partir das Políticas Públicas, proporcionando serviços pautados nos conteúdos da EA, entre eles, estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas.

## **2.2 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS DA ESCOLA**

A sua luta vem sendo, através dos tempos, a de superar os fatores que o fazem acomodado ou ajustado. É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga, quase sempre até sendo feita – e isso é mais doloroso – em nome de sua própria libertação

Paulo Freire

Desbravar barreiras em favor de sua autonomia não é tarefa fácil, principalmente quando nos deparamos com uma sociedade que muitas vezes não consegue conviver com o diferente. Refletir sobre as Políticas Públicas da EI é pensar na perspectiva do

coletivo, porque é na coletividade que se compreende a liberdade, a qual deve ser ponderada quando acaba a do outro. Essa conexão deve ser compreendida a partir da necessidade atrelada à liberdade. Observam-se os escritos de Karl Marx (1818-1883) quando abordava os dois reinos possíveis, os quais são necessários para compreender o processo de inclusão da PcD no contexto escolar. Marx aborda as possibilidades de conexões, o da necessidade e o da liberdade. Percebe-se, a PcD permeia a todo momento no contexto da necessidade, em que as barreiras não acessíveis dificultam adentrar no reino da liberdade.

Desta forma, percebe-se que apesar da existência das Políticas Públicas voltadas para a EI na perspectiva da Educação Especial, há uma distância entre as teorias e as práticas. Nota-se que o processo educacional inclusivo acontecerá de forma efetiva, as Políticas Públicas devem estar alinhadas ao planejamento estratégico da escola, construído pautado nas necessidades do dia a dia da escola.

Vive-se um momento em que a diversidade humana requisita-nos refletir apuradamente sobre o que vem a ser incluir o outro. Essa exigência social é, acima de tudo, um clamor como condição imprescindível para entender como aprender e como entender o mundo e a nós mesmos.

A CF no Artigo 205 determina a Educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No Artigo 206, § I estabelece como um dos princípios para o ensino a igualdade de condições e permanência na escola. O Artigo 208, § III dispõe dever do Estado o AEE a todas as PcD na Rede Regular de Ensino. Considera-se que, o acesso ao ensino é obrigatório e gratuito como direito público e subjetivo.

Nesta perspectiva, observa-se no Artigo 5º § XV da CF/88, dispositivo legal do direito de “ir e vir” como parte integrante do direito à liberdade pessoal. É direito fundamental inerente às características essenciais da natureza humana. Pertence ao grupo denominado por Norberto Bobbio (2004) de "direitos de primeira geração", que está dentre os direitos à vida, à dignidade humana, à segurança, à liberdade de manifestação do pensamento, à liberdade de consciência, de crença, de associação e de reunião. É também conhecido como direito de locomoção ou de liberdade de circulação. Mas, quando se interroga se é direito legítimo, por qual motivo vivenciamos tantas barreiras? Nota-se uma incongruência entre a teoria e a prática. A PcD é livre para ir aonde quiser, ela precisa ser livre da carência de recursos também.

Esta divergência pode estar alinhada a processo cultural frente à PcD. Negligência e exclusão são termos que estão em ascensão, os quais podem ser frutos dos padrões sociais restritivos e às vezes letais. Na história da humanidade, registra-se que as sociedades greco-romanas valorizavam a beleza e a perfeição e por isso não aceitavam quem não se enquadrasse nesse perfil. Em Esparta, por exemplo, havia o costume de lançar crianças deficientes em um precipício e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. Estes comportamentos são evidenciados nos postulados de Platão 429-347<sup>a</sup>.C quando diz:

Quanto aos corpos de constituição doentia, não lhes prolongava a vida e os sofrimentos com tratamentos e purgações regradas, que poriam em condições de se reproduzirem em outros seres fadados, certamente a serem iguais progenitores. [...] também que não deveria curar os que, por frágeis de compleição não podem chegar ao limite natural da vida, porque isso nem lhes é vantajoso a eles nem ao Estado.

Nota-se que a humanidade silenciou e escondeu por muito tempo as PcD. Este grupo de seres humanos eram acolhidos pelos asilos para serem protegido, não se acreditava em seu desenvolvimento, desta forma, se travam de pessoas com "anormalidades". As primeiras instituições especializadas surgiram somente mais de 200 anos depois, quando, na Europa, por volta de 1500, iniciam-se os primeiros movimentos em prol da Educação a PcD.

LEMOS (1981, apud BUENO, 1993, p. 56) descreve que nos arquivos da história brasileira há registros de adjetivos os quais eram atribuídos a PcD. Termos como: “aleijados”, “enfeitados”, “mancos”, “cegos” ou “surdos-mudos”. Registra-se a partir do século XVIII literatura que aborda as primeiras iniciativas voltadas para a pessoa cega e outros grupos com deficiência, com objetivo de minimizar a exclusão.

A partir do século XIX, os avanços no campo da medicina acontecem, a PcD começa a ser produto de pesquisas, possibilitando avanço nas descobertas. Nesta época há elucidação de diversas respostas significativas para as questões da PcD. Para o campo da Educação, Mendes, (1995), afirma que, somente no século XIX e meados do XX começam a surgir algumas escolas especiais e centros de reabilitação e nascem novos entendimentos sobre as PcD, despontando a percepção de que esse grupo de sujeitos poderia ser escolarizado e produtivo. Avanços tímidos aconteciam, porém de muita valia para a compreensão da PcD no contexto social.

Porém, em meados do século XX, com o fortalecimento dos movimentos sociais, os quais lutavam contra atitudes excludentes e discriminatórias, surge em nível mundial a defesa de uma sociedade inclusiva. Com esse transcurso, é identificada a necessidade de superação do modelo segregativo que a PcD vivenciava, promovendo um crescimento das reivindicações por Políticas Públicas Educacional que contemplassem este grupo social.

A partir dessas lutas, desponta a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia no ano de 1990. Momento de conclamo de atenção para os altos índices de crianças, adolescentes, jovens e adultos sem escolarização, tendo como objetivo promover o acesso e a permanência de todos na escola. Nesse contexto de mobilização, a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade – UNESCO/1994 aprofunda a reflexão acerca das práticas educacionais excludentes, questionando o modelo educacional calcado no atendimento clínico e assistencial ofertado em classes e escolas especiais.

Fruto desta Conferência, em Salamanca, na Espanha, surge a Declaração de Salamanca com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. A declaração representa o reconhecimento da escola como espaço mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando, como princípio fundamental, que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Ressalta-se o item 7º da Declaração de Salamanca, por se tratar de observância clara sobre a estrutura de ação da Educação Especial de princípio básico fundamental o aprendizado de todos sujeitos, independentemente das dificuldades que este possa apresentar e que a escola inclusiva tem como obrigação reconhecer e responder às necessidades diversas, assegurando-lhes a qualidade de ensino-aprendizado, facultando adaptações curriculares, estratégias de ensino e cooperação com a comunidade.

A abordagem do item 16º da mesma declaração diz sobre linhas de ações a nível nacional, faz recomendações frente às políticas educacionais em todos os níveis de ensino, que a PcD deve frequentar classe escolar inclusiva. No item 26º reporta às necessidades de adaptação do currículo objetivando proporcionar oportunidades igualitárias, apropriadas ao aluno com habilidades e interesses diferenciados. Tratando-se de avaliação no item 29º, fica explícita a necessidade de repensar e ressignificar as formas de avaliação para a PcD, buscando estratégias que superem as dificuldades



específicas de cada aluno, auxiliando na superação, estabelecendo critérios necessários conforme afirma Holffmann, (2002, p. 46) ” um instrumento de avaliação inadequado, ou mal elaborado, pode conduzir o processo ensino e aprendizagem para o oposto do desejado”.

No Brasil, embora a Declaração de Salamanca tenha se tornado uma referência, observa-se que o poder público promove, nesse período, o fortalecimento do sistema paralelo de Educação Especial formado por uma rede de instituições filantrópicas conveniadas, além da criação de escolas e classes especiais nas Redes Públicas de Ensino, cuja característica central é o atendimento de estudantes com deficiência separados dos demais estudantes, representação de modelo segregativo.

No ano de 1996, a educação brasileira é reformulada e regida pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, a qual determina, no Art. 4º § III, que o AEE para a PcD seja ofertado preferencialmente na rede regular de ensino. Já no Artigo 58º a Educação Especial é considerada como modalidade de ensino de Educação Escolar, devendo ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, a todas as pessoas com deficiência.

Destaca-se a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais Educação Especial pelo Parecer do CNE/CEB nº 17/2001, definindo Políticas para Educação Inclusiva, como também propostas para sua operacionalização.

A partir de 2003, no contexto da nova agenda política educacional brasileira pactuada para garantir a universalização do acesso à escola e à educação de qualidade para todos, propõe-se a reorientação da política de educação especial. Com objetivo de transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, se fortalecem os espaços de discussão e de formação dos profissionais da educação, tendo como foco os referenciais legais, políticos e pedagógicos que fundamentem a EI.

No âmbito internacional, amplia-se a discussão sobre a garantia do direito à educação das pessoas com deficiência e o seu pleno acesso à educação regular é assegurado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD/ONU/2006. A educação inclusiva torna-se um direito incondicional. A Convenção afirma o compromisso dos Estados Partes com a efetivação desse direito em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e em igualdade de condições.

O Brasil homologa essa convenção e, com base nos seus fundamentos, publica a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008),

alterando o caráter dessa modalidade. A nova política orienta os sistemas de ensino para a garantia de matrícula de todos os estudantes com deficiência nas classes comuns de ensino regular e para a transformação de escolas especiais em centros especializados de apoio à inclusão escolar.

A fim de criar condições para assegurar o cumprimento da meta de inclusão plena estabelecida pela Convenção e instituída pela Política Nacional, são definidas ações estratégicas no âmbito do financiamento público que favorecem a organização dos serviços, dos recursos e a oferta do atendimento educacional especializado nas escolas regulares, bem como, a expansão dos cursos de formação docente nesta área.

Nesse processo se consolida um campo de estudos referenciado na concepção de educação inclusiva que subsidia a elaboração de novas bases para a organização da educação especial nessa perspectiva e um movimento político de sustentação e disseminação dos fundamentos e práticas educacionais inclusivas em todo país.

A partir da ação articulada entre os diversos segmentos envolvidos na construção da política de inclusão se fortalecem as ações para a identificação dos processos de exclusão educacional, o questionamento aos modelos que atuam na sua reprodução e a implantação de mecanismos para a eliminação das barreiras que impedem o pleno acesso e a participação de todos na educação regular.

Observa-se um processo de construção progressiva no século XXI, fruto das diversas lutas e consequentemente da criação de diretrizes com objetivo de melhoria da qualidade de vida da PcD que foi evidenciado até meados de 2015, uma vez que o Brasil se encontrava em pleno vapor de discussões sobre a Diversidade humana brasileira, os movimentos sociais estavam sempre em debates nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais.

Fruto de todas as lutas, em 06 de julho de 2015 a Excelentíssima Presidente da República, Dilma Rousseff, institui a Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146/2015 também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Este arcabouço é referendado pela PcD como marco legal, um agente modificador da história e efetivador de garantias dos direitos da PcD no Brasil.

Nas disposições do direito à Educação, de acordo com o Capítulo IV Artigo 27, a Educação constitui direito da PcD, corroborando com o Artigo 205 da CF/88 quando diz que a “Educação, direito de todos e dever do Estado e da Família”. A LBI a assegura sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e

habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura a oferta educacional da PcD como dever não tão somente do Estado e da família, mas também da comunidade escolar e da sociedade, ofertando uma Educação de qualidade à PcD, colocando-a com elemento partícipe da convivência escolar, potencializando assim a diminuição da violência, negligência e discriminação.

Destaca-se o Artigo 28 quando incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar conforme descrito:

- I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
- IV - Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;
- V - Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;
- VI - Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;
- VII - Planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;
- VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;
- IX - Adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;
- X - Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
- XI - Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - Oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - Acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - Inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - Acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - Acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - Oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - Articulação Inter setorial na implementação de políticas públicas (BRASIL, 2015. p.4).

Reconhece que a Educação, na perspectiva inclusiva da PcD, está vivenciando sensações quase imperceptíveis decorrentes de mudanças impostas para a sociedade, numa rapidez que nos configura em um verdadeiro descompasso entre as mudanças e a realidade escolar e social, porém é perceptível também que a sociedade e as instituições de ensino marcaram sinais evolutivos deste momento histórico para a EI conforme afirma Lima, (2013):

Acredito que o atual momento histórico seja revelador de como as transformações paradigmáticas do conhecimento têm possibilitado questionar as teorias, os conceitos, os modelos e perspectivas. Decreto que a perspectiva vislumbrada pela multiplicidade do caráter inclusivo da educação, sendo e se fazendo na dialogicidade de diferentes realidades, modos de ser, mobiliza a formação de professores “regular e especial”, a romper com as marcas do silenciamento, da neutralidade, esgarçando o olhar e o justificar, na e pela deficiência. E o fundante deste desafio está no implicamento da formação e pesquisa, de se pensar e se fazer, na e pela multiplicidade de vozes para que as vozes dos professores se façam presentes nessa multiplicidade. (LIMA, 2013, p.15)

Assim sendo, a construção de uma escola inclusiva requer uma profunda reflexão sobre nossos pensamentos e ações. Para tal, é mister mudanças de mentalidade e comportamento frente a PcD. Não há mudança sem refletir, conforme Freire (2014) na pedagogia da autonomia, diz que a prática sem a reflexão pode se transformar em

ativismo, ou seja, um procedimento automático que é característica do método reprodutivo, o qual asfixia o espírito da criticidade, reprimindo o livre pensar.

Incluir a PcD no universo escolar não configura como responsabilidade legal, apenas o ato de matriculá-la institucionalmente e, assim fazendo, estamos distorcendo o verdadeiro significado do processo inclusivo conforme afirma Mantoan (2004, p.37):

Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular e desconsideram os benefícios que essa inovação educacional propicia à educação dos alunos em geral, ao provocar mudanças de base na organização pedagógica das escolas e na maneira de se conceber o papel da instituição escolar na formação das novas gerações.

Ao pensar no diferente, certamente nos deparamos com uma certeza que todos os seres humanos, particularmente, são possuidores de alguma limitação. Para Mantoan (2003, p. 20) ao pensar numa comunidade escolar inclusiva se faz necessário que “seus planos se redefinem para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”.

Neste sentido, a prática docente não avaliada por aquele que a faz, pode excluir ao invés de incluir, tornar dividido o que é sistêmico, fatiar o que em verdade, por natureza, se constituiu uma totalidade. A prática da EI objetiva o atendimento e respeita as diferenças colocando o ser humano como sujeito evolutivo, dinamizando suas conquistas individuais e potencializando suas habilidades e especificidades.

Colocar a PcD como participante integral no processo de construção da cidadania é proporcionar a esses sujeito seu lugar no universo chamado por Capra (2006) como a “teia da vida” onde cada indivíduo transmite seu sentido de entrelaçamento e de interdependência de todos os fenômenos, ou seja, a PcD no meio ambiente é tão importante para o organismo social quanto os demais.

Desta forma, o universo educacional é, factualmente, um meio ambiente propício para desenvolvimentos de todas as suas especificidades e habilidades. Desta forma, é necessário entender que, o âmbito educacional, que é social, torna-se espaço motivacional e potencializado das necessidades que a PcD requer para seu desenvolvimento. O cotidiano escolar, na perspectiva inclusiva, potencializa em todos os envolvidos uma consciência crítica igualitária e cidadã.

É convivendo com a diferença que se entende a individualidade, o tempo e a forma com que o aluno com deficiência constrói seu arcabouço de aprendizagem, fator indispensável para a promoção da inclusão escolar e consequentemente melhoria da sua qualidade de vida, respeitando o exercício pleno da cidadania. Sendo contrário a este pensamento abrem-se margens para que se continue no processo excludente. Não há espaço para o modelo cartesiano, dominante e excludente conforme Araújo *al* (2009, p.40-41) quando diz que:

O sistema escolar produziu e continua reproduzindo suas disciplinas, sua seriação, suas grades, e se limita a ensinar suas próprias produções e a aprovar ou reprovar com base em critérios de precedências. A escola não respeita a cultura do aluno, impondo a cultura dominante. Como o aluno se conhece no contexto da escola, acaba por ser interrompido em seu processo de aprendizagem, muitas vezes sem entender que é alvo de um esquema previamente programando para que ele não vença.

Ainda se vivencia contexto distanciado entre a compreensão de cada sujeito e a consciência dominante pelo modelo cartesiano. Porém mesmo havendo esta dualidade, a escola começa a vivenciar transformações paradigmáticas no processo educacional, as conquistas de avanço são visíveis, porém enxergam-se retrocessos, conforme Mantoan (2004, p.14) aborda que a escola “se entupiu de formalismo, da racionalidade e cindiram-se em modalidade de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracias”. Desta forma depara-se com Políticas Educacionais inclusivas, porém o chão da escola não se harmoniza com o solicitado. As Políticas sozinhas não incluem!

A inclusão da pessoa com deficiência surge da procura do homem no sentido de vencer os desafios que a existência humana lhe apresenta nos diversos períodos da história[...] Tal modelo foi um dos fatores que influenciou na mudança de alguns valores desta era, de alguns conceitos ou pontos de vistas, os quais consistem em conviver ao invés de eliminar, inserir no lugar de deixar a margem, isto é, recuperar em troca de excluir, incluir ao invés de excluir” (SILVA, 2014, p.40-41)

Diante desta afirmativa, só tem um caminho a seguir, que é entender não apenas teoricamente, mas, sobretudo, factualmente que a PcD, enquanto indivíduo, parte integrante da sociedade, está fixada nos processos cíclicos da natureza, ou seja, deve-se

respeitar suas individualidades e potencializar as habilidades, no compasso de que é a escola que necessita adaptar-se, e não a PcD adapta-se ao espaço escolar.

Desta forma as Políticas Públicas inclusivas são verdadeiras questionadoras/reflexivas/ responsabilizadoras, sobre o que significa a escola inclusiva na perspectiva da Educação Especial. Porém a resposta de Aranha (2004) é oportuna, quando compreende que a escola pode ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer cada sujeito, independentemente da etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer situação.

Estas alternativas são observadas nas recomendações do parecer nº 17/2001 das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, quando garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade, atendendo cada especificidade de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Não se pode ser ingênuo de pensar que “consciência” pode mudar. O que se deve é acreditar na sensibilização, na ressignificação das atitudes frente aos seres humanos e ambiente no processo pedagógico, condicionantes do conhecimento no pensar e refletir para mudar.

Para compreender a singularidade e especificidade de cada sujeito deve-se ter em mente que cada “ser humano” possui ritmo de aprendizagem particular, que divergem em suas habilidades e dificuldade de interação com o meio. Arruda et al (2014 p.07) corrobora com este pensamento quando diz que:

A complexa combinação dessas habilidades com as experiências singulares do viver e aspectos biopsicossociais, educacionais, religiosos e culturais, resulta na diversidade absolutamente admirável da espécie humana. Tal diversidade é Gestalt, um sistema complexo em que as propriedades não são uma consequência natural de seus elementos constituintes vistos isoladamente e decorrem em grande parte da relação não linear entre eles, sendo o todo mais do que a soma das partes.

É sob a ótica das combinações frente às habilidades da PcD no âmbito social que se necessita de um sistema educacional aberto e comprometido. É “emergencial a promoção da pedagogia contemplando a os sujeitos sociais” (Op cit, 2004, p.7). Desta forma, vislumbra-se diminuição gradativa da exclusão escolar e social e que possuem conhecimentos que possibilitem a inserção deste grupo de sujeitos. Isso implica no repensar permanente e não em momentos pontuais, ou como podemos chamar de

transitórios em questões amplas educacionais, estruturais e formação do professor, pois essas mudanças são flexíveis e gradativas, necessitando apenas que haja a manifestação de um importante desejo pela inovação.

### **2.3 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CIRCULAÇÃO E APROXIMAÇÕES**

Platão afirma que “a democracia é o lugar onde reina a liberdade”, tomando como base Freire (2014) “a educação como prática da liberdade” voltada para a superação da opressão e da alienação do capitalismo dissociando as relações intrínsecas entre os seres humanos e a natureza.

Desta forma, suscitar a circulação entre a EA e a EI é possível, mesmo sendo, em primeira análise, campos aparentemente distintos, porém foram Políticas Públicas construídas com objetivos e singularidades pautadas na transformação social e propositura de melhoria da qualidade de vida dos seres humanos. Ambas as áreas promovem o debate e a reflexão sobre a relação entre o “eu” e o “outro”. Entende-se o ‘Outro’ como sendo os seres humanos e a natureza. Este contexto foi observado a partir das falas dos professores e gestores da EEPMOSM de acordo com a figura 1:

**Figura 1-** Representação da Educação Ambiental e Educação Inclusiva como princípio da transformação social.



**Fonte:** Próprio autor

Ou seja, os professores e gestores da Escola em questão vislumbram a EA e a EI como Educação subjetiva, cujos pressupostos e objetivos estão voltados para a valorização das diferentes formas de conhecimento, estimulando a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, consequentemente transformação social, conforme os princípios contidos no Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global ocorrido no Rio de Janeiro em 1992.

Na atualidade, a EA e a EI, estão galgando passo largos, espaços sociais, políticos e acadêmicos, fator relevante e estimulador para compreender que a EA e EI



são construídas a partir de lutas e reivindicações dos movimentos de classes sociais, refiro-me notadamente ao movimento ambientalista e ao movimento em defesa da PcD, objetivando de forma veementemente buscar a garantia do direito ao meio ambiente e o direito à vida, defendendo acima de tudo a diversidade dos modos de existir e de habitar no planeta terra.

Combater a exclusão da PcD na sociedade e eximir os preconceitos existentes contra este grupo de sujeitos, deve fazer parte de uma noção de desenvolvimento sustentável<sup>8</sup>, de compreender o que estamos vivenciando e de reconhecer o ambiente escolar como propício para efetivar o direito à vida.

Dessa forma, entender a Educação como uma prática social promotora de cidadania, e que o ambiente escolar é, acima de tudo local germinativo e propício para reconhecer as diferenças, cujos conteúdos da EA e da EI, por natureza, propiciam a diminuição de condicionantes sociais excludentes, potencializam a reflexão de como estamos buscando uma sociedade mais igualitária, sustentável na égide da ética conforme Borges (2014, p.135):

O fenômeno da ambientalização precisa ser compreendido em uma perspectiva epistemológica e, sobretudo, antropológica, pois está em constante construção nos diversos espaços sociais. A busca pela compreensão dos fenômenos, a capacidade de indagação que acompanha cada indivíduo são fundamentais para refletir sobre os processos educativos existentes. Trazendo estas questões para o debate ambiental, observa-se que o mesmo não está relacionado somente com uma mudança de atitude, mas, também a uma discussão ética.

A EA, dentre seus objetivos, trata justamente da melhoria da qualidade de vida do ser humano a partir de atividades e ações educativas que oportunizam reflexões sobre a relação homem, sociedade e meio ambiente. A EI tem sua finalidade de acolher “todos” sem exceção, proporcionando a este sujeito que está às margens da sociedade o direito a uma vida de qualidade e participação.

Araújo e Cardoso (2012, p 41-42) afirmam:

---

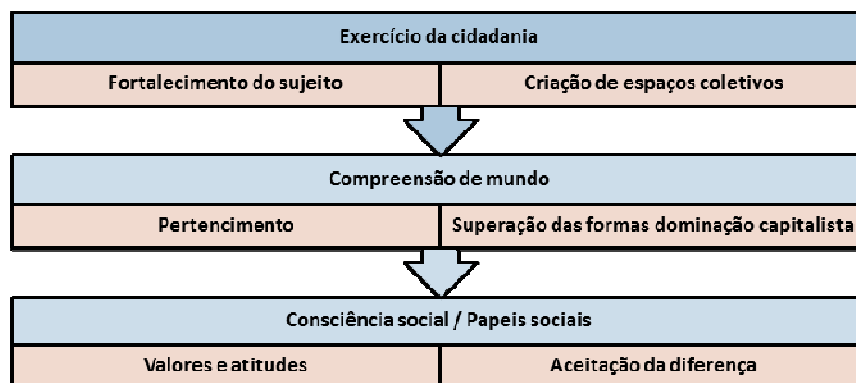
<sup>8</sup>É um conceito amplamente aceito que ganhou reconhecimento internacional através da publicação, em 1987, do relatório da Comissão das Nações Unidas em Desenvolvimento e Meio Ambiente: Nosso Futuro Comum. Desenvolvimento Sustentável significa atender as necessidades das sociedades vivendo no limite ecológico do planeta sem ameaçar a habilidade da geração futura em atender suas necessidades, o que é realizado através de três dimensões interdependentes: econômica, social e ambiental.

A educação sob o ponto de vista crítico é capaz de sensibilizar os indivíduos para a transformação favorável ao meio, de levar o ser humano a compreender que a vida só terá sentido se for com qualidade e esta não deve ser centrada apenas no acúmulo de bens, mas na convivência com o outro e que essa convivência deve ser harmônica, sem receio do outro. Um ambiente no qual as relações sejam construídas pela confiança, respeito e solidariedade. Valores esses, que a educação na perspectiva ambiental e crítica tem como desafio para a construção de uma cidadania planetária.

Refletindo dentro dessa perspectiva das relações e objetivos da EA e EI, nos faz entender que estas áreas da educação favorecem caminhos substancialmente necessários para promoção de reflexões de mundo como formar cidadãos conscientes atuantes na sociedade, oportunizar aos alunos condições de entender as relações deles com o meio. As práticas pedagógicas são ações importantes que fazem parte do currículo e este deve estar de acordo com os temas importantes e relevantes para os seres humanos, de forma a mostrar a teoria na prática, fazendo adaptações curriculares de acordo com a necessidade de cada um.

A relação com o outro e com o meio são interdependentes, desde quando todos os seres e todas as coisas são reconhecidos como parte de um todo indivisível, ou seja, a própria natureza, porque todos se comunicam com o todo, não existe diferença nas relações entre a natureza e o homem, somos a própria natureza, os seres vivos se intercomunicam e são interdependentes. As práticas sobre a EA e EI são áreas interligadas não só com o fazer pedagógico, mas com a vida de forma geral, descrito no esquema da figura 2:

**Figura 2** - Possíveis conexões e interligações da Educação Ambiental e Educação Inclusiva



Fonte: Próprio autor

Ambas as áreas proporcionam o fortalecimento do sujeito, criam espaços coletivos e amplia a compreensão de mundo das pessoas, os pressupostos da EA e da EI promovem a identificação entre a pessoa e o meio onde vivem. Superam as formas de dominação capitalista, estimulam a consciência social e efetivação dos papéis sociais, pautados nos valores e atitudes, consequentemente aceitação das diferenças.

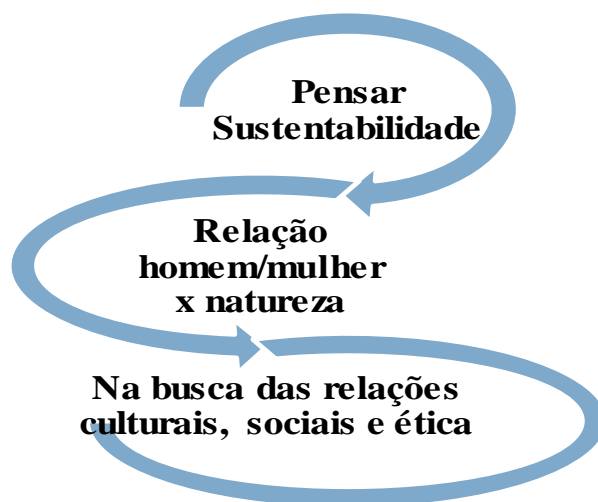
Tudo isso só acontece porque a EA e a EI são processos que envolvem a coletividade. Pensar na coletividade é basicamente compreender o que está previsto na Política de EA, quando prevê construir, por meio da coletividade, os valores sociais, tais como conhecimento e habilidades, objetivando a conservação do meio ambiente, desta forma garantido uma melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade.

Não deslumbra uma coletividade onde o respeito ao outro não seja priorizado, deve respeitar as especificidades de cada sujeito envolvido nas práticas educacionais, precisamos compreender que cada ser humano é dotado de potencialidades nas suas especificidades, desta forma compreende-se a PcD.

Desta forma, compreender a valorização do outro é também respeitar o papel social que cada um exerce na sociedade, porém visualizamos um declínio de valorização da PcD na sociedade, no meio ambiente em que ele vive há uma lacuna de reconhecimento do papel deste sujeito na sociedade e isso reflete negativamente enquanto educadores ambientais, pois buscamos uma sociedade mais justa e igualitária, construindo um presente com olhares para as futuras gerações, um futuro para todos, sem exclusão.

Desta forma, os pressupostos da EA e da EI por natureza são circuladas, há aproximações visíveis e correlatas em diversos objetivos. Seus conteúdos são basilares de sustentabilidade dos seres humanos e o meio ambiente. Ambas despertam chamados do cuidar com o outro, são direcionamentos que devem ser vistos como um direito à vida, ou seja, em todos os aspectos e dimensões da vida, de modo a tornar participante do ambiente social, possibilitando, assim, uma aproximação maior da realidade com o meio ambiente. É pensar a sustentabilidade de forma ampliada constatado na figura 3:

**Figura 3-** Representação do pensar sobre a sustentabilidade



**Fonte:** Próprio autor

Os pressupostos da EA dispõem refletir sustentabilidade pensando nas relações seres humanos e natureza, porém aproximando as diretrizes da EA com e EI vislumbra pensar sustentabilidade como objetivo de busca das relações pautado nas condições culturais e sociais baseadas na égide da ética.

Para Tristão (2005), a dimensão ética que envolve esse princípio da responsabilidade convida-nos a entender nossa conduta como aquela que vai respeitar o outro como legítimo na convivência, seja ele um ser humano, seja um grupo social, seja a natureza. Esta ética inscreve-se numa responsabilidade com o futuro. Desta forma, a inclusão da PcD na sociedade é um dever ético.

Essa relação pode ser efetivada através de atitudes e comportamentos gerados pela EA, a partir da tomada de consciência de que tudo está ligado e interligado, é ir além daquilo que às vezes nossos olhos enxergam e, acima de tudo, respeitar o outro, respeitar todos. Tem que envolver todos, tem que pensar quem está incluindo quem, assim, necessita buscar empreender os valores necessários entre todos. O meio ambiente é tudo, os seres vivos necessitam de todos, tudo está envolvido entre tudo, uma coisa auxilia a outra.

É nesta percepção que se evidenciam os pressupostos da EA como promotores na diminuição das barreiras atitudinais e metodológicas que impedem a inclusão social da PcD. Nesta perspectiva, questionamentos relativos ao desenvolvimento sustentável vêm fundindo-se na intenção de gerar uma nova perspectiva nas relações seres humanos e ambientes, conforme apontam Maturana e Varela, (1995, p. 252) “O homem moderno

vive em um período do desconhecimento do desconhecer. O não comprometimento com as ações sociais faz ser omissos com relação às responsabilidades sociais perante aos demais seres humanos”. Brota-se um novo conceito no contexto ambiental, objetivando a visualização do sujeito com possibilidades a partir de uma ampla valorização da vida humana.

Pensar no outro nos faz refletir sobre a existência dele em suas especificidades, aprendendo a conviver com suas diferenças, não pode deixar de admitir que a vida em sociedade só se constrói com a ajuda do outro, como diz Cortela (2015, p.40) “O indivíduo não é o ponto de chegada, mas o ponto de partida”. É observar o próximo de forma igualitária, como olhar-se para si mesmo.

Não pode aceitar que a PcD não seja incluída no processo de Educação, é necessário alargar o olhar na dimensão holística do indivíduo enquanto “ser” constituinte da natureza, porque, segundo Capra (2006 p.25) “a visão holística reconhece tudo como um todo e a ecológica considera além do fator sistêmico leva em consideração a relação de cada “parte” com o todo e sua influência sobre o mesmo”.

Nesta perspectiva, deve ressignificar o papel da escola, do professor e do entendimento de como fazer EA e EI, pois necessitamos de uma educação social e não de uma comunidade escolar exclusiva, que não está não para adaptar-se à deficiência, mas vencê-la. Isso só consegue quando:

A educação para o ambiente deve reformular constantemente seus métodos, conteúdos e orientações à luz dos indivíduos, grupos e novas situações que surgirem [...] Este processo deve ser essencialmente uma pedagogia da ação para a ação [...] promover um diálogo interdisciplinar, quanto aos conteúdos e objetivos de cada disciplina, articulando-as entre si, visando facilitar a percepção integral dos problemas ambientais e estabelecer uma possível ação bastante racional que corresponda aos anseios sociais (GUIMARÃES, 2007, p.20)

Busca-se empreender a escola como ambiente de transformação social, a EA e a EI devem estar presentes no cotidiano educacional como fator de relevância em suas atividades pedagógicas. São áreas educacionais por natureza promotoras de reflexões acerca de uma educação crítica reflexiva. Por índole a EA e a EI verdadeiras convocações para a construção e promoção de relações humanas. Rompem com preconceitos, ampliam a percepção de mundo, possibilitam a garantia de uma sociedade menos desigual.

Para que possam ser compreendidas as relações e aproximações entre as a EA e a EI como políticas educacionais e Política de Estado as quais buscam repensar a Educação como fortalecimentos da diminuição das desigualdades sociais, mister se faz refletir sobre a recomendação nº 01 de 2015 do CONADE que dispões sobre a EA na perspectiva da EI:

Considerando que o documento final da Rio+20, denominado “O Futuro que queremos” destacou cinco pontos relacionados a pessoa com deficiência: “I) A reafirmação da responsabilidade dos Estados em respeitar, proteger e promover os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer espécie ou tipo de deficiência, entre outras situações de diversidade que são alvo de preconceito (§ 9º); II) O reconhecimento da essencialidade da ampla participação e acesso à informação e às instâncias judiciais e administrativas, pelas pessoas com deficiência, entre outros grupos, nos processos que contribuem para a tomada de decisão, planejamento e implementação de políticas e programas para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis (§ 43); III) A afirmação de que a as políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza devem melhorar as condições de vida e o bem-estar das pessoas com deficiência, entre outros grupos pobres e vulneráveis, em particular nos países em desenvolvimento (§ 58, letra k); IV) O comprometimento com a promoção de uma abordagem integrada para o planejamento e construção de cidades e assentamentos urbanos sustentáveis e de políticas de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que garantam habitação e serviços sociais inclusivos, bem como, um ambiente de vida seguro e saudável para todos, em especial as pessoas com deficiência, entre outros grupos pobres e vulneráveis (§ 135); e V) A reafirmação do compromisso com a garantia de acesso pleno e igualitário à educação, em todos os níveis, para as pessoas com deficiência, especialmente nos países em desenvolvimento, como meio para alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, bem como, o desenvolvimento humano, e condição essencial para a realização dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. (§ 229). (CONADE, 2015, p.04)

Para que as relações se tornem harmônicas entre si, é necessário “despir-se” de qualquer interferência excludente e não sustentável, porque a EA e a EI estabelece papéis fundamentais nesses contextos.

Sato (2004) afirma que, a tarefa da EA é reconstruir nova ética capaz de comportar a tensividade e o diálogo, recuperando o movimento das mãos e das mentes de cada sujeito ecológico. A formação do sujeito ecológico dar-se-á através da educação

ambiental por meio de valores que conduzam uma sobrevivência harmoniosa com o ambiente e todos os habitats do planeta.

As práticas sobre a EA e a EI proporcionam formar cidadãos atuantes na sociedade, dando-lhes uma melhor perspectiva e, conseqüentemente, qualidade de vida. Ambas estão pautadas no respeito às diferenças, valor necessário para efetivação da PcD na escola. É desafiador pensarmos diferente uns dos outros, porém é fundamental para construirmos novas possibilidades de relação e em tempo algum distanciar uns dos outros. São nas possibilidades de relação e aproximação que se vislumbra a circulação entre a EA e a EI.

### **3.0 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PPP DA ESCOLA MYRIAM MELO**

Falar sobre um Projeto Político Pedagógico, nada mais é do que falar em democratização e participação de uma comunidade escolar. O projeto faz com que a escola saia da rotina, é uma união perfeita entre escola e sociedade.

Monique Millet

Com o objetivo de verificar em que medida os princípios da EA e da EI estão presentes no cotidiano da Escola, foi realizada análise do documento que norteia a prática pedagógica e entrevistas com professores e gestores.

Assim, essa seção tem como finalidade apresentar as reflexões e achados decorrentes das análises dos dados fornecidos pela análise documental e pelas falas dos professores e gestores sobre o que rege o PPP.

Conforme citado no PPP (2015), a Escola foi criada em 1963, porém somente no ano de 1978 foi conferida com o decreto nº 3976/78 e autorizada pelo Conselho Estadual de Educação - CEE em 26/06/1979, por meio da Resolução do CEE nº 84, recebendo o nome de Pré-Escolar Professora Myriam de Oliveira Santo Melo, porém a partir da resolução nº 267 de 28/12/2006 passa a ser chamada de Escola Estadual Professora Myriam de Oliveira Santa Melo ofertando modalidade de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e EJAEF-1.

Compreende um espaço de ensino Público Estadual, situado à rua Raimundo Fonseca, S/N, bairro 13 de julho, na cidade de Aracaju - SE, subordinado administrativamente à Rede Estadual de Ensino e funciona em dois turnos – matutino e vespertino. Recebeu o nome de Professora Myriam de Oliveira Santos Melo em homenagem a quem, no exercício de sua profissão, buscou, incansavelmente, junto ao governo da época, o Exmo. Senhor Governador Augusto Maynard Gomes, a criação de um Serviço Especializado de Educação Infantil de crianças com faixa etária entre 03 a 06 anos.

Como toda escola, deve construir o próprio PPP com objetivo de contribuir com propostas que estabeleçam as orientações relativas ao processo ensino-aprendizagem, tornando-se documento de caráter democrático. Nesse sentido, o PPP do Myriam Melo,



foi construído baseado no contexto democrático, conforme está descrito: “este projeto se constitui na elaboração coletiva, participativa e construtiva da escola”. (PPP, 2015).

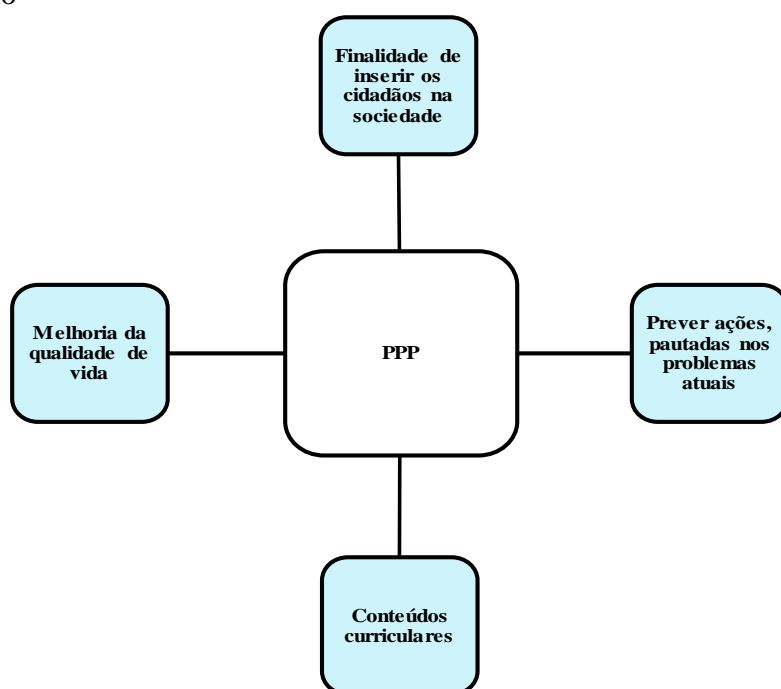
Para LIBÂNEO (2005, p. 345) "O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação." Sendo este processo, a âncora no auxílio da promoção de uma escola menos excludente e mais acessível.

Desta forma, considera-se o PPP como documento que direciona os caminhos que a escola possibilita para adequação das especificidades dos alunos. Portanto não deverá ser construído com finalidade meramente de atender exigência legal, muito menos para constar como documentação escolar distante da realidade escolar, deve-se entender como proposta essencial para a educação escolar, compreendendo-se como elo fundamental entre a escola e a sociedade.

A aprendizagem acontece quando as ações e metas previstas no PPP são direcionadas de forma efetiva, quando isso acontece favorece ao aluno transformações significativas de entendimento da realidade social. Nesta perspectiva, é importante observar o que os professores e gestores pensam sobre o PPP.

Há entendimento por parte dos professores e gestores da EEPMOSM, esquematizando na figura acima, que as propostas estabelecidas no PPP são indispensáveis no fazer pedagógico da escola, as quais reverberam nos conteúdos curriculares, pautadas em ações com assuntos atuais, os quais terão como objetivo final a inserção/pertencimento de todos os sujeitos envolvidos no meio ambiente e na consequentemente melhoria da qualidade de vida, como demonstrado na figura 4:

**Figura 4** - O significado do PPP a partir dos professores e gestores da Escola Myriam Melo



**Fonte:** Próprio autor

Desta forma, a figura 4 representa a síntese das concepções do PPP quando a Unidade Escolar planeja a sua elaboração, regido sobre a égide de reflexões a partir da realidade do “chão da escola” de modo participativa, busca esclarecer que cidadão se quer formar? Tanto a mobilização como a participação e a negociação não ocorrem sem intencionalidade. A proposta pedagógica tem um conteúdo que vai sendo construído a partir da especificidade de cada escola. Outra questão presente na elaboração do PPP é como construir a identidade da escola no seu projeto político-pedagógico? Toda escola deve ter uma alma, uma identidade, uma qualidade que a faz ser única para todos que nela passam uma parte de suas vidas.

Orienta Libânio (2004) que o vínculo cognitivo e afetivo deve ser construído a partir das vivências propiciadas a toda a comunidade escolar. E essa preocupação deve estar presente na elaboração do projeto político pedagógico, o qual deve contribuir para criar ou fortalecer a identidade da escola.

Quanto a esse aspecto, a comunidade escolar deve levantar as características atuais da escola, suas limitações e possibilidades, os seus elementos identificadores, a imagem que se quer construir quanto a seu papel na comunidade em que está inserida. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) afirma que o levantamento dos traços identificadores da escola constitui um diagnóstico

que servirá de base para a definição dos objetivos a perseguir, dos conteúdos que devem ser trabalhados, das formas de organização do seu ensino.

Partindo dessas reflexões, considere-se que a SEED tem um papel importante na elaboração, pois a ela é destinado o poder de orientar a construção do PPP, a fim de se consolidar uma identidade na educação do sujeito. Foi o ponto de partida para entender como o PPP nas Escolas da Rede Estadual eram construídos. Desta forma foi necessário verificar na SEED a existência de qual/is documentos oficiais orientam os critérios para a construção do PPP.

Buscando responder a esses questionamentos, inicialmente, foi realizado, através do *site* da SEED ([www.seed.se.gov.br](http://www.seed.se.gov.br)) a busca de orientações acerca da construção do PPP, bem como documentos oficiais que regulamentasse. Não fora encontrado nenhuma informação acerca de como construir o PPP nas escolas da Rede Estadual de Sergipe. Respeitando a hierarquia administrativa da SEED, buscou-se no Departamento de Educação – DED e no Departamento de Inspeção Escolar – DIES, documentos oficiais que fossem a via norteadora da Rede Estadual de Ensino para a construção do PPP. No DED não tem documento pertinente à construção do PPP. Quanto a DIES, foi disponibilizada a Resolução Normativa nº 5 d 12 de novembro de 2015 do Conselho Estadual de Educação de Sergipe – CEE/SE, havendo, no Capítulo II, informações sobre o PPP.

Consideram-se importantes as informações contidas no capítulo II da Resolução, por compreender que é o único documento oficial que as Escolas da Rede Estadual de Sergipe possuem para ter como parâmetro a construção do PPP. Desta forma, a estrutura está da seguinte forma: Seção I das disposições preliminares Artigo 4º e 5º; Seção II da elaboração Artigo 6º, 7º, 8º e 9º; Seção III da estrutura Artigo 10º, 11º e 12º; e a Seção IV das disposições gerais Artigo 13.

Mesmo a SEED não dispendo de nenhum instrumental oficial que norteie a construção do PPP nas Escolas da Rede, a Escola possui PPP construído de forma democrática e participativa, conforme descrito no documento. Neste documento estão descritas metas e estratégias que versam valorizar a Educação como instrumento de humanização e de interação social, proporcionando um ensino de qualidade através de parcerias entre pais, alunos e escola de forma cooperativa para que se alcance a formação do indivíduo possibilitando a construção de sua própria autonomia e cidadania, reconhecendo-se como ser único, numa perspectiva da coletividade.

Identifiquei, a partir da análise documental, que a Escola possui autonomia pedagógica, administrativa e gestão financeira, as quais estão alinhadas ao Artigo 15º da LDB. Assim sendo, a Unidade Escolar passa a ter autonomia na construção de um espaço público de liberdade e responsabilidade a partir da construção, viabilização e execução de seu plano de trabalho.

Outro fator identificado no documento corresponde à conformidade da Escola com o Artigo 10 da resolução nº 4, do Conselho Nacional de Educação e o Artigo 28, inciso III, da LBI nº 13.146/2015, quando dispõe que o AEE esteja contemplado no PPP.

Gadotti (2000) destaca que o PPP está inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada universo educacional é resultado do processo de desenvolvimento de suas próprias contradições, estas favorecem espaços de debates e reflexões acerca das individualidades e suas especificidades, todos devem ser envolvidos. Nessa direção, o **professor 3** argumenta que “nossa escola tem como objetivo acolher todas as crianças, cada uma com sua especificidade, mostrando que não é só aprender a lê e escrever que se forma o estudante, mas trabalhando de forma lúdica todas as questões, inclusive a ambiental”.

É na perspectiva atitudinal de acolher todos, que as possibilidades de avanços na aprendizagem dos alunos, público alvo da Educação Especial acontecem. Para Mantoan (1997) a metáfora inclusão é a do caleidoscópio, ou seja, precisa de todos os pedaços para formar as figuras. Portanto assim é a criança que precisa de um ambiente variado, de ajuda de todos para que se desenvolva e consiga atuar dentro de uma sociedade sem limitações.

Não se identifica progresso cognitivo e de identificação enquanto sujeito participe do meio sem que haja cooperação e coletividade, disposto a romper com os preconceitos e paradigmas existente no processo de exclusão. Desta forma, o PPP deve estar ordenado e expressivo em seus objetivos, buscando promover uma escola aberta ao diálogo e aceitação da diferença. Nesta perspectiva, identifica-se no PPP do Myriam Melo consonância quando:

Acreditamos, sonhamos e trabalhamos por uma escola que vise o avanço cognitivo de seus alunos a partir da coletividade, que canalize seus esforços na construção de um ambiente educacional que oportunize, principalmente aos educandos, uma melhor qualidade de vida principalmente através da aprendizagem e da boa convivência, preparando-os para agir como cidadãos na sociedade.

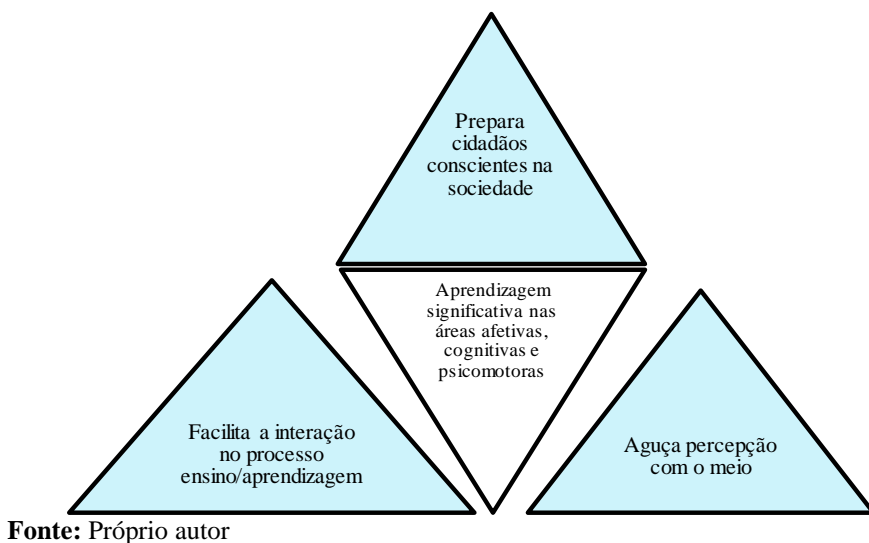
Realça-se que o PPP não é um documento meramente para responder as exigências burocrática da escola, é instrumento que possibilita caminhos viáveis para a promoção da melhoria da qualidade de vida dos alunos, descrito por Freitas et al, (2004, p.69)

O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público. (FREITAS et al., 2004, p. 69).

Quando bem estruturado, torna-se termômetro de avaliação, principalmente quando se pensa em trabalhar as questões da EA e da EI, as quais requerem redefinições constantes no fazer pedagógico. Destaca-se desenvolver projetos e ações referentes à EA e a EI, por compreender que são áreas de importância social, principalmente com o lidar com as diferenças e com o meio ambiente.

Para melhor compreender a relevância de se trabalhar com projetos contidos no PPP da escola referente à EA e a EI, questionou-se aos professores e gestores sobre o que eles pensavam acerca desse aspecto. Destacam-se as seguintes respostas de acordo com a figura 5:

**Figura 5** - Relevância de se trabalhar projetos sobre a Educação Ambiental e Educação Inclusiva.



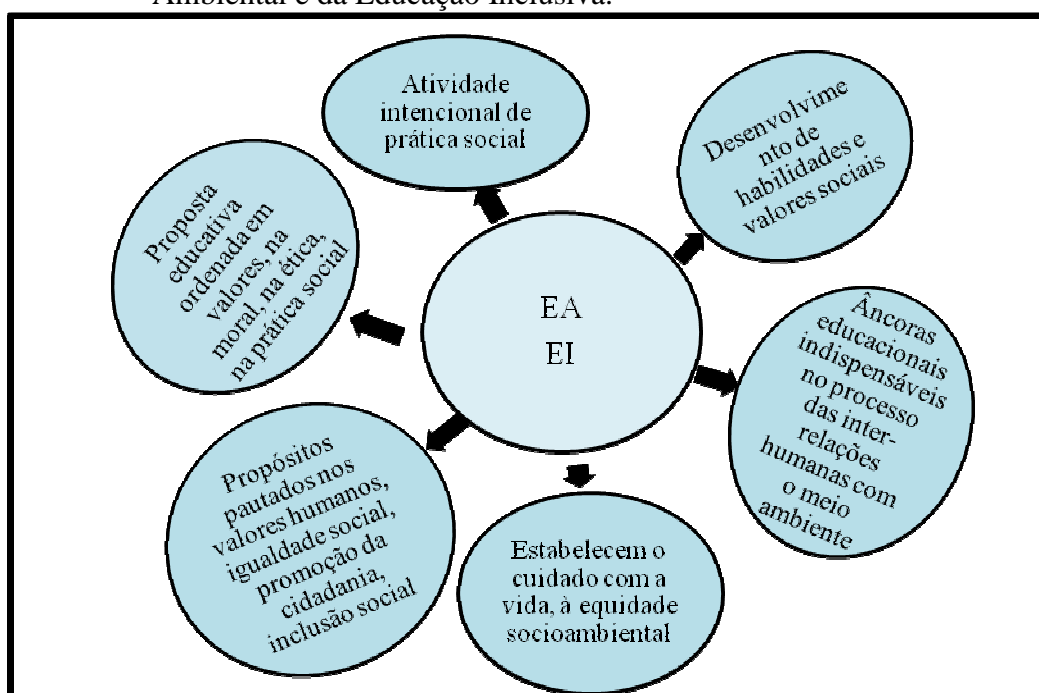
No tocante a trabalhar com projetos com temas sobre a EA e EI, observa-se nas falas dos professores e gestores que ambas as áreas potencializam maior interação entre os alunos, tornando-se mais atrativo no processo de ensino/aprendizagem, havendo participação e vivência da construção de novos conceitos. Há promoção de aprendizagem significativa, potencializando áreas afetivas entre os envolvidos, consequentemente avanço no cognitivo e psicomotor dos alunos com deficiência. Abordagens dos conceitos da EA e EI, promove ao aluno maior percepção frente ao meio ambiente e as relações, preparando sujeitos conscientes e participativos, buscando promover a cidadania.

O modo como se realiza a Educação nas sociedades contemporâneas complexas e as diferentes compreensões da relação sociedade-natureza (sentido estrito) que permeiam o movimento ambientalista e demais movimentos sociais não nos permite definir uma única Educação Ambiental, mas uma miríade de tendências constituídas por sujeitos distintos, com visões paradigmáticas de natureza e de sociedade, numa rede de interesses e interpretações em permanente conflito e diálogo conforme Carvalho (2001).

Neste sentido, vislumbra-se a compreensão dos pressupostos da EA e EI que são descritas pelos professores e gestores da Escola. Há indícios, a partir da fala dos profissionais, que seus olhares estão direcionando também para a perspectiva ambiental e inclusiva. Nota-se através das falas que a escola compreende como importante a construção da cidadania, é claro que não vislumbramos um ambiente ideal onde tudo está perfeito, mas percebe-se que a EEPMOSM está preocupada sim em oferecer uma Educação pautada nos princípios da EI e, consequentemente, pautada na melhoria da qualidade de vida de seus educandos.

O PPP analisado contempla as áreas da EA e da EI, e as falas dos docentes estão em sintonias com o proposto do documento pedagógico, conforme afirma o **Professor 2** quando diz que “promover o processo de interação, a EA e a EI pode promover **isso**”. O advérbio “isso” da fala do professor representa a melhoria da qualidade de vida, e a promoção da cidadania. Corroborando com a fala do **professor 2** reafirma o pensamento, quando “a EA trabalha na perspectiva de aceitarmos o outro do jeito que o outro é, é melhorar o outro, é respeitar o outro, é incluir o outro na sociedade”. As duas áreas de conhecimento possuem fatores condicionantes importantes para o desenvolvimento dos alunos, conforme esquematizado na figura 6:

**Figura 6** - A fala dos professores e gestores sobre os pressupostos da Educação Ambiental e da Educação Inclusiva.



Fonte: Próprio autor

Vislumbra-se, a partir das falas dos professores e gestores, que a EA e EI são atividades intencionais de práticas sociais, ou seja, corrobora com o Artigo 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA. São âncoras educacionais indispensáveis no processo das inter-relações humanas e com o meio ambiente. A EA e a EI possuem propostas educativas ordenadas em valores moral, na ética e na prática social, estabelecendo o cuidado com a vida e a equidade sócio ambiental.

Entende-se que os princípios tanto da EA quanto da EI buscam a superação de preconceitos e discriminação conforme Gatto (2015, p.84) quando diz que:

Acreditamos que a superação de preconceitos, discriminação, limites sociais, culturais e pessoais, e o respeito às necessidades das pessoas com deficiência, possibilitando que estes tenham acesso a serviços públicos como todos os produtos e bens oriundos do avanço social, econômico, científico e tecnológico, fazem parte dos princípios da Educação ambiental e Educação Inclusiva

São áreas que podem e devem ser efetivadas na escola, vive-se momento que necessita empenho em discutir sobre as questões ecológicas, incluindo a PcD, remetendo-nos à reflexão sobre sensibilização e valores, no sentido mais intrínseco da EA e EI. Nesta perspectiva, a escola em questão dá sinais de que está buscando promover a EA e

a EI nesta perspectiva de inserção em todas as áreas de conhecimento de acordo com a fala do (**Gestor 1**) “A EA e a EI trabalha interdisciplinarmente, ambas têm como finalidade inserir os cidadãos na sociedade” Desta forma, evidencia-se que a EA e a EI são importantes nas práticas do dia a dia da escola, são áreas amplas de vertentes que auxiliam a melhoria das PcD.

Justifica-se porque muitas das vezes a PcD chega à escola parecendo que está imerso em uma bolha de ar, onde seus sentidos estão atados, interrompidos, e a partir dos conceitos tanto da EA quanto da EI começa a fazer parte deste sujeito, despertando o aprendizado por diversas coisas que são necessárias para seu desenvolvimento, a exemplo de convivência com outras pessoas, movimentação, interação com os elementos naturais. São pressupostos socialmente relevantes de significados sociais, possibilitando elevação na condição de vida, de sonho, de projeto, da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

### **3.1 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA**

Para que a prática pedagógica esteja alinhada aos princípios pedagógicos, faz-se necessário ter como fundamento a articulação dos princípios teóricos e filosóficos da Educação Ambiental de forma contextualizada e congruente com o pensamento contemporâneo. Portanto, o respeito às diversidades cultural, social e biológica é o fio condutor das relações estabelecidas com o momento atual.

Maria Inêz Araujo e Lívia Rezende

A questão que conecta este empreendimento ao vívido debate contemporâneo, sobre as relações entre filosofia e ambiente, diz respeito ao tema da possibilidade de ética ambiental, seus fundamentos e aplicações no mundo contemporâneo. Não se pretende aprofundar sobre o pensar o ambiente com base filosófica para a EA, porém mencionar alguns filósofos os quais estão conectados com a EA.



Os Pré-Socráticos (séc. VII a V a.C), descrevem um modo de pensar a totalidade do mundo e desperta possibilidades de se pensar outros sentidos para habitar o mundo. Platão (séc. IV a.C) descreve seus incômodos com a devastação das paisagens gregas. Aristóteles (384 a.C) concebe o ser humano como parte da natureza em busca do seu equilíbrio. Santo Agostinho (354 d.C) considera a natureza como criação divina, como todo ser criado do nada, é essencialmente boa. Toda natureza é sempre um bem. São Tomás (séc. XVIII) possui postura holística das relações “conhecer a ordem do todo é conhecer a ordem da parte e conhecer a ordem da parte é conhecer a ordem do todo”. Francis Bacon (séc. XVI) torna possível o pensamento inovador deste filósofo, tantas vezes evocado pelo pensamento ambiental em sua crítica da ciência moderna e suas relações com a natureza.

Espinosa (séc. XVII) desafiou as ortodoxias do seu tempo com um pensamento holístico, preocupado sobretudo com a denúncia da servidão e a proposição de uma ética baseada na liberdade e na alegria, tomada como potência do ser. Rousseau, (séc. XVIII) pensa a natureza não como um conceito místico, mas uma unidade pré-empírica que age autonomamente, uma unidade perfeita. Kant, que faz reflexões sobre o juízo do gosto e o juízo teleológico, são importantes para a EA, pois ambos são animados pelo sentimento de vida.

Karl Marx (1818-1883), autor fundamental na formação do nosso pensamento social e político, assevera o questionamento sobre relação capital-trabalho e do modo de produção capitalista, a partir de uma concepção dialética das relações sociais e históricas que põe em evidência as contradições que movem novas reordenações da realidade, sempre pensada como síntese complexa de múltiplas determinações. Se fossemos adentrar em profundidade, depararíamos com diversos outros autores que apresentam referências para que o leitor, mesmo não iniciado em filosofia, possa relacionar natureza/cultura/ambiente e compreender tal relacionamento de maneira contextualizada.

É neste contexto que se busca compreender de que forma a EA está efetivada no contexto do PPP da escola pesquisada. Antes de aprofundar no objeto em questão é necessário pensar a EA enquanto legislação estadual. No Estado de Sergipe, a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída através da Lei 6.882 de 08 de abril de 2010, ainda não promulgada, faltando a regulamentação, tem os seguintes pilares necessários para efetivar a Educação Ambiental no Estado de Sergipe:

Artigo 2º Os pilares desta política estão consubstanciados nos componente Educação Ambiental e Sustentabilidade, que viabilizam os processos de gestão ambiental com políticas multissetoriais, com ética e formação de cidadania, voltados para a inclusão social. (Lei, 6882/2010)

Considerando que os princípios legais que norteiam a partir do currículo escolar os trabalhos desenvolvidos pela Escola, buscando uma aproximação das formas de conhecimento, digo, conhecimento científico<sup>9</sup> e conhecimento popular<sup>10</sup>, daquilo que é vivenciado pela comunidade escolar, entende-se que um conhecimento não anula o outro, e sim, estabelece uma relação de aproximação entre os saberes, consequentemente favorecendo compreensão do conhecimento sistematizado.

Identifica-se que a Política Estadual de Educação Ambiental nº 6882/2010 está citada no PPP do Myriam Melo, porém a Política Nacional de Educação Ambiental nº 9.795/95 não está contemplada no referido documento, considera-se que a Política Estadual está fundamentada na Conferência de Tbilisi de 1977, na Política Nacional do Meio Ambiente nº 6963/81 e na Política Nacional de Educação Ambiental nº 9795/99, conforme é citado no PPP (2015) da Unidade de ensino estudada:

Sabemos o quanto, por exemplo, as questões e problemas ambientais causados, principalmente, pela falta de consciência e respeito de alguns, atinge diretamente nossa sociedade. Assim, em consonância com a Lei nº 6882/10 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental; objetivos, ações e metas são traçadas e contempladas no PPP e planejamento de nossos professores, com o intuito de favorecer a formação de pessoas conscientes ecologicamente de seu papel na sociedade diante do desafio de se construir e manter ambientes saudáveis além da preservação do ambiente natural.

É a partir do planejamento elaborado pelos professores que todas as metas e ações podem ser efetivadas na escola, em conformidade com o que está descrito na LDB, nos Artigos 12, Inciso I, quando afirma que as “escolas têm que elaborar e executar sua proposta pedagógica”, e no Artigo 13, Inciso I estabelecendo “os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.”

<sup>9</sup> É aquele que é resultado de estudos e busca por conhecimento. Esse tipo de conhecimento surgiu da necessidade e do desejo que o ser humano tem em saber como as coisas funcionam, não as aceitando de forma passiva e sem questionamentos.

<sup>10</sup> É transmitido de geração para geração e também por experiências próprias, não existe uma explicação “lógica” de como é que funcionam as coisas, uma pessoa simplesmente sabe que tem que ser feito assim, não sabe explicar “cientificamente”.

Nota-se que metas, ações e projetos referentes à EA estão descritos no PPP, porém neste estudo não se buscou comprovar a realização e as ações previstas que foram realizadas. O que foi observado, a partir das falas dos professores e gestores, é a aproximação do que está proposto no PPP com o que pensam os discentes sobre a EA, o que, para análise, é fator importante para o fazer pedagógico.

Neste sentido, constata-se que o PPP foi construído sob a égide da participação de toda a comunidade escolar, considerada como um espaço democrático e coletivo conforme citado no PPP da Escola Myriam Melo, quando descreve que:

A escola, como espaço democrático e coletivo, consiste no ambiente mais propício para o exercício de práticas coletivas construtoras de conhecimento. Ela deve, ainda que não seja a única responsável, valorizar o cidadão, primar pela aquisição do conhecimento científico e da aprendizagem e leitura do mundo, pela formação integral do docente e discente, de toda comunidade escolar. De produzir um conhecimento que, apreendido, viverá eternamente passando de geração a geração. (PPP, 2015)

O documento é construído a partir do diálogo, que segundo Sato e Carvalho (2005) relatam que a EA necessita de diálogos com várias áreas do conhecimento, inclusive dos saberes populares, para que se abram caminhos necessários para a inclusão social e a justiça ambiental. Numa perspectiva pautada a partir do pensamento de Freire (2015), quando nos alerta para uma educação popular e libertadora, ultrapassando as informações subliminarmente do capitalismo, favorecendo uma aproximação da dualidade entre a humanidade e a natureza.

Compreendendo os objetivos específicos do PPP analisado, fica claro que a escola busca, a partir dos pressupostos da EA, quando dispõe que a escola deve “proporcionar a participação da comunidade na gestão escolar, mantendo relações democráticas entre os membros da escola, visando garantir um funcionamento harmônico e de qualidade”, ou seja possui características desejadas na EA, como explicitadas Quintas (2000, p.18):

Construir e reconstruir, num processo de ação e reflexão, o conhecimento sobre a realidade, de modo dialógico com os sujeitos envolvidos no processo educativo, no sentido de superar a visão fragmentada sobre a mesma; Atuar como catalizadores (sem neutralidade) de processos educativos que respeitem a pluralidade e a diversidade cultural, fortaleçam a ação coletiva e organizada, articulem aportes de diferentes saberes e fazeres e proporcionem a compreensão da problemática ambiental em toda a sua complexidade.

A partir do diálogo e fortalecendo os processos de compreensão e pertencimento das relações e compreensão de mundo, que se vislumbra nos pressupostos da EA, há indicadores importantes conforme é identificado na fala do **professor 3**, quando afirma que “nossa escola inclui a EA desde nossas primeiras discussões”, quando há diálogos permanentes a melhor compreensão dos objetivos da EA, sendo uma via que estabelece sentido de pertencente, como é percebido na fala do **professor 4** quando diz que “o objetivo maior é que o aluno se identifique ser e que pertence a este local, no caso a escola, a comunidade, o seu bairro, a natureza onde ele vive.” Neste sentido, é através da participação e do ouvir o outro, que estabelecemos condições para a construção e formação de atores sociais que possibilitem uma visão diferenciada entre os seres humanos e natureza.

É a partir do diálogo e ações sobre os conceitos e pressupostos da EA que se alcançam profundidades para as questões inerentes à sustentabilidade conforme Loureiro *et al* (2011, p. 19-20) sucinta.

Pense por alguns instantes na questão da sustentabilidade, no desenvolvimento sustentável e nas demais questões afins que lhe sugerirem seus sentimentos e raciocínio. Conversem sobre ideias, vivências e conhecimentos na área...Cada Indivíduo faz a diferença nesta conversa sobre futuro, sobre nosso futuro neste planeta.

Parte-se do entendimento e reconhecimento do outro como ser humano dotado de potencialidade com especificidades, ou seja, pensar na PcD de forma ampla, seja, a escuta, conhecendo suas necessidades, identificando suas potencialidades estabelecendo reflexão, que possibilita avançarmos na construção de conscientização<sup>11</sup> dos sujeitos de forma solidária, participativa e emancipatória, conforme Guimarães (2014, p. 31) afirma que: “no trabalho de conscientização é preciso estar claro que conscientizar não é simplesmente transmitir valores,” é também reconhecer a realidade do outro, e, é neste sentido, que a Escola necessita identificar a realidade de cada partícipe de sua comunidade. Isso só é identificado conforme expõe o **professor do AEE 1**:

---

<sup>11</sup> A conscientização é uma categoria freireana que evidencia o processo de formação de uma consciência crítica em relação aos fenômenos da realidade objetiva. Nesse sentido a transformação social passa necessariamente pelo desenvolvimento coletivo de uma consciência crítica sobre o real, e, portanto, pela superação das formas de consciência ingênua. É importante que neste processo de conscientização os sujeitos se reconheçam no mundo e com o mundo, havendo a possibilidade de que, na transformação do mundo, transformem a si mesmos.

Todo esse trabalho transcende a Escola, chega mais além, o objetivo é o mesmo, porém as ações que são diferentes, sempre objetivando que ele, o aluno, seja com deficiência ou não, se identifique como um ser humano que faz parte do meio ambiente. Por exemplo quando a gente fala sobre a conservação da escola, é uma fala constante, porque os alunos começam a perceber que a Escola é um local que pertence a eles (os alunos), que eles usam e faz bem para eles, eu pergunto sempre a eles: essa cadeira é sua? É minha? Este ventilador é seu? É meu? Não, tudo que tem na escola é nosso.

Quando a escola pensa dessa forma, por natureza, potencializa valores humanos, estabelece maior interesse dos sujeitos envolvidos, minimiza os preconceitos e vislumbra uma melhor qualidade de vida dos alunos. Refletir que todos os alunos fazem parte de toda escola, que todos os pertences são necessários para todos, é a perspectiva didática sobre a qual se alcança uma reflexão alargada do que venha a ser coletividade, conservação do meio, e inclusão o outro na perspectiva ética, conforme a fala do **Professor 1**, quando pondera que, “é a consciência do coletivo, é a consciência de que nós fazemos parte de tudo, isso a EA trabalha também, é moral, é ético”, conforme abordado por Carvalho (2000) quando cita os valores éticos e estéticos para a construção de novos padrões de relação com o meio ambiente, sendo dimensões que devem ser igualmente consideradas para o desenvolvimento de atividades em EA.

Trabalhar os pressupostos da EA, conseqüentemente contribui para o processo de construção de uma sociedade socioambiental justa, enfretamento das desigualdades sociais, das injustiças ambientais, contribuindo numa construção coletiva em torno da garantia dos direitos humanos e da justiça social conforme afirmam Silva e Tiriba, (2014, p.22):

A necessária e urgente identificação das causas ambientalistas com questões relacionadas à violação de direitos humanos necessita estar incorporada em programas e projetos de Educação Ambiental. Ainda são poucos frequentes os trabalhos que procuram articular a temática dos direitos humanos como parte dos debates necessários à EA.

Refletindo sobre a necessidade de buscar soluções pertinentes à violação dos Direitos Humanos, considera-se a Agenda 21 Global<sup>12</sup>, uma ferramenta necessária nas

---

<sup>12</sup>A Agenda 21 Global foi o documento assinado em 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, por 179 países, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92, podendo ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis em diferentes bases.

soluções sustentáveis para os problemas, como: transporte, saúde, estradas, moradia, lazer, segurança, renda, cultura e escola, mediante uma visão holística das questões sociais, econômicas e ambientais, e num esforço coletivo para a construção de um futuro melhor. Esta Agenda pode ser o resultado do compromisso de cada grupo social, incluindo as escolas, colaboradora ativa da efetivação dos Direitos em toda a forma de expressividade. Neste sentido, ressaltam-se as ações estratégicas contidas no PPP (2015) da escola quando orienta:

Construir planejamentos que contemplem os objetivos curriculares, entre eles meio ambiente e cultura afrodescendente na unidade de ensino, bem como criar estratégias de monitoramento contínuo da prática pedagógica desenvolvida; construir coletivamente projetos educacionais multidisciplinares, com objetivos que busquem o avanço cognitivo de nossos alunos, a partir de ações promotoras de inclusão social, solidariedade, afetividade e respeito. Contemplar nos planejamentos (de cada turma) e nos projetos, ações que envolvam a temática meio ambiente e cultura afrodescendentes, a partir de situações concretas. Trabalhar, através de temas geradores todas as áreas do conhecimento, sempre enfatizando os bons valores, o espírito de cooperação, o respeito às pessoas e à natureza, e o amor à família e à pátria.

Ao se tratar da relevância em se trabalhar com planejamentos, onde as metas e ações estão direcionadas para a EA e a EI, é perceptível na opinião do **Professor 2** que “estas duas áreas são de importante discussão em nossa sociedade. Precisamos rever nosso papel em relação ao meio e a EI, em relação ao outro”. Esse pensamento, converge com a reflexão do **Gestor 1** “por isso que acho interessante trabalhar práticas de EA e da EI, como já falamos antes, é justamente o exercício de sempre está trabalhando, porque desta maneira o aluno, ele começa a entender as relações, as intenções de forma melhor no meio que ele vive. Tem que ser contínuo.”

Nesta perspectiva, Freire (2005) afirma “que pensar certo é fazer certo”, é exatamente compreender as relações existentes entre os participantes do universo educacional, é a compreensão do todo na construção do conhecimento considerando a unicidade da teoria e a prática. Edgar Morin (2003) defende que “o subsídio de seu pensamento para a educação está na teoria e na prática, do tudo se liga a tudo e é no aprender a aprender que o educador transforma a sua ação numa prática pedagógica transformadora”.

Compreende-se que a teoria e a prática podem ser efetivadas a partir dos projetos pensados pela escola. Neste sentido observa-se a partir do que está descrito sobre projetos acerca da EA e a EI no PPP da Escola que são alternativas pedagógicas que auxiliam nas relações entre os seres humanos e o meio ambiente, potencialidade das relações, além de contribuir para romper barreiras excludentes do cotidiano da escola.

A metodologia utilizada na execução do projeto é quem será o fio de aproximação entre o que está fazendo com o objetivo a ser alcançado. Desta forma, executar projetos no âmbito escolar provoca uma reflexão mais próxima da realidade, há uma indução do repensar a escola, seus valores, seus espaços, sua forma de se comunicar com conteúdo das áreas e com o mundo. Executar ações a partir do planejamento do projeto na escola significa pensar na aprendizagem como um processo contínuo e vivenciado pela realidade de cada discente.

Desta forma é importante que a escola, antes de qualquer ação, busque refletir e discutir o que seja melhor para a escola, ouvindo os alunos. Foi identificado no PPP da Escola um projeto intitulado “Identidade; quem sou eu e quem é o outro”? ”. O objetivo geral é possibilitar a construção da identidade de crianças e adolescentes a partir das relações sócio-histórico-cultural de forma autêntica, consciente e contextualizada. Para que alcance o objetivo geral, foram definidos alguns objetivos específicos conforme está descrito no PPP:

Reconhecer-se e reconhecer o outro como um ser que tem sentimentos, dores, aflições, alegrias e tristezas, ou seja como ser humano; construir outros valores de vida e adquirir novas formas de relacionamento sempre pautadas no respeito a si mesmo e ao próximo; reconhecer a importância e a necessidade de se ter uma boa higiene corporal, bucal e mental; identificar e reconhecer aspectos que o caracterizam no grupo ao qual pertence (características físicas e culturais, hábitos, costumes e valores); reconhecer a existência de diferentes modos de ser e viver, tanto na sociedade em que vive (diferenças étnicas, sociais, religiosas, de gênero) como em outras culturas (comunidades indígenas por exemplo); Trabalhar, através de temas geradores todas as áreas do conhecimento, sempre enfatizando os bons valores, o espírito de cooperação, o respeito às pessoas e à natureza, e o amor à família e à pátria.

Não adentrando com intensidade do campo da identidade, porém, faz-se necessário para que possa avançar no entendimento a necessidade de compreender a EA como importante na construção de identidade do sujeito. Stuart Hall (2005, p.13) afirma que as transformações da sociedade moderna estão mudando também nossas identidades

personais. “A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”, ou seja:

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos, por outros. (STUART HALL, 2006, p. 39).

Pensar sobre a definição da identidade é importante quando estamos discutindo o processo de constituição do sujeito seja na sala de aula ou trabalhando projetos voltados para as causas socioambientais de forma contínua. A escola é um espaço conforme o **Professor 2** afirma: “a escola é o espaço para que possa fazer isso, um espaço ideal, um espaço para a gente fazer essas discussões, para trabalhar os projetos” até porque os alunos muitas vezes não encontram na família diálogos referentes as essas questões.

Muitos alunos só ouvem falar sobre o meio ambiente na escola, por isso que é necessário mostrar ao aluno que, além do ambiente escolar, há diversos ambientes. É necessário que o aluno consiga compreender o meio onde ele vive, que exista compreensão das relações, do bairro onde vive, da importância para sua existência e, conseqüentemente, da construção da identidade.

Outros projetos propostos no PPP da escola intitulado “Meio Ambiente e sustentabilidade” e “Conhecer para preservar” tem objetivos de perceber a importância do meio ambiente e da sua preservação para a melhoria da vida no planeta, apostando na conscientização dos alunos e comunidade escolar acerca da necessidade de se efetivar uma política ambiental sustentável, conforme Guimarães, (2000, p.38) compreende a EA como “uma prática pedagógica”. Essa prática não se realiza sozinha, mas nas relações do ambiente escolar, na interação entre diferentes atores, conduzida por um sujeito e os educadores.

Distingue-se que, dentre os objetivos traçados através do PPP, quanto às questões da EA, é considerado que a escola se torna um ambiente potencialmente viável na aplicabilidade de seus conteúdos, objetivando a melhoria da qualidade de vida, além de que, este ramo da Educação necessita ser revelado a todo o momento no âmbito educacional, de acordo com a **Professora 3** “a EA precisa ser enfatizada sempre que for preciso. O professor já está engajado a algum tempo com as necessidades de conscientizar o aluno do seu compromisso de cuidar e preservar o meio ambiente”.



Percebe-se que refletir sobre ações pedagógicas da importância de trabalhar conteúdo da EA na EEPMOSM é uma realidade de acordo com a **Professora 1** quando relata que “a partir do momento que pesquisamos a respeito da EA, não só deixamos nossas crianças a par de algumas questões, como também adquirimos um novo olhar sobre os temas, tanto em relação ao meio ambiente, como respeito as diferenças.”

Trabalhar conceitos da EA é também compreender como via estimuladora do exercício transformador social, promovendo questionamentos sobre as problemáticas produzidas pelo próprio homem dentro de uma lógica de desenvolvimento, avivando a exclusão social, favorecendo a desigualdade entre os seres humanos e, acima de tudo, a dualidade entre homem e natureza, é sem vias de dúvidas uma ferramenta de grande alcance pedagógico aliada na construção de uma cidadania planetária.

Neste sentido, compreendendo a diversidade e especificidades do Myriam Melo, entende-se que as ações, metas e projetos que contemplam conceitos e pressupostos da EA contribuem significativamente no alcance do objetivo central da escola que é trabalhar em prol da formação do cidadão enquanto ser social, ou seja, transformação de valores e atitudes, frente ao outro e à própria natureza.

### **3.2 - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA**

A escola tem que ser esse lugar em que as crianças tem a oportunidade de ser elas mesmas e onde as diferenças não são escondidas, mas destacadas.

Mantoan

Para pensar a escola na perspectiva da EI, é necessário definir de que forma o professor reconhece a PcD. É fator atitudinal entender a deficiência não como incapacidade, porém como especificidade que necessita ser compreendida de forma natural entre as pessoas. Desta forma, além do aspecto atitudinal, o professor requer estar preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de

todas as pessoas, e não com um modelo de pensamento comum a todas elas, conforme afirma Prado & Freire, (2001, p.5)

Cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural.

São as observações que são intrínsecas para as adequações necessárias que precisam ser consideradas diariamente e que não fiquem estagnadas no espaço-tempo da ilusão de que todos os alunos aprendam da mesma forma. Porém, todos possuem capacidades de aprendizagem considerando suas especificidades. Desta forma, vislumbra entender a importância da inserção de políticas inclusivas dentro do PPP da escola, pois compreende instrumento importante para a efetivação do processo inclusivo da PcD.

Quando o PPP é construído de forma pensada na inclusão da PcD, consequentemente contribui para alcançar as mudanças necessárias, as quais o sentido de “incluir” necessita. São mudanças de sentido, de percepção e de transformação daquilo que se considerava como algo imposto, a compreender como garantia de direitos do acesso à Educação.

Desta forma, reconhecer o aluno público alvo da Educação Especial é, justamente, reconhecê-lo como um ser dotado de habilidades e compreendê-lo um ser humano pertencente ao universo social com suas especificidades. Não se admite estabelecer barreiras que impeçam a observação deste sujeito de forma sistêmica, não há mais espaço para adjetivos excludentes. É simplesmente desnudar conceitos e preconceitos, e avançar nas possibilidades que, dentro desta perspectiva educacional, são infinitas. Todos têm a capacidade de aprender.

Desse modo, o processo de inclusão da PcD no âmbito escolar é desafiador e precisa ser compreendido como uma realidade, reconhecendo como um ser humano dotado de capacidade, potencializando e reconhecendo todos sentidos e significados que estão por detrás de cada aluno com deficiência, aquilo que por uma vida nunca foi desvelado ou, até mesmo, nunca fora escutado. Coadunando com o pensamento de Lima (2012, p.85):

Ninguém se forma no vazio. Forma-se supõe troca, experiência, interação social, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em cada conta a singularidade de sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação.

É exatamente neste percurso de formação que se dá a construção do conhecimento, que se avança ao ofertar ao aluno com deficiência condições acessíveis de compreensão, focado na singularidade de cada história que se faz presente na sua individualidade, é compreendendo sua singularidade que se efetiva a inclusão da PcD no âmbito do ensino regular.

Desta forma, entende-se a Educação como direito de todos, sem distinção. É mister enfrentar as dificuldades sejam de ordem pedagógica ou de acessibilidade. É preciso minimizar as dicotomias existentes entre a escola e a inclusão da PcD, reduzindo o distanciamento entre o que a legislação dispõe e a realidade vivenciada no chão da escola.

Com isso, a democratização do processo educacional contribuiu para que se alargue o horizonte do ensinar a grupos mais heterogêneos e diversos, favorecendo um aprendizado pautado a partir das diferenças, conforme está disposto na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, as quais trazem reflexões profundas para a promoção de uma Educação mais justa e menos desigual. Neste sentido é a lição de Luiz Alberto David Araújo:

A Constituição da República instituiu o princípio da igualdade como um de seus pilares estruturais. Por outras palavras, aponta que o legislador e o aplicador da lei devem dispensar tratamento igualitário a todos os indivíduos, sem distinção de qualquer natureza. Assim, o princípio da isonomia deve constituir preocupação tanto do legislador como do aplicador da lei. No mais das vezes a questão da igualdade é tratada sob o vértice da máxima aristotélica que preconiza o tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais, na medida dessa desigualdade (2006, p. 131).

Nesta lógica, é indispensável compreender que, incluir a PcD no universo escolar é, acima de tudo, aceitar as diferenças valorizando cada sujeito na sua singularidade, independentemente de sua deficiência. Afinal, incluir é garantir o direito com igualdade e qualidade social. De acordo com Cortella (2015, p.11) a “qualidade social é qualidade total. Porque qualidade individual não é qualidade, é privilégio”.

Ao pensar em qualidade total, na qual todos possam usufruir com igualdade dos direitos humanos, é possível encontrar muitas lacunas no universo escolar, na compreensão do processo inclusivo da PcD, necessitando superar as barreiras atitudinais, principalmente acerca do não reconhecimento das potencialidades de aprendizagem desses sujeitos.

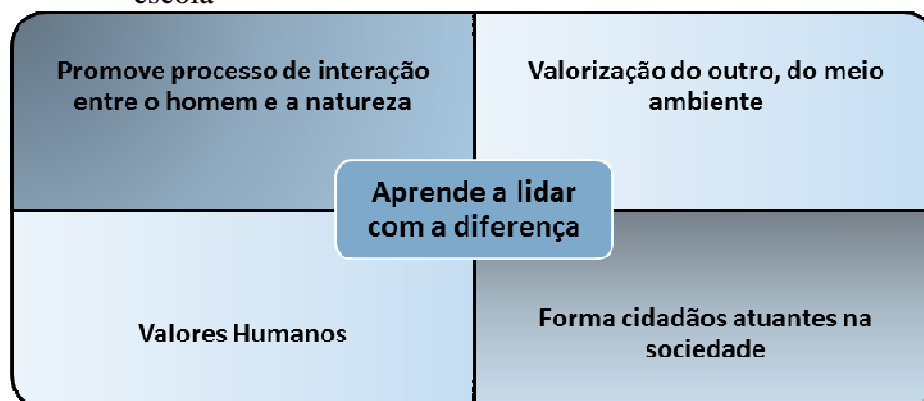
Estudos de Silva e Tiriba (2013, p.79) entendem como primordial refletir sobre a necessidade de “chamar a atenção para a possibilidade contemporânea de superação (ir além) da perspectiva de uma educação centrada nos direitos do humano, para uma educação em que o humano seja concebido a partir de relações dialógicas que o transcendem”.

Na possibilidade da aplicabilidade de uma relação dialógica dentro da escola inclusiva poderão ser encontrados meios que dificultem este processo, porém evidencia-se intencionalidade de mudança para alcançar os objetivos da inclusão. Registra-se o ressignificar dos padrões existentes como sendo os primeiros passos fundamentais no processo de inclusão da PcD.

Assim sendo, na análise do PPP da Escola, encontra-se a seguinte frase: “oportunizar aos nossos alunos um espaço educacional inclusivo e de qualidade, mais justo e mais fraterno”, ou seja, há convergência entre o que a escola busca “ser” com o que a política pública da EI recomenda.

Quando questionado aos professores e gestores da relevância de se trabalhar com projetos dispostos no PPP, objetivando provocar reflexões sobre a importância da EI, foram extraídas as seguintes respostas, constatado na figura 7:

**Figura 7-** A importância de trabalhar questões sobre a Educação Inclusiva na escola



**Fonte:** Próprio autor

Desenvolvendo atividades na escola com temas sobre a EI, o aluno aprende a compreender e conviver com a diferença, ou seja, com o sujeito estereotipado como “diferente”, promovendo processo de interação entre os seres humanos e a própria natureza, estimulando valores humanos, os quais são importantes no processo de inclusão da PcD. Estimula a valorização do outro, porque quando a inclusão acontece efetivamente, o aluno que antes se encontrava no processo de exclusão, torna-se participante, conseqüentemente melhora sua autoestima, desta forma passa a ser cidadão atuante nos contextos sociais.

Neste prisma, percebe-se a partir das falas dos professores e gestores que, para que a inclusão aconteça, é importante que a escola busque efetivar o que está disposto nas legislações vigentes, tornando ambientes escolares mais heterogêneos e inclusivos, garantindo o acesso e a permanência da PcD conforme está previsto na Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 2 de 11 de setembro de 2001, que institucionalizam as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, favorecendo ambientes heterogêneos e diversos conforme o Artigo 8º da Resolução dispõe que:

As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I - Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II - Distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;

III – Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

IV – Serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

- a) Atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;
- b) Atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;
- c) Atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente;
- d) Disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V – Serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

VI – Condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

VII – Sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

VIII – Temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série;

IX – Atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em menor tempo, da série ou etapa escolar, nos termos do Artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96.

Acrescenta-se o Artigo 28º, inciso III da LBI, que incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a PcD no âmbito do direito à Educação e que, o:

Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

Outrossim, a escola é um terreno fértil em estabelecer ações que promovam a inclusão da PcD de forma organizada e com adequações curriculares de acordo com o que está previsto no Artigo 15º da mesma Lei, quando estabelece que:

A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais

de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

Fica claro entender que, nas diretrizes legais atuais, é possível visualizar o extenso foco destinado ao atendimento da PcD no contexto escolar, cabendo à escola se apropriar da necessidade de desvelar este atendimento, orientando seu corpo docente e administrativo quanto às medidas e meios que favorecerão esta prática.

A EI está fundamentada na concepção de direitos humanos, que harmoniza igualdade e diferença como valores indissociáveis e que avança em relação à ideia de equidade formal do ponto de vista legal ao considerar as situações históricas de exclusão dentro e fora da escola.

Nesta sequência de compreensão, o AEE está contemplado no PPP da EEPMOSM, conforme citado no campo estrutura física: “a escola está contemplada com 01 (uma) sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE composta por mobiliários, equipamentos e recursos pedagógicos acessíveis”. Para justificar o AEE, identifica-se informação relevante, destacando a heterogeneidade de sua clientela: “a escola atende uma clientela bastante diversificada, composta por crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e pessoas com transtornos mentais”. E que:

O corpo discente da nossa escola é formado, em torno de 60% por PcD, são deficientes múltiplos, paralisados cerebrais, autistas e deficientes intelectuais...além das PcD, também compõe o corpo discente da nossa escola crianças advinhas das classes menos favorecidas economicamente. São crianças e adolescentes vítima de violência doméstica e social, alguns destas morando em abrigo para menores. PPP (2015)

Considerando a clientela do Myriam Melo ser heterogênea e com diversos alunos com deficiência, verifica-se que, a Escola encontra-se aberta ao diálogo para as mudanças necessárias, conforme a fala do **Gestor 1** quando ressalta que “se acreditamos na inclusão não podemos ter duas partes, dois mundos, tem que haver um mundo só, considerando que isso para acontecer é um processo, uma construção, nós é que temos que construir” ou seja, a Escola está preocupada em oferecer um ensino de qualidade, uma escola inclusiva e com perspectiva planetária, onde todos devem ser inseridos, conforme defende Loureiro *et al* (2011, p.20):

Em uma perspectiva planetária, não basta contemplar o olhar do homem branco ocidental. É necessário incluir as mulheres, os negros, os jovens, as crianças, os homossexuais, os países do Sul, o interior, a periferia, os artistas, os pacifistas e outras minorias étnicas, ouvindo-os em suas especificidades e aprendendo a expressar seus sonhos, demandas e propostas.

É com visão de minimizar a desigualdade entre os seres humanos que se busca compreender as necessidades de cada sujeito envolvido no processo de inclusão escolar, pois sabemos que enquanto existir a desigualdade, haverá um grave problema na promoção de inclusão do sujeito no meio ambiente.

O processo de inclusão escolar da PcD exige liberdade para mudança de enxergar mais além, de ressignificar conceitos e atitudes, refletir sobre o outro e, como primordial, valorização a diversidade humana.

Refletindo a partir do objetivo geral do PPP da Escola, quando afirma que a escola está aberta a “viabilizar o desenvolvimento integral dos alunos nos seus diferentes aspectos, construindo coletivamente uma escola competente, inclusiva, participativa, autônoma e crítica”, percebe-se que, nos aspectos de acessibilidade atitudinal e comunicacional a U.E é dialógica, sendo fatores indispensáveis para a inclusão da PcD no meio ambiente.

Aprofundando mais nos objetivos que estão dispostos no PPP, identifica-se critérios relevantes quanto ao processo de inclusão da PcD no âmbito escolar, quando a escola afirma que está disposta a:

Construir um espaço educacional acessível às pessoas com mobilidade reduzida, deficientes físicos e intelectuais, autistas ou com altas habilidades, bem como toda pessoa com deficiência nos espaços físicos e educacional. Favorecer o desenvolvimento do educando nos espaços físicos, motor, emocional, intelectual, social e cultural, sua interação e convivência. (PPP, 2015)

Outrossim, é salutar afirmar que diante do que está descrito no PPP, a Escola encontra-se em sintonia com os dispositivos legais vigentes, a exemplo da oferta do AEE, sendo um espaço privilegiado que possibilita agregar e fomentar junto à escola melhor entendimento da inclusão da PcD. O AEE potencializa na desconstrução dos padrões cartesianos e potencializa o entendimento pela via das relações sistêmica.

Vislumbra-se no PPP analisado, que a escola está buscando expressar dentro de sua comunidade escolar a necessidade da efetivação do aluno público alvo da educação



especial, sintonizada na redimensão do tempo e espaço escolar, promovendo um ambiente de conhecimento com proposta humanista.

Conclui-se que, incluir a PcD no âmbito escolar partindo do pressuposto de que o PPP definirá as relações da escola com a comunidade, elencando os objetivos educacionais das ações escolares, define práticas eleitas pela Escola, abrangendo questões que ultrapassam a Educação meramente de ensino, mas abraça as questões sociais, tornando o que era excludente em partícipe do ambiente social. Incluir o outro é como um processo no sentido social mais amplo, é construir coletivamente em torno da garantia dos direitos humanos e da justiça social.

### **3.3 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA**

A mudança de paradigmas requer uma expansão não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também de nossos valores.

Fritjof Capra

Refletir sobre a postura de ser professor no exercício laborativo no chão da escola com base da citação de Capra (2006) é deparar-se com um convite para pensar a diversidade numa perspectiva ampliada dos sentidos, os quais necessitam ser considerados a partir dos valores humanos, pautados nos fundamentos éticos que constituem a consciência humana. Os valores humanos tornam a vida algo digno de ser vivido, definem princípios e propósitos valiosos e objetivam fins grandiosos. Assim sendo, é necessário, refletir, ressignificar nossas atitudes, expandir nossas percepções, buscando ultrapassar nossos limites. Vislumbra-se nos pressupostos da EA e da EI dispositivos que auxiliam nas mudanças de paradigmas.

É no sentido de ampliar as percepções, que se consideram as recomendações Nº 01/2015 do CONADE, quando sinaliza pensar conceito de inclusão numa perspectiva universal, nos quais a PcD deva ser inserida nos debates da sustentabilidade como prática social. Pensando em prática social e ética ambiental, é importante refletir a partir

da Resolução Nº 2/2012 do CNE, quando estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA, e que define no Artigo 2º a EA sendo:

Uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena prática social e de ética ambiental.

Ou seja, a EA possui vertentes que possibilitam instrumentalizar a prática pedagógica como mecanismos que possibilitem auxiliar no processo da inclusão da PcD, buscando estimular a construção do conhecimento, o desenvolvimento de habilidades pautadas nos valores sociais. Já a EI estabelece o cuidado com a vida e com a equidade socioambiental. Desta forma, é necessário que a escola contemple a EA e a EI no PPP, mesmo sem mencionar aproximações entre as áreas da Educação. Trabalhar com conceitos da EA e da EI no universo educacional é refletir sobre responsabilidade cidadã e reciprocidade das relações entre os seres humanos e a natureza numa perspectiva sustentável.

Atribuindo a sustentabilidade e a inclusão da PcD no âmbito educacional como condições ideais para aproximação das interrelações humanas com o meio ambiente, concebendo a EA e a EI como âncoras educacionais indispensáveis e interligadas, pois são áreas que podem adotar formas de pensar, de comunicar e de agir menos agressiva ao ambiente e aos seres humanos. Produzem significados menos danosos e mais harmônicos com os processos socioambientais.

Espinosa (1983), afirma que todos os seres vivos são desprovidos de uma capacidade de condicionar-se integrados ao meio ambiente, somos potencializados para agi-lo, ou seja, não somos seres isolados. O que existe ente nós, são obstáculos que nos impedem de agirmos.

Assim, vislumbra-se dialogicidade intencional entre as duas áreas da Educação para perceber que não necessariamente exige-se uma reformulação conceitual e metodológica das áreas apresentadas. O que precisa é aprofundar nos significados mais sutis que estão dispostos nos conceitos e identificar as aproximações possíveis que estão introduzidas nos objetivos da EA e EI.

Ambas são processos de aprendizagem longos e contínuos, buscando alcançar conceitos e fomentar valores éticos, de forma a desenvolver atitudes racionais,

responsáveis, solidários entre os seres humanos. Visam instrumentalizar os indivíduos, dotando de competências para agir consciente e responsavelmente frente ao outro e ao meio ambiente. São áreas educacionais importantes e promotoras da minoração da desigualdade social, sendo fator imprescindível na melhoria da qualidade de vida dos seres humanos, segundo afirmam Silva e Tiriba (2014, p.57), “se a desigualdade não for resolvida, a vida como todo estará ameaçada, já que necessitaríamos de vários planetas para assegurar a produção e o consumo ilimitados”.

Quando questionado aos professores e gestores do Myriam Melo se nas práticas sobre a EA e a EI há alguma aproximação no fazer pedagógico, destacaram-se as seguintes elucidações, de acordo com o quadro 1:

**Quadro 1 - Possíveis conexões entre a Educação Ambiental e a Educação Inclusiva.**

<b>Professor sala inclusiva</b>	
<b>1</b>	Na EI trabalhamos muito de forma lúdica, e isto leva a um processo direto no desenvolvimento motor e cognitivo.
<b>2</b>	São interligados, pois ao discutirmos seus temas estaremos retornando a prática de cidadãos
<b>3</b>	Não respondeu
<b>4</b>	São interligados
<b>5</b>	Na prática pedagógica abordamos conteúdos que fazem parte do currículo e estes deve estar de acordo com os temas importantes e relevantes para o ser humano.
<b>Gestores</b>	
<b>6</b>	São áreas interligadas não só com o fazer pedagógico, mas com a nossa vida de forma geral.
<b>7</b>	Mostrando a teoria na prática fazendo adaptação curricular de acordo com a necessidade de cada um.
<b>8</b>	Ambas possuem o mesmo objetivo.
<b>9</b>	EA e EI depende de inúmeros fatores que passam desde a eliminação das barreiras físicas, pedagógicas, formação de professores onde todos os alunos tenham igual oportunidade de acesso e aproveitamento no contexto escolar.
<b>Professor do AEE</b>	
<b>10</b>	Formar cidadãos atuantes na sociedade. Dando-lhes uma melhor perspectiva e consequentemente qualidade de vida.
<b>11</b>	Sempre que elas objetivam promover aprendizagem significativa.

**Fonte:** Próprio autor

Observa-se que, o **Professor 5**, **Gestor 6** e **Professor de AEE 10**, possuem entendimento e percepção de que ambas as áreas possuem fatores determinantes para a melhoria da qualidade de vida dos alunos e promoção de aprendizagem significativa. Não ficou claro nas respostas dos demais professores e gestores com aplicação dos questionários, se era possíveis conexões entre as duas áreas estudadas. Destaca-se que, quando aplicado o grupo focal com os professores e gestores ficou mais evidente que os profissionais do Myriam Melo despertaram para possíveis conexões mais pedagógicas entre as duas áreas demonstrado no Apêndice H.

É importante reiterar que a aprendizagem significativa conforme Moreira (2012),

Se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não-literal e não-arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.

Sendo instrumento pedagógico resultante de novas interações entre novos conhecimentos, os quais contribuirão para efetivar os pressupostos da EA e EI. Foi observado a partir do grupo focal, falas que abrem campo para reflexão, ou seja, evidenciou-se a partir das falas dos professores e gestores uma relação proximal entre o que está disposto no PPP com o que os profissionais pensam a respeito da EA e da EI.

Há visivelmente demonstração de que a Escola possui condicionantes que vislumbram a intencionalidade de trabalhar com pressupostos da EA e EI. Conforme percebido na fala do **Gestor 2** quando diz que “aqui os alunos aprendem a respeitar os outros, a conviverem juntos” porque todos são importantes conforme afirma Loureiro e Layrargues (2011, p.20) que “ cada indivíduo faz a diferença nesta conversa sobre o futuro, sobre nosso futuro neste planeta. Como conseguir o envolvimento de cada um? ”

E trabalhando de forma coletiva, onde todos são atores da transformação social, a partir das mudanças de consciência em relação ao outro e ao meio ambiente, apontado na fala do **Professor 3**, “aqui a gente trabalha essa consciência nele, aqui todos são vistos como iguais”. Isso se alinha ao pensamento de Loureiro e Layrargues (2011, p.20) quando afirma que:

Precisamos aprender a dialogar com eles. Precisamos apurar nossas ferramentas para compreendê-los e incluí-los na tomada de decisões de uma grande assembleia planetária que definirá nossa sobrevivência no próximo século/milênio. Precisamos aprender a ouvi-los! Para isso, eles devem acreditar que vale a pena falar. É necessário explicitarmos como se materializa nosso compromisso com a viabilidade dessa participação.

Essas reflexões evidenciam-se na fala do **Professor AEE 1** quando diz que “essa questão do ambiente, da questão da EA, porque a EA ambiental já favorece as interações, mas temos que começar por ele, temos que começar com o aluno, no momento que trabalhamos o projeto em EA, primeiro trabalhamos o “eu”, o aluno reconhecendo ele mesmo, se identificar como uma pessoa, ele precisa entender que as ações dele podem trazer benefício e malefício, precisam saber quais consequência

disso,” acrescenta o **Professor1** “eu penso que os valores humanos são indispensáveis neste modelo de Educação, ou seja, amor ao próximo, igualdade, fraternidade são importantes para a prática de inclusão do aluno com deficiência, é fundamental”, coadunando com os princípios contidos no Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global/2012 de que “a EA deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas”.

Percebe-se que a incluso da PcD é um processo que contribui para a construção de uma sociedade através de transformações de micro e macros porte nos ambientes. É com esta análise que se percebe na EEPMOSM uma sintonia entre o que está estabelecido no PPP e as falas dos profissionais, favorecendo um ambiente de aprendizagem que possibilita a interação e melhoria da qualidade de vida dos seus alunos.

A Escola busca reconhecer o outro como ser potencialmente partícipe do meio ambiente. Desta forma, credencia os fazer da EA como necessárias para alcançar os objetivos, de acordo com o **Professor 3** quando diz que “a EA trabalha bem essas coisas, começa por aí mesmo, porque o aluno não pode ser inserido naquilo que ele não se sente dono”. Desta forma, para incluir a PcD no meio ambiente, é necessário antes de tudo, fazer o reconhecimento do ambiente vivido e promover condições em que o sujeito se sinta confortável e crie condições de pertencimento, conforme relata o **Professor AEE 2** “o aluno de forma geral ele não irá proteger aquilo que ele não se sente dono, não se sente incluso, parte daquilo que ele está vivendo”, apontado por Ribeiro 1998, p.28) quando diz que temos amplas possibilidades de promover “grandes espaços, capacidade de recepção para com a diversidade, tolerância ética, disposição para uma cultura holística voltada para a paz”.

A Escola busca compreender como está trabalhando no fazer pedagógico, está explícito isso no PPP, a Escola considera O PPP um instrumento que, por natureza possibilita refletir como as ações do educador estão sendo efetivadas. Reconhecem como um instrumento direcional objetivando arquitetar sua autonomia e sua identidade. Gadotti, (1998) afirma que o PPP deve ser continuamente redimensionado, uma vez que as identidades da escola, dos docentes, dos discentes e da sociedade estão em permanente transformação.

O PPP direciona a prática educativa, que instruirá o ser humano enquanto ser social. Assim sendo, é necessário que as escolas detenham responsabilidade com os

outros e com o meio ambiente, porque, no universo sistêmico da natureza não existe dizer que uma parte é mais importante do que a outra, não existe diferença entre as partes num determinado ecossistema.

Fazendo uma analogia com o aluno deficiente no contexto social, percebemos que, com base no pensamento sistêmico, a PcD é tão importante para o organismo social quanto as outras.

As considerações expostas são basicamente um reforço de tudo que já está legalmente pronto, o que falta é o reconhecimento e a efetivação do que já está disposto nas legislações vigentes. Desta forma, considerando que a construção do PPP partiu sob a égide da LDB, dentro de um processo permanente e contínuo, baseado a partir da realidade num contexto coletivo e participativo, que segundo Libâneo (2004) o PPP é um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Nessa perspectiva, o PPP do Myriam Melo, coaduna com o pensamento de Mantoan (2006) quando defende que educar não significa, portanto, oferecer maior tempo para os mais fracos, mas, acima de tudo, oferecer o tempo adequado dentro de suas especificidades a todos.

Esse pensamento está descrito nas falas dos **professores** quando relatam:

**Professor 1** porque eu penso que Educação é construção, é conhecimento, é partilhas, então não podemos deixar por exemplo a EA e a EI de lado, até porque fazem parte de nossa rotina na escola, não podemos desassociar essas áreas, o que temos é buscar novos conceitos, novos entendimentos daquilo que se está estudando. Nunca podemos deixar de aprender. **Professor 4** somos mediadores desse processo, somos corresponsáveis por efetivar a prática da cidadania, quando oferecemos aos alunos meio que eles possam melhorar sua vida. Temos que capacitar as pessoas em construir sua própria história.

Identifica-se a partir das falas dos professores que a EA e a EI defendem uma proposta educativa ordenado em valores, na moral, na ética, na prática social, na égide da reflexão para a transformação, respeitando o meio ambiente e o próximo. Nota-se um esclarecimento de que ambas as áreas da Educação numa perspectiva transdisciplinar<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup>É uma abordagem científica que visa à unidade do conhecimento. Desta forma, procura estimular uma nova compreensão da realidade articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade do mundo real.

devem ser entendida como Educação política, buscando preparar o sujeito para exigir justiça social, cidadania nas relações sociais e com a natureza.

Para Gadotti (2010) é fundamental considerar que a Escola tem compromisso não apenas com a produção e a difusão do saber culturalmente construído, mas com a formação de um cidadão crítico, participativo e criativo capaz de se fazer presente, face à demanda cada vez mais complexa da sociedade moderna.

Evidencia-se que a Escola visa formar cidadãos preparados para intercomunicar com a sociedade, potencializando suas especificidades, favorecendo condições para que o discente descubra seu potencial, usando sua criatividade e, com isso, torne-se um ser atuante e partícipe. Nessa perspectiva, afirma o **Gestor 1**:

Todos os anos a gente recebe alunos especiais, novas crianças com deficiência, ou não, temos um exemplo aqui que, um aluno não queria estudar com o colega especial, e a mãe desse aluno veio aqui querendo tirar o filho alegando que o filho dela iria adoecer, aí eu explico a ela, que todos os aluno são iguais, que o filho dela é tão igual quanto ao aluno com deferência, e que a mãe era que tinha que mudar o comportamento, porque o comportamento da mãe estava refletindo no filho, desta forma quando o aluno chega aqui são tratado como iguais enquanto pessoa, o que difere são as habilidade de cada um, seja no escrever, no compreender, mas enquanto ser humano todos são iguais, aí a gente dá exemplos: se eu agora tiver um acidente e precisar usar um cadeira de roda? Eu não me tornarei deficiente? Então, nós não estamos distantes dessa situação, então nós conscientizamos todos alunos cada ano que recebemos alunos novatos. Essa conscientização começa quando eles mesmos se ajudam.

Desta forma, destaca-se que tanto a EA como a EI estão presentes no PPP da Escola, possui objetivos, metas e ações estratégicas que proporcionam o espaço escolar como espaço educador para a sustentabilidade, proporcionando percepções críticas e estimulando novos padrões de interação entre os alunos “ditos normais” com os alunos com deficiência. No PPP analisado há evidencias de circulação entre a EA e EI, mesmo sem mencionar suas intercomunicações, porém com propósitos pautados nos valores humanos, igualdade social, promoção da cidadania, inclusão social e acima de tudo promoção da melhoria da qualidade de ensino e de vida.

#### 4.0 - DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES

Desenvolver ações que visem à aquisição de atitudes éticas de cidadania mediante a elevação da autoestima em membros de uma comunidade que não tiveram acesso aos bens sociais, auxiliando professores e jovens da comunidade civil organizada a investirem em sua formação.

Maria Inêz Araujo

Dialogar entre profissionais da Educação, nada mais é que fomentar reflexões sobre o dia a dia do ambiente escolar ou espaços não formais, objetivando promover mudanças de postura e, por conseguinte, m

udanças de valores. A necessidade de ressignificar valores e atitudes frente à diversidade é ultrapassar os limites daquilo que se considera como verdade absoluta e que o universo educacional ainda insiste em preservar.

Essa sessão objetiva discutir a formação dos professores e os desafios no ambiente escolar, baseando-se a partir da formação ambiental, bem como a formação de professores na perspectiva inclusiva. Durante toda discussão os resultados da coleta de dados irão dialogar com o que está posto na literatura.

A formação de professores e gestores na perspectiva ambiental e inclusiva da PcD é fundamental por entender que todos momento de busca do conhecimento e discussão das experiências são fundamentais para possibilitar a melhoria da qualidade de ensino, além de ser via de promoção da cidadania.

Assim sendo, é importante que o docente esteja em constate processo de formação. Da mesma forma que não há conhecimento científico sem senso comum, não existe prática sem teoria, escola sem aluno. Buscar a qualificação e refletir o dia a dia da escola é fundamental. A formação do profissional da educação possibilita melhoria da prática docente, levando em consideração a trajetória pessoal do professor, uma vez que a trajetória profissional está conexas com a vida pessoal, individual e na interação com o coletivo.

O processo reflexivo possibilita ao profissional desenvolver estratégias indispensáveis na construção do processo ensino aprendizagem. É um veículo importante para auxiliar e compreender a diversidade e as mudanças exigidas no campo educacional, enfrentando as dificuldades existentes na sala de aula, porque não existe



compreensão de mundo sem que haja reflexão sobre o próprio mundo. Os espaços escolares necessitam ser repensados, devendo ser compreendido e percebido de forma ampliada daquilo que a própria história nos contou. Vivem-se tempos de grandes desafios. A relação escola/aluno necessita ser refletida.

Partindo das considerações descritas acima, realiza-se o seguinte questionamento: Como os professores e gestores estão dialogando com a diversidade? Ser humano, meio ambiente, gênero, inclusão da PcD, são entre tantos outros assuntos que fazem parte do dia a dia da escola?

É nesta perspectiva de análise, que Boaventura (2004) afirma que, a sociedade está vivenciando uma crise, uma fase de transição paradigmática. No campo educacional, muitas vezes os profissionais da educação não estão sabendo criar condições reais de acesso à aprendizagem e oportunidades de maneira igualitária, respeitando as especificidades e individualidades de cada sujeito.

Essa transição paradigmática pode ser representada por duas dimensões principais: a dimensão epistemológica e a dimensão social, destacando a “hipercientifização da emancipação” como o processo que diferenciou o conhecimento científico do senso comum, ocasionando ruptura epistemológica que colocou o conhecimento científico como algo superior e muitas vezes inalcançável, distante da realidade da maior parte da população.

Para Boaventura, a maneira de reaver a emancipação seria transformando o conhecimento científico em um novo senso comum através de uma nova ruptura epistemológica. Desta forma, necessário se faz que a dimensão política da educação crie condições de promover a formação integral do sujeito, desenvolvendo a criticidade, a autonomia e a autoria na construção do seu conhecimento, formando sujeitos da emancipação, visto em Freire como defesa pedagógica baseada na atividade direta com as classes populares e na defesa de sua necessidade de emancipação social.

Para Poulantzas (1981), o que ocorre na realidade é que o ensino voltado às classes populares prioriza a disciplina, o respeito à autoridade e uma verdadeira adoração ao trabalho intelectual que se encontra aquém da realidade escolar.

Diferente disso, um processo educativo pautado na emancipação perpassa pela intrínseca necessidade de práxis pedagógicas. O professor como um dos atores envolvidos nesse processo, deve estar em constante reflexão sobre sua prática, buscando valorizar conhecimentos e práticas não hegemônicas.

Como qualquer cidadão, o professor é um sujeito que tem limitações e visões de mundo, como qualquer cidadão e que, segundo Arroyo (2000, p. 45), coloca um pouco de si em cada escolha pedagógica, ou seja, “há algo de nós, de nossas crenças e esperanças, de nossas descrenças e desânimos”. No entanto, cabe ao educador, a partir de um trabalho individual, quebrar seus próprios paradigmas e se questionar sobre o tipo de educação que está oferecendo diante das novas exigências.

É inegável a necessidade de repensar os papéis preestabelecidos e as visões pré-concebidas de educação, afinal, estamos imersos a uma diversidade de pensar, de comportamentos, de modelos de vida no cotidiano da escola. É indispensável uma prática docente reflexiva e continuamente atualizada diante de uma sociedade que privilegia a padronização total, marginalizando o diferente.

De acordo com Nóvoa (1995, p. 25), “é no contexto da escola que o docente constrói a sua profissão”. Com isso, a escola deve ser um espaço de discussão e ação, no qual formam-se parcerias, reflete-se sobre a prática pedagógica diária e sobre o que fazer, por que fazer e como fazer, a “formação não se constrói por acumulação (de cursos, conhecimentos ou técnicas), mas sim, mediante um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de reconstrução permanente de uma identidade pessoal” (Op.cit, 1995, p. 25).

A escola deve ter o papel de agir como produtora de uma ideologia que busque a aceitação e valorização das diferenças. Segundo Gramsci (1984) a educação tem grande significado estratégico na luta contra a ideologia dominante, já que pode atuar no sentido de destruir a hegemonia da classe burguesa através da formação de intelectuais de outras classes, capazes de propagar suas concepções de mundo.

O papel político e social do profissional de educação na sociedade atual requer constante atualização de conhecimentos, busca de uma prática pedagógica pautada em valores morais e éticos e de uma formação holística do indivíduo. A escola, que antes compartilhava com a família a responsabilidade (mesmo que extraoficial) de educar as crianças e jovens, encontra-se hoje sozinha nesse árduo trabalho. A desestruturação das famílias, inversão e até ausência de valores presentes na sociedade contemporânea aumentam sobremaneira o peso das responsabilidades da escola.

O professor comprometido com o seu trabalho vê-se diante do desafio de formar cidadãos conhecedores dos seus direitos e deveres; despertar o senso crítico diante de questões políticas e ambientais, por exemplo; trabalhar valores essenciais para uma vida digna em sociedade; promover o respeito às diferenças, entre inúmeros outros

desafios. Percebe-se com isso que a formação continuada e a práxis pedagógica deixaram de ser apenas necessárias, uma vez que são imprescindíveis aos professores e gestores.

#### 4.1 - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMO CAMPO DE AUTO FORMAÇÃO

Faz-se necessária a existência de professores dispostos a desafios, que busquem formas diversificadas e renovadas de fazer pedagógico, compreendendo suas realidades, buscando a transformação do universo educacional dentro de uma visão crítica, criativa, inovadora e capaz de diálogo, construindo e produzindo conhecimentos. O professor proporciona instrumentos e espaços adequados que possibilitam a construção do conhecimento também por seus alunos.

A formação permanente precisa constituir-se de um processo permanente de aprendizagem, proporcionando a percepção dos diferentes movimentos existentes na sociedade e na escola. A formação permite também refletir sobre a diversidade dos alunos e as implicações pedagógicas. Momento que constitui espaço de trocas, relações e construções entre pessoas.

Desta forma, é fundamental para as modificações e adequações necessárias no universo escolar na contemporaneidade conforme afirma o **Professor 1** “a gente vai modificando ações e vamos descobrindo novas formas de ensinar, de lidar com o outro, conhecendo o outro, o meio onde vivemos. É continuo esse processo de aprender”. E é nesse processo de modificação e compreensão que acontecem as transformações, o *link* de ensinar e aprender são acionados. É partilhando experiências que avançamos no processo educacional, isso é conferido na fala do **Professor AEE1**:

É por isso que a formação continuada é necessária, sempre tem que existir, e digo de forma partilhada, porque minha experiência ela pode ajudar a outras pessoas que estão na mesma dificuldade ou de forma similar. Não considero que somente a exposição dos conteúdos é suficiente, é necessário partilhar as experiências vivenciadas no dia a dia da escola.

Segundo Kemmis (1993), isso poderá acontecer através da constituição de comunidades críticas de professores, no momento em que estes se envolvem em uma sistemática de formação permanente, lutando por uma reforma curricular e por uma revisão das atividades escolares e de investigação.

Portanto, de acordo com Nóvoa (1995 p.28-31)

A formação de professores deve ser concebida como uma das componentes da mudança, em conexão estreita com outros setores e áreas de intervenção... A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola... Toda a formação encerra um projeto de ação. E de transformação. E não há projeto sem opções. As minhas passam pela valorização das pessoas e dos grupos que tem lutado pela inovação no interior das escolas e do sistema educativo

O cotidiano do professor deve ser marcado pela análise diária de suas práticas pedagógicas. Para Freire (1998), a prática pedagógica dos professores é algo que exige reflexão e compreensão do fazer pedagógico crítico e autônomo, visando à formação continuada, além de partilhar as experiências, as quais devem compreender a formação do professor e do gestor através dos diálogos vividos no cotidiano da escola, o que auxiliará o profissional no seu cotidiano.

Essa reflexão é percebida na fala do **Professor 1** quando afirma que “isso ajuda o colega que às vezes se sente impotente, de não estar sabendo lidar com suas especificidades na sala de aula, então essa partilha é fundamental na perspectiva da formação do professor”. As reflexões devem ser continuadas, e que, o discurso de “não querer” ou “não saber” trabalhar com temas que abrangem o campo da diversidade social, seja referente à EA ou a inclusão do aluno público alvo da Educação Especial, não tem mais espaços.

Os professores comprometidos com esta nova Educação, devem engajar-se numa proposta que permita a construção e reconstrução de posturas baseadas no comprometimento político com sua tarefa de educador, na busca da competência profissional, na visão participativa do trabalho docente e principalmente conscientes da necessidade e importância social que situação educativa.

Com isso, necessita-se entender mais profundamente onde está o entrave do professor e gestor de não querer e ou não saber trabalhar com temas sobre a diversidade no âmbito da escola. Não é por ausência de legislação e ou referencial bibliográfico que trate do assunto. Trata-se de querer dialogar com mais positividade sobre a realidade vivenciada.

O Brasil dispõe de vários dispositivos legais, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a LBI nº 13.146/15, voltados ao uso de concepções e práticas educativas

fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

Salienta-se que o não querer e não saber pode ser oriundo de uma educação e formação que foi pensada para atender uma pequena parcela da sociedade considerada adequada aos padrões criados por ela, direcionada somente aos que preenchiam os requisitos, uma questão de construção cultural. Sendo assim, os que não se adequavam ficavam às margens da sociedade, não eram vistos como seres capazes de construir a sua história.

No entanto, Costa (2010) afirma que ainda é precário o entendimento que revele consonância entre o cumprimento dos vários dispositivos normativos e a satisfação de suas necessidades. Isso só acontece quando o professor se fundamenta a partir das buscas conforme afirma o **Gestor 1** “nos professores temos que buscar correr atrás dos conhecimentos, porque a toda hora as coisas estão mudando e isso requer que nós professores busquemos nos capacitar, para que possamos também entender as modificações da sociedade”.

Conforme Sasaki (1997, p. 121) “a normalização visa tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade”.

Sendo assim, constata-se que a caminhada pela diversidade e sua inclusão nas salas regulares e na sociedade como um todo é batalha a ser vencida, onde os obstáculos são um emaranhado de galhos a serem quebrados diariamente no galgar de uma educação que chegue a quem necessita sem os melindres do preconceito e da rejeição que já deixaram marcas significativas na história de lutas por educação digna, onde haja espaço para todos.

A partir das falas dos professores e gestores do Myriam Melo, evidencia-se que a formação de professores é fundamental, porém constatou carência nas áreas da EA e da EI conforme expresso pelo **Professor 3** “e muito carente, e muita falta que temos sobre temas de EA e de EI, principalmente EA”. Constatou-se interesse dos professores e gestores estudar essas duas áreas de conhecimento e perceber suas relações.

Evidencia-se que o processo de ensinar/aprender é mais complexo do que se pensa, e que a formação continuada de professores e gestores escolares necessita ressignificar suas práxis pedagógicas diante das exigências apontadas pela sociedade atual, das mudanças de comportamento, das conquistas alcançadas, dos embates entre

sociedade e políticas públicas voltadas para a diversidade, ou seja, para a dinâmica humana.

Alerta Nóvoa (1995. P. 39), para a dinâmica humana e social do “ato de formar-se” pessoa e profissional. Para ele:

Há uma diferença fundamental entre formar e formar-se. Até hoje os professores têm sido formados por grupos profissionais diversos, sem que suas próprias práticas de debate e de troca de experiências tenham alguma vez sido valorizadas. É tempo de os professores pensarem em formar-se, assinalando o –se as dimensões pessoais (o eu indivíduo) e as dimensões profissionais (o eu coletivo) nas quais este processo deve alicerçar-se.

Sendo assim, a formação profissional e pessoal do professor e gestor, deve caminhar entrelaçada, uma complementa a outra na dinâmica da vida, possibilitando aos indivíduos (professor e gestor) experimentar o novo, ressaltando suas experiências, seus sonhos, sua vida diária, as interações sociais e a dinâmica profissional, dando subsídios para um trabalho voltado para o outro com suas especificidades e singularidades.

## **4.2 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES**

Arroyo (2000, p.45), coloca um pouco de si em cada escolha pedagógica, ou seja, “há algo de nós, de nossas crenças e esperanças, de nossas descrenças e desânimos”. No entanto, cabe ao educador, a partir de um trabalho individual, quebrar seus próprios paradigmas e se questionar sobre o tipo de educação que está oferecendo diante das novas exigências.

É inegável a necessidade de repensar os papéis preestabelecidos e as visões pré-concebidas de educação. É indispensável uma prática docente reflexiva e continuamente atualizada. Segundo Nóvoa (1995, p.25), “é no contexto da escola que o docente constrói a sua profissão”. A escola deve ser um espaço de discussão e ação, no qual se formam parcerias, reflete-se sobre a prática pedagógica diária e sobre o que fazer, por que fazer e como fazer. Um espaço pautado no diálogo aberto às mudanças.

Neste sentido, é preciso pensar a EA com base no pensamento crítico e inovador, estimulando a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos

conforme afirma Loureiro (2006) que, de acordo com os PCN, a EA deve ser tratada no ensino formal em todos os campos do conhecimento de forma transversal.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). E a uma forma de sistematizar esse trabalho e incluí-lo explícita e estruturalmente na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade (BRASIL, 1998, p. 30)

Essa percepção está presente no PNEA reconhecendo que a EA deve estar presente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, como uma prática educativa integrada, permanente e contínua, não se constituindo como uma disciplina específica do currículo.

Considera-se, no entanto, que nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da EA, a criação da disciplina específica é facultativa. Além disso, segundo a PNEA a dimensão ambiental deve estar presente em todas as disciplinas dos currículos de formação de professores (BRASIL, 1999).

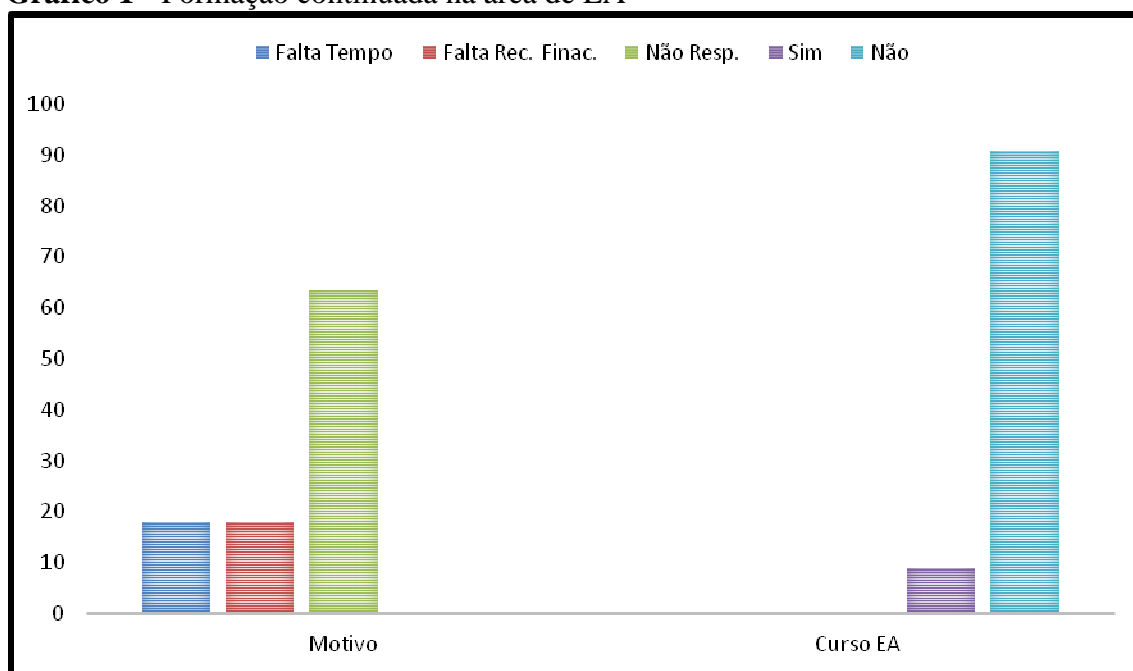
Sendo assim, não há dúvida que a EA é indispensável no processo educacional do sujeito, por entender que promove a conscientização e esta acontece entre o eu e o outro, a partir da reflexão pautada na prática social. Desta forma, considerando a educação como prática social, sendo o professor uma peça fundamental nesse processo por ser o primeiro passo a ser dado na abordagem da temática ambiental dentro da escola, necessita estar preparado e instrumentalizado para enfrentar os desafios que permeiam o chão da escola.

Buscando compreender qual fluxo de oferta de formação continuada na área de EA fomos informados através do Núcleo de Educação da Diversidade e Cidadania - NEDIC que a SEED ofereceu aos professores e gestores nos últimos cinco anos aproximadamente quatrocentas vagas a discentes de todas áreas do conhecimento para participar da formação continuada sobre o Programa Escolas Sustentáveis, responsável por destinar recursos financeiros a escolas públicas a fim de promover a sustentabilidade socioambiental, apoiar as instituições no processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA e fomentar ações que as permitam se tornar espaços educadores sustentáveis.

É importante considerar também que o NEDIC está promovendo o V Encontro de Educação Patrimonial em Sergipe com carga horária de 160 horas com término previsto para o mês de dezembro de 2016, ofertado a duzentos e trinta professores da Rede estadual. O objetivo dessa formação é refletir sobre a importância da arquitetura e organização do espaço escolar para a melhoria do desempenho intelectual e social dos alunos, bem como refletir sobre o patrimônio imaterial escolar como importante referência para a construção do sentimento de pertencimento dos sujeitos que atuam no ambiente escolar.

Desta forma, analisando as respostas do questionário respondido pelos professores da EEPMOSM quanto à formação continuada na área de EA demonstrado no gráfico 1:

**Gráfico 1 - Formação continuada na área de EA**



Fonte: Próprio autor

Os dados analisados revelam que 90,1% não possuem formação continuada na área de EA, sendo que 18,18% não buscaram capacitação por motivo de falta de tempo e 18,18% por motivo de falta de recursos financeiros. Este resultado coaduna com a afirmação de Silva (2011, p.8)

A articulação da formação continuada dos professores e sua efetivação passam por várias dificuldades. Os problemas mais citados foram a dificuldade de tempo para desenvolver tais ações, falta de recursos



financeiros para investir em formação contínua, a descontinuidade das ações de formação como momentos estanques, dificuldade na localidade dessas ações e dias em que são desenvolvidas

Porém ficou explícito nas respostas dos professores e gestores que a equipe da escola pesquisada está ávida por formação continuada conforme afirma a **Professora 1** “há uma ausência de formação continuada no Estado, eu acho necessário que se tenha cursos, oficinas, debates a respeito dessa temática” acrescenta o **Professor AEE 1** “eu acho que nós somos órfãos de cursos de formação ambiental, é necessário que isso aconteça [...] até imagino os alunos com deficiência lidando com a terra, plantando por exemplo, acho muito bom isso”.

Neste sentido, considerando que a Escola sozinha não consegue se desenvolver e que a participação do Estado como fonte financiadora de uma educação com qualidade é necessária. Fica explícito na fala do professor que a SEED não está desempenhando a contento sua função no tocante a formação continuada, ou seja, está colaborando diretamente para que não sejam efetivadas as Políticas Públicas prevista para a EA.

Desta forma, retomando a conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977) que conceituou a EA como processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as interrelações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A EA também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

Nesta perspectiva, quando questionado aos professores e gestores do Myriam Melo se as práticas pedagógicas com temas da EA favorecem na melhoria da qualidade de vida dos alunos com deficiência, evidenciou-se que os professores e gestores possuem entendimento acerca dos pressupostos da EA conforme demonstrado no quadro (apêndice F).

Destaca-se atenção quando a maioria dos professores e gestores do Myriam Melo não possui curso de formação continuada em EA, porém reconhecem que os pressupostos da EA são importantes e que devem ser desenvolvidas no espaço escolar, os quais proporcionam nos alunos reflexões, estimulando novos padrões de interação entre os seres humanos e o meio ambiente. Este aspecto coaduna com afirmação de Loureiro (2014, p. 70) quando diz que:

A maioria dos trabalhos de EA escolar (57%) está voltada às práticas/atividades de EA que não envolvem contextos formativos e/ou curriculares, resultando em atividades que, muito embora sejam realizadas no âmbito da escola, acabam por não envolver a elaboração de programas escolares e o desenvolvimento de práticas curriculares e didático-pedagógicas.

Neste sentido, os **professores 5 e 11** esclarecem sobre a relevância em trabalhar temas sobre a EA, os quais favorecem possibilidades de atitudes individuais com repercussão no todo, ou seja, a relação ser humano com a natureza, não deixando de ser considerado o poder e a importância também das ações coletivas.

Percebem-se por meio das respostas dos professores e gestores da Escola que os mesmos possuem conhecimento sobre os pressupostos da EA, mesmo nunca tendo participado de formação continuada em EA, conforme afirmou a **Professora 3** “eu por exemplo não tenho curso de EA, porque a EA não é trabalhada de forma continuada, eu nunca participei”, acrescenta a **Professora 2** “eu também nunca”, reforçando com a **Gestora 2**, “eu também nunca tive curso de formação em EA.”

O que ficou demonstrado nas falas dos professores e gestores da Escola em questão, foi a abertura e receptividade em estar disposto a conhecer o novo. Considero como novo, as possíveis conexões entre a EA e a EI. Para os professores, é algo novo, nunca se parou para analisar as duas áreas, conforme afirmou o **professor 3** “nunca parei para refletir sobre essas duas áreas que estamos falando agora de forma conjunta, isso é aprender, isso é buscar novos conhecimentos”

Há canal de abertura, os professores e gestores estão dispostos a aprender sempre, como detectado na fala do **Gestor 1** “Não podemos dissociar essas áreas (EA e EI), o que temos é buscar novos conceitos, novos entendimentos. Nunca podemos deixar de aprender”.

Os profissionais do Myriam Melo estão alinhados aos propósitos da formação continuada, e porque não dizer, a formação ambiental esperada por Araujo (2010, p.9) quando afirma: “espera-se do professor [...], uma formação pedagógica fundada na experiência e reflexão alinhada à formação ambiental, por meio da aquisição do conhecimento científico contextualizado”. Para que isso aconteça é necessária uma aproximação entre a teoria e a prática.

Os pressupostos da EA são fundamentais quando trabalhados na formação continuada de professores e gestores, possibilitando vivenciar situações novas, haja vista o cotidiano escolar ser cíclico e dinâmico conforme afirma a **Professora 4** “nunca

um dia é a mesma coisa, um dia não é igual a outro, por isso a formação é importante” Não se pode furtar de que a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem perpassa intimamente também pela formação do professor.

Desta forma considera-se que a EA e a EI na formação continuada possui convergência, pois possibilita momentos de construção, crescimento, interação e troca de experiências, onde o caráter dialógico é estabelecido promovendo transformações nas práticas cotidianas da escola, a partir da associação reflexiva com a ação, teoria e a prática, fecundando processo permanente em que os indivíduos e a coletividade reflitam sobre seu meio e adquiram os conhecimentos, os valores, as competências capazes de fazê-lo atuar, individualmente e coletivamente, buscando resolver os problemas atuais e futuros apresentados pela sociedade.

A formação continuada buscando refletir as possíveis conexões a partir dos pressupostos da EA e da EI, fomenta reflexões de coletividade, de pertencimento, de que todos somos seres humanos, que nós interferimos no meio e consequentemente o meio irá interferir em nós, numa perspectiva sistêmica, onde tudo está conectado e cada um possui sua especificidade e habilidades.

#### **4.3 - A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

A formação dos professores na perspectiva inclusiva tem ganhado centralidade nos debates educacionais, tendo em vista sua relevância para a inclusão escolar dos alunos com deficiência.

A LBI nº 13.146/15 no Artigo 28, parágrafo X, estabelece ao poder público, criar, desenvolver, implementar, incentivar sistemas educacionais inclusivos, além de adoção de práticas pedagógicas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o AEE, ou seja, é dever do Estado promover a formação do professor na perspectiva inclusiva.

Limitando-se ao universo do Myriam Melo, o qual apresenta na matrícula de 2016 quase 40% dos alunos que possuem algum tipo de deficiência e que todas as salas de aula possuem aluno com deficiência, ou seja, todo o professor mantém contato direto com este grupo de sujeito.

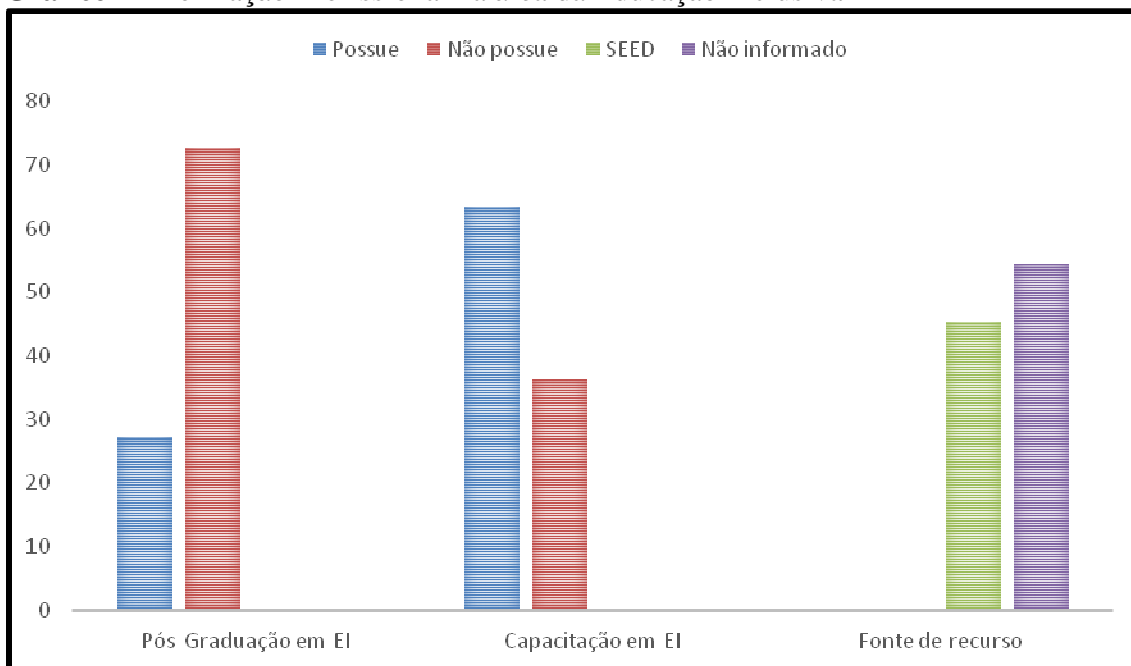
Desta forma, a Escola atende um quantitativo expressivo de alunos público alvo da educação especial, ou seja, o fator de integração entre os alunos com deficiências e

os não deficientes está presente, buscando dentro das possibilidades estabelecerem uma relação de ensino e aprendizagem com qualidade.

A partir dos dados coletados, percebe-se que os professores e gestores possuem curso de qualificação profissional no campo da EI, ou seja, fator determinante para que a referida U.E estabeleça uma abertura diferenciada das demais escolas no tocante a inclusão da PcD.

Dentro dessa perspectiva de amplificação dos sistemas, com vista não apenas ao crescimento do quantitativo de matrícula, mas também à melhoria do sistema de ensino, há que reconhecer o esforço dos profissionais da EEPMOSM na busca de qualificação frente aos aspectos da EI considerando a exigência da legislação nacional, de acordo com o gráfico 2:

**Gráfico 2 - Formação Profissional na área da Educação Inclusiva**



**Fonte:** Próprio autor

Com base nos dados expressos nas respostas do questionário, identifica-se que 27,3% dos professores e gestores possuem pós-graduação lato sensu na área de EI, 63,6 possuem formação continuada na área de EI, ou seja, já participaram de um ou mais curso de capacitação. Das respostas analisadas, 45,45% informaram que a fonte de financiamento foi por meio da SEED.

Reconhece-se o avanço frente à qualificação do professor e gestor referente a Ei, é perceptível também que esses dados não correspondem ao ideal, que os professores e

gestores não estão satisfeitos com a demanda de formação continuada por parte da SEED, conforme afirma o **gestor 1** “é necessário, porém temos pouca formação mesmo, somos carentes” é perceptível na fala, insatisfação dos professores.

Há cobranças por partes dos professores e gestores da escola pesquisada, para que seja implementado sistema de formação continuada, porém que seja de forma que mantenha os ciclos de reflexões, conforme relata o **professor AEE** “ela (formação continuada) necessita ser contínua mesmo”. A descontinuidade da formação continuada gera fragmentos no processo de ensino/aprendizagem, cria-se hiato temporal, o que na maioria das vezes estabelece um descompasso entre real e o ideal.

A formação continuada na perspectiva da inclusão da PcD no universo da escola, contribui para a melhoria da qualidade de ensino dos alunos, em consequência melhora a qualidade de vida, pois contribui para possibilitar condições de reflexões dos docentes sobre suas práticas, de forma a melhor mediar com as diferenças que é uma realidade das escolas.

Este pensamento dialoga com Correia (2008, p.28) quando afirma: “os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam que tipo de estratégia deve ser considerado para lhes dar resposta e que papel deve desempenhar as novas tecnologias nestes contextos”.

Realça-se que não apenas o professor necessita estar em contínua formação para desenvolver suas habilidades didático-pedagógicas frente à diversidade de alunos no dia a dia da escola, mas todos os profissionais que nela atuam. Na Escola é percebido que os professores, os coordenadores pedagógicos e a direção estão envolvidos no processo de busca de formação, até porque a inclusão do aluno com deficiência na escola é um processo complexo e que deve ser respeitada, atendida e não minimizada. Ela necessita ser dialogada, não há receitas prontas para o processo de inclusão do aluno público alvo da Educação Especial, cada sujeito possui suas especificidades, suas individualidades e habilidades.

Se de fato, almejamos uma Escola que possibilite a participação e aprendizagem de todos os alunos, porque a escola é para todos, necessário faz, a busca de reestruturação, remoção de barreiras visíveis existentes, a exemplo da acessibilidade arquitetônica, possibilitando, assim, o acesso a todas as áreas comuns e a acessibilidade atitudinal, ou seja, o reconhecimento do outro sem preconceitos, estigmas e mecanismos de defesa. É desconstruir rótulos criados pela sociedade frente a PcD.

Essas questões são desconstruídas quando há diálogo, quando há interação entre todas as partes do processo, quando buscando compreender os seres humanos com potencialidades, quando percebemos que todos têm capacidade de aprender e interagir com o meio onde vive.

Sendo assim, com base nos dados do grupo focal, percebe-se que a escola está preocupada na diminuição dessas barreiras, quando o **professor 2** diz;

Parece que quando falamos assim, cada um vive no mundo individual, não, eles (PcD) vivem em um único mundo, daí perguntamos o que é inclusão? É quebrar barreiras, embora que seja muito difícil, porque vários fatores existem, seja pela falta de recursos, e principalmente pela falta de recuso humano, do apoio familiar, mas enquanto escola, buscamos acreditar que este mundo é um mundo único.

Em face disso, que se percebe que várias ações estão sendo empreendidas nos sistemas educacionais, em particular na escola pesquisada. Há uma perspectiva de olhar a educação como transformação social para todos. Muitas discussões estão acontecendo, há uma sinalização de formação continuada na perspectiva inclusiva, porém o que deve ser levando em consideração é que essas ações (formações) muitas vezes não são desvinculadas da lógica cartesiana, tecnicista de transmissão do conhecimento, não resultando em mudanças de percepção, posturas e práticas. Com base nos dados, não se percebe essa lógica no Myriam Melo.

Neste sentido, deve-se reconhecer que o processo formativo não se esgota, sendo a formação continuada percebida como um dos pré-requisitos indispensáveis para que os profissionais de educação possam atuar efetivamente de maneira mais ampla, haja vista a complexidade da PcD.

É necessário que haja compreensão da escola como um local privilegiado de formação continuada por natureza, é um laboratório permanente, um espaço propício para discutir questões que possuem profunda correlação com a prática vivenciada pela escola, buscando possibilidades para efetivação de um espaço educacional pautado nos princípios básicos de igualdade e solidariedade.

## CONSIDERAÇÕES

Saiu o semeador a semear. Semeou o dia todo e a noite o apanhou ainda com as mãos cheias de sementes. Ele semeava tranquilo sem pensar na colheita porque muito tinha colhido do que outros semearam.

Cora Coralina

O que conjecturar sobre a colheita dos diversos frutos germinados pelas frondosas árvores plantadas nos campos da EA e EI? A colheita não foi como o *Ananas comosus* – Abacaxi, que nasce, cresce e produz um único fruto. A colheita foi diversa, porém não finda as respostas pretendidas. São inúmeras as possibilidades, o caminho é infundável.

A semeadura do aprendizado foi pautada no otimismo, na ética, no respeito ao ser humano e na diferença, buscando-se colher de diversas semeaduras, as que estão escritas na história da EA e a EI, as que foram semeadas mais recentemente, e as que estão sendo germinadas no chão da EEPMOSM. Compreende-se as semeaduras numa perspectiva sistêmica. Tudo está interligado e conectado entre os seres humanos e o meio ambiente.

A EA e a EI são políticas públicas baseadas no princípio constitucional da equidade como prerrogativa da integração entre os seres humanos e o meio ambiente, e não somente da adaptação. Há uma diferença entre adaptação e integração. Adaptar-se ocorre quando somente o absorvamos alguma situação, é uma postura passiva. Na integração o sujeito passa a fazer parte, reconhece como indivíduo partícipe.

Desta forma, é dever ético e moral da escola a integração da PcD no contexto socioambiental, respeitando os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social e do respeito à dignidade da pessoa humana. É ouvir a voz dos movimentos que clamam por uma sociedade sustentável e inclusiva.

Esta pesquisa buscou responder como as concepções que norteiam as Políticas Públicas de Educação Inclusiva se relacionam com os princípios da Educação Ambiental do processo pedagógico na EEPMOSM no município de Aracaju.

O pretendido nesta pesquisa versou sobre as possíveis conexões entre a EA e a EI. Não teve a pretensão de comprovar se é possível ou não, mas de perceber em seus significados o que estão ordenados nos pressupostos das duas áreas, e evidenciar as relações possíveis. A intenção da pesquisa é evidenciar as condições para promover a reflexão a respeito das possíveis conexões entre os dois processos.

Por compreender que a EA e a EI são áreas educacionais que auxiliam o sujeito na apropriação do uso dos seus direitos e deveres socialmente, oferecendo possibilidades de participação em defesa da qualidade de vida dos seres humanos. São necessárias à construção da sustentabilidade pelo caminho do enfrentamento de injustiças sociais e da construção coletiva de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Diante do contexto, é importante perceber que o aluno com deficiência ainda sofre preconceitos no âmbito educacional. São atitudes excludentes associadas ao modelo cartesiano e capitalista os quais contemplam a PcD como ser humanos incapaz e improdutivos.

Essa condição muitas vezes cessa o direito de aprender e conviver com as demais pessoas. Sua condição seja física, motora ou cognitiva é colocada de frente, criando barreiras que impossibilitam a interação e o reconhecimento de suas habilidades, potencialidade e direito à vida. A deficiência é condição para restrição e participação do sujeito na sociedade, de forma clara e inequívoca.

Desta forma, os conceitos de inclusão e sustentabilidade universal podem e devem ser agregados ao diálogo, conforme recomendações nº 01 do Conselho Nacional dos Direitos da PcD. Não há como pensar em sociedade sustentável sem que haja discussão sobre acessibilidade, direitos humanos e cidadania. Nesta perspectiva compreende-se que os pressupostos da EA podem promover reflexões que envolvam a PcD, possibilitando contribuir para a promoção da melhoria da qualidade de vida.

Tanto os pressupostos da EA como da EI auxiliam o despertar do indivíduo quando permite refletir suas relações e comportamentos. Aguçam o sentido de “pertencimento”, participação e responsabilidades em relação ao outro e a natureza. Desta forma a inclusão da PcD em atividades que envolvam a EA, contribui significativamente para a socialização e reconhecimento dos “meio ambientes” que fazem parte do dia a dia. São conceitos que favorecem a formação do indivíduo sob a égide dos valores sociais, habilidades e atitudes.

Desta forma fica caracterizado mediante os estudos que a EA se apresenta como base para o processo de mudanças, de quebras de paradigmas e de novas performances



que independem o reconhecimento do outro pelas características físicas e comportamentais, havendo uma convergência com os objetivos da EI. Há limites, porém, há também possibilidades de integração entre as duas áreas educacionais.

A EA e a EI como Educação subjetiva, em que seus pressupostos e objetivos estão voltados para a valorização das diferentes formas de conhecimento, estimulando a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos e à consequente transformação social.

O PPP da escola pesquisada, possui pressupostos tanto da EA como também da EI os quais viabilizam o desenvolvimento integral dos alunos nos seus diferentes aspectos, construindo coletivamente uma escola com perspectivas inclusiva, participativa, autônoma e crítica.

Percebe-se que, nos aspectos de acessibilidade atitudinal e comunicacional, as escolas possuem pressuposto dialógicos que versam o reconhecimento do “outro” como ser capaz, respeitando suas individualidades e especificidades, tornando-se fatores indispensáveis para a inclusão da PcD no meio escolar.

As concepções dos profissionais da Escola revelaram que as duas áreas educacionais estudadas proporcionam o fortalecimento do sujeito, cria-se espaços coletivos e amplia a compreensão de mundo das pessoas. Despertam fatores de pertencente das pessoas com o meio onde vivem, superam as formas de dominação capitalista, estimulam a consciência e efetivação do papeis sociais pautados nos valores, atitudes, e aceitação das diferenças.

Desta forma, os profissionais do Myriam Melo não apresentavam clareza a respeito da aproximação entre as duas áreas. Esta pesquisa reagiu como um *start* de percepção e reflexão sobre as duas áreas de conhecimento.

Faz mister refletir como estas duas áreas educacionais possuem pressupostos que se corroboram e potencializam o processo de inclusão da PcD.

Considera-se significativo do ponto de vista da produção do conhecimento temas que fomentem a articulação da EA com a inclusão, possibilitando abertura de canais de diálogo e participação efetiva da PcD. Aproximar a EA com a EI é promover a redução de barreiras para a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, garantindo, assim, um desenvolvimento humano justo, acessível, portanto inclusivo.

É contribuir para a sustentabilidade socioambiental, cujo debates entre a EA e a EI aproximam estes temas do ponto de vista acadêmico a demandas na formação de

professores com competências para atuar no ensino formal e não formal em sintonia com as políticas públicas de Educação, em especial, com as áreas de EA e de EI.

É improrrogável o reconhecimento da essencialidade da ampla participação e acesso a informação e das instâncias judiciais e administrativas, pelas PcD nos processos que contribuem para a tomada de decisão, planejamento e implementação de ações para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis.

É inquestionável a reafirmação de que os pressupostos da EA quanto a EI possuem compromissos com garantia de acesso pleno e igualitário visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Vislumbram alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação do preconceito e a formação do cidadão atuante na sociedade, suscitando melhor perspectiva de vida.

Ambas as áreas educacionais estão pautadas no respeito às diferenças, valor necessário para efetivação da PcD na escola. É desafiador pensarmos diferente uns dos outros, porém é fundamental para construirmos novas possibilidades de relação e em tempo algum distanciar uns dos outros. São nas possibilidades de relação e aproximação que se vislumbra a circulação entre a EA e a EI.

É fundamental que as políticas educacionais fomentem formação de professores vislumbrando as possíveis circulação entre a EA e a EI as quais possibilita trabalhar a formação do aluno de forma ampliada, além do cognitivo, compreendendo a inclusão do aluno com deficiência na escola como parte integrante do ambiente, que faz parte do ambiente.

Desta forma, a presente pesquisa não se esgota aqui. Diante da diversidade existente na Escola, almeja-se que este estudo germine inquietações, chamados e questionamentos no intuito de fomentar novas reflexões e novas produções.

Que continuemos semeadores!

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo, paz e terra, 1995.
- ARANHA, M.S.F. **Educação Inclusiva**: transformação social ou retórica? In: OMOTE, S. *Inclusão: intenção e realidade*. Marília, SP: Fundepe Publicações, 2004, p. 37-60.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Direito constitucional**: Princípio da Isonomia e a Constatação da Discriminação Positiva. São Paulo: Saraiva, 2006.
- ARAUJO, Maria Inês. CARDOSO, L.R. **Apa Morro do Urubu**: um contexto para Educação Ambiental. Aracaju. Editora Criação. 2012.
- ARAUJO, Maria Inês. O. et al. **Desafios da Formação de professores para o século XXI**: a condição do novo olhar para prática docente. Aracaju. Ed. UFS. 2009.
- ARROYO, Miguel G. **Essas escolhas têm uma longa história**. In: Caderno do Professor. CERP/SEE – MG, n. 5, março de 2000.
- ARROYO, Miguel G. **Fracasso-sucesso**: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. Brasília, v.17, 2000.
- ARRUDA, Marco. A; ALMEIDA, Mauro. **Cartilha da Inclusão escolar**: inclusão baseada em evidências científicas. Ribeira preto e São Paulo. 2014.
- AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- BATISTA, M. S. S. **A gestão descentralizada da educação ambiental no município de Mossoró/RN**: participação e autonomia. Porto Velho: UERN, 2008.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 4. ed. Brasília: Unb Editora, 1992.
- BOBBIO, Noberto. **A Era dos Direitos**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 32.
- BORGES, Jorge A. S. Educação Ambiental na perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.14i2.0005.
- BORGES, Jorge A. S. **Sustentabilidade & Acessibilidade**: Educação Ambiental, inclusão e direitos da pessoa com deficiência – práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas! Brasília: 2014.
- BRASIL, IBGE. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- BRASIL, Lei 13.146, de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília – DF, n. 127, p. 2-11. 6 Jul. Seção I. 2015.

BRASIL, **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Presidência da República. Acesso em 02 de fevereiro de 2016 através do endereço eletrônico: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/.../L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/.../L13146.htm).

BRASIL, Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA**. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001. Ministério da Educação. Acesso em 26 de junho de 2016 através do endereço eletrônico: [portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 9.394, de 20.12.1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. DOU 23 dez.1996.

BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA** e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA**. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BUENO, J.G.S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos: Fritjof Capra: Tradução Newton RobervalEichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**, 8ª ed. São Paulo, Ed. Cultrix, 1989.

CARVALHO, L.M. **Educação Ambiental e a formação de professores**. Brasília, 2000, p.51-58 (texto apresentado à Coordenação Geral de Educação Ambiental, COEA - MEC, durante a oficina “Panorama da Educação Ambiental no Brasil”).

CHAUÍ, M., et al., **Leituras da Crise - Diálogos sobre o PT, a democraciabrasileira e o socialismo**, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores**. 2ª edição Porto Editora, 2008.

CORTELLA, M. S. **Educação, convivência e ética**: audácia e esperança! São Paulo, Cortez, 2015.

COSTA, Kátia Regina L. **Caminhos da Inclusão**: De onde viemos e para onde vamos? In:IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 2010, São Cristóvão.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais. 2º Ed. Brasília: CORDE, 1997.

DIAS, G. F. **Educação ambiental, princípios e práticas**. 8.ed. Gaia, 2003. ext. Acesso em 08 jul. 2012.

ESPINOSA, B. de. **Ética**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os pensadores).

FARAH, M. F. S. **Gênero e políticas públicas**. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2004000100004&script=sci\\_artt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2004000100004&script=sci_artt).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa, 50ª ed, Rio de Janeiro, paz e terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática social, 50ª ed. Paz e terra, Rio de Janeiro, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed UNESP. 2000.

FREITAS, L. C. et al. **Dialética da inclusão e da exclusão**: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Projeto Político Pedagógico da escola cidadã**. Construindo a escola cidadã. Brasília: MEC, 1998. (Série de Estudos de Educação a Distância).

GATTO, Eliane. **Educação Ambiental e Educação Inclusiva**: possíveis aproximações. Jundiaí, Paco Editorial 2015.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GONDIM, Sônia Maria G; **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa**: desafios metodológicos. Universidade Federal da Bahia, revista Paidéia, 2003,12(24), 149-161

GRAMSCI, A **Concepção dialética da história**. 5. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na Educação**. 11ªed. Campinas, SP Papyrus, 2013.

KEMMIS, Stephen & McTAGGART, Robin. **Cómo planificar la investigación-acción**. Barcelona : Ed. Laertes, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**. 2. ed. Porto Alegre: Editora. Mediação, 2002.

HÖFLING, E. de M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. **Cadernos CEDES**.Campinas, v. 21 n. 55, p 30-41. Nov. 2001.

LAGO, A. A. C. **Estudo 2 - Negociações Internacionais sobre a Mitigação da Mudança do Clima**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação,ed.Thesaurus, 2005.

LAPLANE. A.L.F; PIETRO.R.G. **Inclusão, diversidade e igualdade no CONAE 2010**: perspectiva para o novo plano nacional de educação. Educação e Sociedade. Campinas, v.31, nº 112, p.919-938, jul-set. 2010.

LE PRESTRE, P. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Senac, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola**: teoria e prática. 5ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F de; TOSCHI. **Educação escolar**: política, estrutura e organização. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Iara Maria C. **O processo inclusivo em formação de professor**: desafios epistemológicos. In: FERRETE, Anne Alilma S *Set al*. A inclusão Escolar da pessoa com deficiência. São Cristóvão. Ed. UFS, 2013.

LIMA, Iara Maria Campelo. **Tecendo saberes, dizeres, fazeres em formação continua de professores**: uma perspectiva de educação Inclusiva. São Cristóvão, Ed. UFS, 2012.

LOUREIRO, Carlos. F. B; TORRES, Juliana. R. **Educação Ambiental**: dialogando com Paulo Freire, 1ª Ed. São Paulo; Cortez, 2014.

LOUREIRO. C. F. B. et al, **Educação Ambiental repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 5ª Ed. 2011.

LOUREIRO. C. F. B.**Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: EDUC, 1999.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon. 1997. Senac.

MANTOAN, M. T. É. O direito de ser, sendo diferente na escola. **Revista CEJ**. Conselho da Justiça Federal/Centro de Estudos Judiciários da Justiça Federal. Brasília/DF. n. 26, p. 36-44. Set. 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. Tradução Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Palas Athena, 1995.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental**: A construção científica de um conceito e a realidade. Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. MINAYO, M. C. de S (Org) Petrópolis: Vozes, 1994.

MORADILLO, E. F & OKI, M. C. M. **Educação ambiental na universidade: construindo possibilidades**. *Quim. Nova*, Vol. 27, No. 2, 332-336, 2004.

MOREIRA, Marcos. A. **O que é aprendizagem significativa?** Revista Cultural La Laguna Espanha, 2012.

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research**. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications. 1997.

Morin, Edgar, **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NASCIMENTO, M. F. F, **Educação ambiental: trajetória, fundamentos e práxis pedagógicas**. Cadernos IAT, Salvador, v.3, n.1, p. 104-117, 2010.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PERRIEN, J. e Alli. **Rechercheen Marketing**: méthodes et décisions. Gaetan Morin, Canada, 1986.

PETRAGLIA, Izabel. Edgar Morin: **a educação e a complexidade do ser e do saber**. 12 ed. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2011.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. **A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional**. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs) *Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula* São Paulo: Cortez, 2001.

QUINTAS, J. S. **Por uma educação ambiental emancipatória**: considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. In: QUINTAS, J. S. (Org.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: IBAMA, 2000. p. 11-19.

RICARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª Ed. Editora Atlas, São Paulo, 2014.

SANTOS, Boaventura S. **Universidade no Séc. XXI**: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi, 1938 – **Inclusão. / Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1997. Rio de Janeiro.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Carlos. Ed. RiMa. 2004.

SATO, Michèle.; CARVALHO, Isabel. **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, J. C. M. Formação continuada dos professores: visando a própria experiência para uma nova perspectiva. **Revista Iberoamericana de Educación**. ISSN: 1681-5653 n.º 55/3 – 15/04/11 Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil.

SILVA, Aínda Maria M; TIRIBA, Léa (org), **Direito ao ambiente como direito à vida**: desafios para a Educação em Direitos Humanos, 1ª ed, São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX**: cuidar e educar para civilizar, São Cristóvão: SE Editora UFS, 2012.

TRISTÃO, Martha. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 31, nº2, p. 251-264, maio/ago. UFES, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político Pedagógico: Uma Construção Possível**-Campinas, SP: Papirus, 1995.

YIN, R.K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



## APÊNDICE A

### QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Mestrando:** Anderson de Araujo Reis

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Inez Oliveira Araújo

**Linha de pesquisa:** Formação de Educadores: saberes e competências

**Título da pesquisa:** Educação Ambiental e Educação Inclusiva: Possíveis conexões

**Prezados gestores e professores**

É com alegria que estamos entregando este roteiro de perguntas, as quais as respostas dadas por vossa senhoria serão de muita falia para a consolidação da referida pesquisa. Conforme explicito no TCLE, estas informações coletadas serão de cunho estritamente confidenciais obedecendo aos critérios ético em pesquisa.

Este estudo se deu a partir do seguinte problema norteador: Em que medida as concepções das Políticas Públicas de EI estão integradas nos princípios da EA do processo pedagógico?

Assim sendo, a EA dentre seus objetivos, trata justamente da melhoria da qualidade de vida do ser humano, a partir de atividades, de ações educativas, que oportunizam reflexões sobre a relação homem, sociedade e meio ambiente. A EI tem sua finalidade de acolher “todos” sem exceção, proporcionando a este sujeito que está às margens da sociedade o direito a uma vida de qualidade e participação.

Neste sentido, refletir sobre o saber ambiental que permeia por todas as disciplinas e todos os níveis do sistema educacional. Assim, partindo-se da ideia de que a Educação é uma prática social promotora de cidadania, a EA, como uma das dimensões da Educação, entendendo, que, está também pode efetivar a EI, além de

compreender que ambas são uma teia complexa e interligada com suas especificidades, porém com objetivos comuns.

Portanto incluir com sustentabilidade é oferecer além do acesso, a permanência e o sucesso de cada sujeito, o conhecimento e o respeito às diversidades são fundamentais para construção de um trabalho onde possibilita as verdadeiras práticas ambientais e inclusivas, pois diz respeito à interdisciplinaridade e transversalidade.

**Meu muito obrigado!**

Idade.....

Formação.....

Tem especialização? ( ) SIM ( ) NÃO      Se sim, em qual área?.....

Há quanto tempo está no AEE?.....

1 - EA e EI estão inseridas no Projeto Político Pedagógico da escola?

( ) SIM    ( ) NÃO

Por que?

1.1 – Se a resposta acima for “sim”

Qual a relevância em trabalhar com projetos com temáticas sobre a EA e a EI na escola?

2 – Dentro do seu entendimento, conceitue de maneira breve EA e EI.

3 - Trabalhar com temáticas de EA e EI na SRM é considerado com relevante?

( ) SIM    ( ) NÃO

Justifique:

4 – Práticas pedagógicas com temas abordados pela EA podem favorecer melhoria da qualidade de vida do aluno do AEE?

( ) SIM    ( ) NÃO

Por que?

5 - Refletir as ações pedagógicas sobre a necessidade de trabalhar a EA e EI é considerado como importante para o professor do AEE?

( ) SIM    ( ) NÃO

Justifique:

7 – Em sua vida profissional, já participou de algum curso de formação que abordasse a EA e ou EI?

( ) SIM    ( ) NÃO      “Se SIM, qual?

7.1 - Caso sua resposta ao item acima tenha sido “não”: você não fez o curso devido à:

( ) falta de tempo( ) falta de recurso financeiro

( ) não me interesse pelas áreas( ) não considero importante esta formação

7.2-Caso sua resposta ao item 7 tenha sido “SIM”:? Você o fez com recursos próprios?

( ) SIM ( ) NÃO

7.3- Foi ofertado por que tipo de instituição?

( ) SEED ( ) SEMED ( ) Faculdade ou Universidade

( ) ONG ( ) Instituto Federal ( ) outros

7.4 - Você acredita que o (s) curso (s) influenciou de alguma forma sua prática pedagógica?

( )SIM ( )NÃO

Por quê

8 – Em sua opinião as práticas sobre a EA e EI há alguma aproximação no fazer pedagógico?

( )SIM ( )NÃO

Justifique

9 – Há alguma dificuldade na prática do AEE em trabalhar a EA com aluno?

( )SIM ( )NÃO

Porque

10 – Sabendo que o exercício pleno da cidadania é um direito de todos, assim sendo, podemos afirmar que a EA desempenha papéis importantes na efetivação deste direito para o do AEE?

( )SIM ( )NÃO

Justifique

---

---

Aracaju, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**APÊNCIDE B****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**Nome do Pesquisador:** Anderson de Araujo Reis

**Nome do Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Inez Oliveira Araújo

**Título da Pesquisa:** Educação Ambiental e Educação Inclusiva: Possíveis conexões

**Natureza da pesquisa:** a Sra. (Sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade: Compreender em que medida o processo pedagógico viabiliza as conexões entre a EA e a EI como as concepções propostas na Política de EA, estão ordenadas ao princípio da EI da Escola Estadual Prof.<sup>a</sup> Myriam de Oliveira Santo Melo no Município de Aracaju – SE sob a perspectiva dos professores e gestores.

**Participante da pesquisa:** será realizada entrevista com 6 (seis) professores do ensino fundamental menor, 2 (dois) professores do atendimento educacional especializado, 1(um) diretor, 2 (dois) coordenadores pedagógicos com objetivo de coletar informações de como estão acontecendo as práticas pedagógicas na perspectiva da educação ambiental e educação inclusiva.

**Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a Sra. (Sr.) permitirá que o pesquisador Anderson de Araujo Reis, utilize os dados coletados como variáveis da pesquisa de campo que será usada em trabalho de conclusão de Mestrado em Educação/UFS. A Sra. (Sr.) tem liberdade de se recusar a participar, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (79 9977-1831) da pesquisadora orientadora do projeto.

**Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados na pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

**Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador Anderson de Araujo Reis e a orientadora Dr.<sup>a</sup> Maria Inez Oliveira Araújo terão conhecimento dos dados.

**Benefícios:** ao participar desta pesquisa a Sra. (Sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo elucide informações importantes sobre de que forma as concepções propostas nas políticas públicas de Educação Ambiental e Educação Inclusiva, estão sendo incorporadas às ações pedagógicas na Escola Estadual Prof.<sup>a</sup> Myriam de Oliveira Santos Melo, no Município de Aracaju – SE.

**Pagamento:** a Sra. (Sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

#### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Aracaju\_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

---

Nome do Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Inêz de Oliveira Araújo  
**Orientadora**

---

Anderson de Araujo Reis  
**Mestrando**

## APÊNDICE C

## CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Ilma. Sra. Profa. Itana Maria Santos  
**Diretora da Escola Profa. Myriam de Oliveira Santos Melo**

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada **Educação Ambiental e Educação Inclusiva: possíveis aproximações**, a ser realizada na **Escola Estadual Prof.<sup>a</sup> Myriam de Oliveira Santos Melo no Município de Aracaju - Se**, pelo mestrando **Anderson de Araujo Reis**, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> **Dra. Maria Inêz Oliveira Araújo**, com o seguinte objetivo geral: **Compreender em que medida o processo pedagógico viabiliza as conexões entre a EA e a EI como as concepções propostas na Política de EA, estão ordenadas ao princípio da EI da Escola Estadual Prof.<sup>a</sup> Myriam de Oliveira Santo Melo no Município de Aracaju – SE sob a perspectiva dos professores e gestores**. Necessitando, portanto, ter acesso aos dados a serem colhidos na própria referida escola utilizando o Projeto Político Pedagógico-PPP da unidade escolar em estudo. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessário.

Aracaju, \_\_\_\_/\_\_\_\_ 2015.

---

**Profa. Dra. Maria Inêz Oliveira Araújo**

Orientadora  
PPGED/UFS

☒ (X) Concordamos com a solicitação

☐ ( ) Não concordamos com a solicitação

---

**Profa. Itana Maria Santos**

Diretora da Escola Estadual Professora Miriam de Oliveira Santos Melo  
Portaria SEED/Se 11043/2013

## APÊNDICE D

### ROTEIRO GRUPO FOCAL



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Mestrando:** Anderson de Araujo Reis

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Inêz Oliveira Araújo

**Linha de pesquisa:** Formação de Educadores: saberes e competências

**Título da pesquisa:** Educação Ambiental e Educação Inclusiva: Possíveis conexões

**Data:** 01 de julho de 2016

**Horário:** 9:00

**Local:** Sala dos professores

Nº	PARTICIPANTES
01	DIRETORA
02	COORDENADORA
03	PROFESSORA AEE
04	PROFESSORA INCLUSÃO
05	PROFESSORA INCLUSÃO
06	PROFESSORA INCLUSÃO
07	PROFESSORA INCLUSÃO

#### **Tópicos importantes para a realização do grupo focal**

- ▶ Conceito de Educação Ambiental
- ▶ Conceito de Educação Inclusiva
- ▶ Circulação, aproximação entre a AEE e EI
- ▶ EA está inserido no PPP da escola
- ▶ A EI está inserido no PPP da escola



- ▶ Relevância de se trabalhar com temáticas sobre a EA na EEPMOSM
- ▶ A relevância de se trabalhar com temáticas sobre a EI na EEPMOSM
- ▶ Trabalhar projetos com temáticas sobre a EA e a EI na EEPMOSM
- ▶ Práticas pedagógicas sobre a EA favorece melhoria na qualidade de vida dos alunos com deficiência.
- ▶ Refletir sobre a necessidade de trabalhar conceitos da EA e da EI na escola
- ▶ No fazer pedagógico das práticas sobre a EA e a EI há evidência de alguma aproximação entre as duas áreas.
- ▶ Dificuldades em trabalhar com o aluno com deficiência as práticas da EA
- ▶ A EA desempenha papel fundamental na efetivação do direito de cidadania do aluno público alvo da educação ambiental
- ▶ Formação continuada nas áreas de EA e EI para as práticas pedagógicas

**ANEXO****PARECER COMITÊ DE ÉTICA SOBRE A PESQUISA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE  
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO COM OS PROFISSIONAIS NA ESCOLA ESTADUAL PROFª MYRIAN DE OLIVEIRA SANTOS MELO NO MUNICÍPIO DE ARACAJU - SE

**Pesquisador:** ANDERSON DE ARAUJO REIS

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 47199115.1.0000.5546

**Instituição Proponente:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.275.654

**Apresentação do Projeto:**

A pesquisa será realizada na Escola Estadual Profª Myriam de Oliveira Santos Melo que fica situada a Rua Raimundo Fonseca, S/N, Bairro 13 de julho no Município de Aracaju-SE, consistindo num estudo de caso por meio, por ser um método de inserção holística, entenderemos a relação de empatia da EA e EI como objeto de grande aproximação, baseado na metodologia quali quanti.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Caracterizar de que forma as concepções propostas nas políticas públicas de Educação Ambiental e Educação Inclusiva, estão sendo incorporadas às ações pedagógicas no período de 2011 a 2014 na Escola Estadual Profª Myriam de Oliveira Santos Melo no Município de Aracaju - Se

**Objetivo Secundário:**

Investigar as aproximações possíveis entre Educação Ambiental (EA) e Educação Inclusiva (EI), tendo como base o Projeto Político Pedagógico (PPP) e as ações pedagógicas desenvolvidas na escola. Ressaltar as aproximações possíveis entre Educação Ambiental e Educação Inclusiva identificadas nas ações pedagógicas. Identificar concepções de Educação Ambiental e Educação Inclusiva desenvolvidas pelos professores da escola.

**Endereço:** Rua Cláudio Batista s/nº

**Bairro:** Sanatório

**UF:** SE

**Município:** ARACAJU

**CEP:** 49.060-110

**Telefone:** (79)2105-1805

**E-mail:** cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE  
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.275.654

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

A REFERIDA PESQUISA OFERECE RISCO AOS PARTICIPANTES, DE NATUREZA DE CONSTRANGIMENTO.

Benefícios:

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Projeto de pesquisa exequível.

O orçamento é recurso próprio.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória foram apresentados.

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto de pesquisa não apresenta pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_518230.pdf	11/08/2015 22:26:14		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE - COMITE DE ÉTICA.pdf	11/08/2015 22:23:47		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_518230.pdf	07/07/2015 19:31:20		Aceito
Outros	CARTA DE ANUÊNCIA ASSINADA.pdf	07/07/2015 19:30:25		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA DE ROSTO ASSINADA.pdf	07/07/2015 19:25:05		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_518230.pdf	12/06/2015 22:32:11		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_518230.pdf	25/05/2015 18:06:00		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO NPGED 2015.docx	25/05/2015 12:54:21		Aceito

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

CEP: 49.060-110

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE  
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.275.654

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

ARACAJU, 13 de Outubro de 2015

---

**Assinado por:**

**Anita Herminia Oliveira Souza**  
(Coordenador)

**Endereço:** Rua Cláudio Batista s/nº

**Bairro:** Sanatório

**UF:** SE

**Município:** ARACAJU

**CEP:** 49.060-110

**Telefone:** (79)2105-1805

**E-mail:** cephu@ufs.br

## APÊNDICE F

## TABULAÇÃO DO QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**QUADRO 1: Idade dos Sujeitos**

Nº do Sujeito	Até 25 anos	De 26 a 30	De 31 a 40	De 41 a 50	Mais de 50
<b>Professores da Sala Inclusiva</b>					
<b>1</b>			x		
<b>2</b>			X		
<b>3</b>			X		
<b>4</b>			X		
<b>5</b>				X	
<b>6</b>					X
<b>Gestores</b>					
<b>7</b>	Não informou				
<b>8</b>					X
<b>9</b>				X	
<b>Professores do AEE</b>					
<b>10</b>		X			
<b>11</b>				X	
<b>Total</b>		1	4	3	2

**Fonte: Próprio autor**

**QUADRO 2: Nível de Formação Acadêmica**

Nº do Sujeito	Graduação		Pós-graduação		Curso na área de EA e EI				
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Recursos financeiros	Instituição que ofertou o curso	Motivos que não tem curso na área EA e EI
<b>Professor de Sala Inclusiva</b>									
<b>1</b>	Pedagogia		Psicologia da Infância			X			Falta de recursos financeiros
<b>2</b>	Pedagogia		Gestão Escolar		EI		Próprios	Não informado	
<b>3</b>	Pedagogia		Gestão Escolar			X			Falta de tempo
<b>4</b>	Pedagogia		Educação Especial Inclusiva		EI		SEED	SEED	
<b>5</b>	Pedagogia		Educação Especial Inclusiva		EI		SEED	SEED	
<b>6</b>	Pedagogia		Psicopedagogia		EI		SEED	SEED	
<b>Gestores</b>									
<b>7</b>	Não informado			X		X			Falta de tempo
<b>8</b>	Pedagogia			X		X			Falta de recursos financeiros
<b>9</b>	Pedagogia		Gestão Escolar		EA e EI		SEED		
<b>Professores do AEE</b>									
<b>10</b>	Licenciatura em Biologia			X	EI		SEED/IFS	SEED/IFS	
<b>11</b>	Pedagogia				EI		Próprios SEED	SEED/Outros	

**Fonte: Próprio autor**

**QUADRO 3: Tempo de Exercício do Magistério**

Nº do Sujeito	1 ano ou mais	Mais de 1 até 3 anos	Mais de 3 até 5 anos	Mais de 5 até 10 anos	Mais de 10 anos
<b>Professores da Sala Inclusiva</b>					
<b>1</b>			X		
<b>2</b>					X
<b>3</b>					X
<b>4</b>					X
<b>5</b>					X
<b>6</b>				X	
<b>Gestores</b>					
<b>7</b>			X		
<b>8</b>			X		
<b>9</b>			X		
<b>Professores do AEE</b>					
<b>10</b>					X
<b>11</b>			X		
<b>Total</b>			5	1	5

**Fonte: Próprio autor**



**QUADRO 4: Educação Ambiental e Educação Inclusiva estão inseridos no Projeto Político Pedagógico?**

Nº do Sujeito	CATEGORIAS DE RESPOSTA		
	Sim	Não	Justificativa
<b>Opinião do Professor da sala de inclusiva</b>			
<b>1</b>	X		Nossa escola tem como objetivo acolher todas as crianças, cada uma com sua especificidade, mostrando que não é só aprender a lê e escrever que se forma o estudante, mas, trabalhando de forma lúdica todas as questões, inclusive a ambiental.
<b>2</b>	X		Fazem parte do currículo e da ação cotidiana.
<b>3</b>	X		Nossa escola inclui educação ambiental desde nossas primeiras discussões.
<b>4</b>	X		Fazem parte do currículo e desenvolve ações para formar alunos consciente e ativos.
<b>5</b>	X		É fundamental prever ações que serão desenvolvidas no processo educacional da escola e que tem urgência nos dias atuais.
<b>6</b>	X		Não justificou
<b>Opinião do Gestor</b>			
<b>7</b>	X		Fazem parte do conteúdo curricular e ambas têm como objetivo formar cidadãos atuantes na sociedade
<b>8</b>	X		A EA faz parte do conteúdo curricular e é trabalhada interdisciplinarmente. Ambas têm como finalidade inserir os cidadãos na sociedade.
<b>9</b>	X		Visa melhorar a conscientização dos alunos em relação EA e EI por nossa escola ser inclusiva.
<b>Opinião do Professor do AEE</b>			
<b>10</b>	X		Porque a EA faz parte das atividades curriculares da escola e EI tem como objetivo formar cidadãos atuantes na sociedade.
<b>11</b>	X		Pensando sob a perspectiva de melhoria na qualidade de vida, certamente a EA e EI estão inseridas no PPE da escola.

**Fonte: Próprio autor**

**QUADRO 5: Relevância em se trabalhar com Projetos sobre Educação Ambiental e Educação Inclusiva na Escola Prof.<sup>a</sup> Mirian de O. S. Melo**

<b>Nº do Sujeito</b>	<b>CATEGORIAS DE RESPOSTA</b>
<b>Opinião do Professor da sala de inclusiva</b>	
<b>1</b>	Aprende a lidar com as diferenças acolher crianças e suas limitações diárias, mostrar que também podem cuidar do ambiente e do próximo, é muito gratificante.
<b>2</b>	Estas duas áreas são de importante discussão em nossa sociedade. Precisamos rever nosso papel em relação ao meio e da EI, em relação ao outro.
<b>3</b>	Precisamos aguçar a percepção dos sujeitos sobre o mundo contemporâneo, e suas urgências, uma visão sustentável da sociedade é imprescindível a nossa própria existência.
<b>4</b>	Facilitar a interação entre a comunidade escolar e o processo de ensino/aprendizagem.
<b>5</b>	Promover a interação de todos os envolvidos na comunidade escolar de modo a acrescentar-lhe o conhecimento e promover a conscientização destes.
<b>6</b>	Os alunos precisam conhecer e saber lidar com as situações relacionadas ao tema.
<b>Opinião do Gestor</b>	
<b>7</b>	Não respondeu
<b>8</b>	Finalidade de preparar cidadãos conscientes na sociedade melhorando assim sua qualidade de vida.
<b>9</b>	Para atender uma quantidade além do determinado pela lei de alunos inclusivos e no tocante a EA para que os alunos cresçam sabendo a importância que o meio ambiente tem para todos.
<b>Opinião do Professor do AEE</b>	
<b>10</b>	Permitir a interação entre os alunos, além de tornar mais interessante o processo ensino-aprendizagem, porque os mesmos participam e vivenciam a construção de novos conceitos. Fazendo com que se tornem cidadãos mais participativos.
<b>11</b>	Nossa escola atende uma grande quantidade de alunos com deficiências e, promover aprendizagem significativa e relevantes a formação dos cidadãos, bem como avanços nas áreas afetivas, cognitivas e psicomotoras devem ser um dos principais objetivos.

**Fonte: Próprio autor**

**QUADRO 6: Conceito de Educação Ambiental e Educação Inclusiva**

<b>CATEGORIAS DE RESPOSTA</b>	<b>Nº do Sujeito</b>
<b>Conceito de Educação Ambiental do professor da sala de inclusiva</b>	
Cuidar do meio ambiente e do outro	1
Processo de reflexão sobre o nosso papel em relação ao meio ambiente em que vivemos.	2
Processo pelo qual disponibiliza informações e ações para uma melhor utilização dos recursos naturais de forma consciente	3 e 4
Vertente da educação que estuda as relações do homem com o meio ambiente e o impacto com a natureza.	5
Trabalho educacional e pedagógico envolvendo aspectos do meio ambiente, o homem e a sociedade em geral e as relações envolvidas	6
<b>Conceito de Educação Ambiental do professor do Atendimento Educacional Especializado</b>	
É o processo de conscientização de preservar os recursos naturais do meio ambiente, fundamental para sobrevivência de todas espécies inclusive o homem.	10
É um conjunto de ações coordenadas, direcionadas e contínuas em prol da construção de uma sociedade mais consciente acerca de suas responsabilidades com o meio ambiente.	11
<b>Total</b>	<b>8</b>
<b>Conceito da Educação Inclusiva do professor da sala de inclusiva</b>	
Acolhe pessoas mais que especiais, que tem mais a ensinar de que aprender	1
Processo de reflexão sobre a nossa relação com o outro, respeitando condições físicas e mentais, e ênfase na capacidade de que todos temos condições.	2
Acolhe a todos no processo educativo, com suas potencialidades e limitações	3
Processo que oportuniza o acesso das pessoas em sua diversidade, com limitações, ao espaço escolar ou de convivência	4 e 5
Trabalho voltado a convivência/relacionamento das pessoas com deficiência e demais alunos bem como o desenvolvimento de suas habilidades	6
<b>Conceito de Educação Inclusiva do professor do Atendimento Educacional Especializado</b>	
É processo que assegura toda igualdade de condições, ou seja, quebra todas as barreiras existentes na sociedade	10
Movimento que objetiva incluir pessoas apontadas como “diferentes”, (deficientes, negros estrangeiros, homossexuais ...), a partir de ações que minimizem essas “diferenças”, promovendo aprendizagem significativas a toda comunidade escolar.	11
<b>Total</b>	<b>8</b>

**Fonte: Próprio autor**

**QUADRO 7: Relevância em trabalhar com temáticas sobre a Educação Ambiental e sobre a Educação Inclusiva em sala de aula**

Nº do Sujeito	CATEGORIAS DE RESPOSTA		
	Sim	Não	Justificativa
<b>Opinião do Professor sala de inclusiva</b>			
1	X		Vivemos em sociedade onde as crianças só pensam em tecnologia, são egoístas e até agressivas, precisam ser estimuladas a pensar de forma diferente, mais humana e respeitosa.
2	X		Temos que desconstruir velhos conceitos e construir novos. Trabalhar estes temas nos leva a repensar nossas ações enquanto cidadãos.
3	X		Principalmente se desejamos que os alunos, se tronem mais conscientes da degradação do meio ambiente, e como podem ajudar a conter de maneira cotidiana esses fatores degradantes.
4	X		Porque amplia e desmistifica preconceitos e ações arcaicas na sociedade moderna e mutante.
5	X		Essa temática promove a cidadania das pessoas.
6	X		São temas que envolvem situação do cotidiano
<b>Opinião do Gestor</b>			
7	X		Formar cidadãos consciente atuantes na sociedade
8	X		Como forma de esclarecer e conscientizar a comunidade escolar, do seu papel na sociedade e também de preparar a comunidade para receber os alunos especiais.
9	X		Somente a informação que conscientizará o indivíduo para que se trone capaz de nudar4e suas ações acerca dos temas abordados.
<b>Opinião Professor do Atendimento Educacional Especializado</b>			
10	X		Porque podemos repensar, sobre o processo ensino aprendizagem, já que a educação é um direito de todos e tem como objetivo formar cidadãos capazes de atuar, criticar e transformar a sociedade, dando-lhes melhores qualidade de vida.
11	X		A Sala de Recurso Multifuncional, objetiva entre outros, facilitar o processo de inclusão das pessoas com deficiências e trabalhar consciência ambiental algo tão próximo e real, consiste numa temática importante.

**Fonte: Próprio autor**

**QUADRO 8: Práticas pedagógicas com temas sobre a Educação Ambiental favorece na melhoria da qualidade de vida do aluno com Deficiência?**

Nº do Sujeito	CATEGORIAS DE RESPOSTA		
	Sim	Não	Justificativa
<b>Opinião do Professor da sala de inclusiva</b>			
1	X		O contato direto destas crianças com o meio é de grande valia, muitas, a partir deste trabalho descobrem habilidades nunca antes percebidas pelas famílias.
2	X		Quando refletimos sobre nosso ambiente, buscamos formas mais saudáveis e respeitadas, consequentemente analisarmos a nossa relação com o outro, favorecendo um ambiente saudável.
3	X		Educação ambiental interfere na qualidade de vida do aluno, independentemente de ter ou não necessidade especiais.
4	X		Ambiente saudáveis e sustentáveis abrangem a todos. Dessa forma, tais ações facilitam a qualidade de vida dos mesmos.
5	X		Oportuniza aos alunos condições de entender as relações deles com o meio ambiente.
6	X		Todos os conhecimentos e habilidades que esses alunos possam adquirir são sempre importantes, pois, proporcionará um desenvolvimento das suas limitações.
<b>Opinião do Gestor</b>			
7	X		Formando cidadãos consciente atuantes na sociedade.
8	X		Porque uma das funções da educação ambiental além da preservação do meio ambiente, mantendo sua sustentabilidade e melhorar a qualidade de vida das pessoas.
9	X		Independentemente de suas limitações e com práticas pedagógicas efetivas dinâmicas eles conseguem interagir e compreender a importância dos conteúdos trabalhados.
<b>Opinião do Professor do Atendimento Educacional Especializado</b>			
10	X		Porque os mesmos vão aprender os riscos de mau uso dos recursos naturais, entendendo a necessidade de preservá-los, mantendo a sustentabilidade. E o direito de desfrutar de um ambiente saudável.
11	X		Tudo e qualquer tema que objetiva melhorar a qualidade de vida, a partir de reflexões e ações individuais e coletivas, certamente colaboram positiva e efetivamente à formação do aluno.

**Fonte: Próprio autor**

**QUADRO 9: Refletir as ações pedagógicas sobre as necessidades de trabalhar a Educação Ambiental e Educação Inclusiva**

Nº do Sujeito	CATEGORIAS DE RESPOSTA		
	Sim	Não	Justificativa
<b>Opinião do Professor da sala de inclusiva</b>			
1	X		A partir do momento que pesquisamos tudo a respeito da EA, não só deixamos nossas crianças a par de algumas questões, como também adquirimos um novo olhar sobre os temas, tanto em relação ao meio ambiente, como respeito as diferenças.
2	X		Avaliar sempre, para melhoramos cada vez mais.
3	X		A educação ambiental precisa ser enfatizada sempre que for preciso. O professor já está engajado a algumtempo com as necessidades de conscientizar o aluno do seu compromisso de cuidar e preservar o meio ambiente.
4	X		Pelo simples motivo de nos fazer refletir e repensar nossas ações e práticas no processo educativo.
5	X		Sendo o professor um agente da educação é imprescindível que ele aborde temas relevantes com esses, contribuindo assim para a conscientização dos alunos.
6	X		Tudo que irá ser executado deverá ser planejado dentro das necessidades apresentadas pelos alunos.
<b>Opinião do Gestor</b>			
7	X		Devemos sempre fazer um auto avaliação principalmente porque nem todos da comunidade escolar estão preparados para trabalhar com EI. Tendo-se consciência que a EA e EI é de fundamental importância na qualidade de vida de nossos alunos.
8	X		Devemos constantemente reavaliar nossas ações, afim de aperfeiçoá-las cada vez mais, visando a melhoria da qualidade de vida de toda comunidade escolar, que são os objetivos principais EA e EI.
9	X		Tanto EA e EI estão contemplados no PPE da escola e nos projetos trabalhados durante o ano letivo.
<b>Opinião do Professor do Atendimento Educacional Especializado</b>			
10	X		Avaliar o processo ensino-aprendizagem e as dificuldades enfrentadas pelos professores, muitas vezes desesperados. E porque ambas educações têm como objetivo formar cidadãos atuante na sociedade, melhorando sua qualidade de vida.
11	X		Agir de forma a garantir a EI é papel do professor da SEM. Com relação à EA, esta é realizada de maneira incidental.

**Fonte: Próprio autor**

**QUADRO 10: Influências do (s) curso (s) de Formação Continuada nas práticas pedagógicas.**

Nº do Sujeito	CATEGORIAS DE RESPOSTA		
	Sim	Não	Justificativa
<b>Opinião do Professor da sala de inclusiva</b>			
<b>1</b>			Não fez curso.
<b>2</b>	X		Novos conhecimentos, reflexão sobre a prática ajudam a nos refazermos constantemente.
<b>3</b>	X		Não fez curso.
<b>4</b>	X		Certifiquei-me que o processo de ensino-aprendizagem é acessível a todos se bem planejado e adaptado.
<b>5</b>	X		Todos os cursos sempre acrescentam algo conhecimento que já temos, o que contribui para um desempenho melhor das atividades propostas.
<b>6</b>	X		Já tinha interesse na área, só precisa me capacitar melhor.
<b>Opinião do Gestor</b>			
<b>7</b>	X		Não fez curso.
<b>8</b>	X		Não fez curso.
<b>9</b>	X		Todo conhecimento prepara as pessoas para que faça uso das informações, socializando para os demais profissionais da escola.
<b>Opinião do Professor do Atendimento Educacional Especializado</b>			
<b>10</b>	X		Passei a ter um olhar diferente para a educação, acreditando nas potencialidades dos alunos, principalmente os com necessidades especiais. Adquiri mais confiança e suporte para trabalhar e desenvolver um trabalho com qualidade.
<b>11</b>	X		Com certeza. Teórico e prática se completam mutuamente.

**Fonte: Próprio autor**

**QUADRO 10: As práticas sobre a Educação Ambiental e Educação Inclusiva há alguma aproximação no fazer pedagógico?**

Nº do Sujeito	CATEGORIAS DE RESPOSTA		
	Sim	Não	Justificativa
<b>Opinião do Professor da sala de inclusiva</b>			
<b>1</b>	X		Na EI trabalhamos muito de forma lúdica, e isto leva a um processo direto no desenvolvimento motor e cognitivo.
<b>2</b>	X		São interligados, pois ao discutirmos seus temas estremos retornando a prática de cidadãos
<b>3</b>	X		Não respondeu
<b>4</b>	X		São interligados
<b>5</b>	X		Na prática pedagógica abordamos conteúdos que fazem parte do currículo e estes deve estar de acordo com os temas importantes e relevantes para o ser humano.
<b>6</b>	X		São áreas interligadas não só com o fazer pedagógico, mas com a nossa vida de forma geral.
<b>Opinião do Gestor</b>			
<b>7</b>	X		Mostrando a teoria na prática fazendo adaptação curricular de acordo com a necessidade de cada um.
<b>8</b>	X		Ambas possuem o mesmo objetivo.
<b>9</b>	X		EA e EI depende de numero fatores que passam desde a eliminação das barreiras físicas, pedagógicas, formação de professores onde todos os alunos tenham igual oportunidade de acesso e aproveitamento no contexto escolar.
<b>Opinião do Professor do Atendimento Educacional Especializado</b>			
<b>10</b>	X		Formar cidadãos atuantes na sociedade. Dando-lhes uma melhor perspectiva e consequentemente qualidade de vida.
<b>11</b>	X		Sempre que elas objetivam promover aprendizagem significativas.

**Fonte: Próprio autor**



**QUADRO 10: Dificuldade na prática em trabalhar a Educação Ambiental com o aluno Deficiente?**

Nº do Sujeito	CATEGORIAS DE RESPOSTA		
	Sim	Não	Justificativa
<b>Opinião do Professor da sala de inclusiva</b>			
1		X	Não porque EA por si mostra o respeito ao próximo e ao meio ambiente.
2	X		É difícil promover momentos práticos em ambientes diferentes, pois com alunos especiais as atividades sem sala através de textos, filmes e produções escritas e artesanais não possibilita a compreensão que almejamos que nossos alunos tenham.
3		X	Eles gostam dos temas: conservação da água, economia da mesma, extinção de animais, é tranquilo para eles, opinam e colaboram.
4		X	A aprendizagem existe independente das condições do aluno, basta ser sensível para buscar as possibilidades e/ou caminhos.
5		X	Trabalhar esses conteúdos independe do aluno ser da escola pública ou não. A relevância é o mesmo.
6		X	É uma área que está presente no cotidiano do aluno. O tema é trabalho de forma lúdica, dinâmica, com teatro, vídeos, cartazes, enfim de maneira prática facilitando a aprendizagem.
<b>Opinião do Gestor</b>			
7		X	Mostrando a teoria na prática fazendo adaptação curricular de acordo com a necessidade de cada um.
8		X	Desde que se trabalhe de acordo com a realidade de cada um.
9		X	São questões que estão próximas do dia a dia do aluno e que bem trabalhados causa mudança significativas no cotidiano da comunidade escolar.
<b>Opinião do Professor do Atendimento Educacional Especializado</b>			
10		X	Desde que nos preocupamos em fazer as adaptações a realidade de cada um. A contextualização e a vivência facilitam muito o processo ensino-aprendizagem, tornando-o mais estimulantes e prazeroso, o que facilita a compreensão.
11		X	Desde que respeitemos o aluno e foquemos nas suas necessidades.

**Fonte: Próprio autor**

**QUADRO 11: A Educação Ambiental desempenha papéis importantes na efetivação do direito de cidadania do aluno com Deficiência?**

<b>Opinião do Professor da sala de inclusiva</b>			
<b>Nº do Sujeito</b>	<b>CATEGORIAS DE RESPOSTA</b>		
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Justificativa</b>
<b>1</b>	X		Não só do aluno da EI, como os ditos “normais”, precisam de um “choque” de realidade para que possam ajudar uns aos outros a construir uma sociedade mais humana e amável.
<b>2</b>	X		O aluno da educação especial também é cidadão, e dessa forma, deve agir de modo consciente.
<b>3</b>	X		Dentro do contexto urgente de reestruturação dos ecossistemas da conservação da própria manutenção da vida no planeta, acredito que a educação ambiental desempenha papel importante no exercício pleno da cidadania.
<b>4</b>	X		Coloca o aluno como atuante e consciente de suas ações em quaisquer ambientes.
<b>5</b>	X		A inclusão veio justamente para promover os mesmos direitos a todos.
<b>6</b>		X	A EA desenvolve/executa atividades que refletem diretamente na educação e atitudes que influenciarão na vida dos alunos e sociedade em que vivem.
<b>Opinião do Professor do Atendimento Educacional Especializado</b>			
<b>10</b>	X		Porque o conhecimento vai permitir atuar como cidadãos conscientes na sociedade e permitir que o mesmo desfrute de um ambiente saudável.
<b>11</b>	X		Toda aprendizagem que promova ou objetiva promover qualidade de vida, convivência acerca do papel de cada um na sociedade, inclusão social e educacional, autonomia .... é relevante para a comunidade escolar.

**Fonte: Próprio autor**

## APÊNDICE H

### QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

### TRANSCRIÇÃO GRUPO FOCAL

Legenda<sup>14</sup>

Data: 01 de julho de 2016

**G1** – A Educação Ambiental – EA é um processo no qual envolve a coletividade, visando uma vida sustentável e conscientizar o aluno da importância do meio ambiente, porque hoje a gente tem que trabalhar essa consciência no aluno porque daqui um tempo a gente não tem nada, temos que trabalhar a importância, não só dá água, mas um simples jogar um papel de bala no esgoto, ali você sabe que vai atrapalhar o meio ambiente, é um processo pelo qual tem que envolver a coletividade, a importância da conservação do meio ambiente, da preservação. **P1** – Bom eu creio assim, quando eu penso em EA e, Educação Inclusiva - EI quando eu tenho que trabalhar os temas, as abordagens, eu busco despertar a consciência da importância de se valorizar um e ao outro, de se valorizar o meio, de se valorizar as pessoas. Somos todos importantes, todos nós precisamos dessa consciência de preservação, de preservar o valor do meio e o valor daquele que depende do meio, e de fazer o meio, de se construir esse meio. Nós somos aquilo que construímos, é, colher aquilo que plantamos. Isso também é EA. Nas relações interpessoais sejam com o aluno com deficiência ou não, cada um tem seu valor e dessa forma cada um tem que respeitar o valor do outro e

---

<sup>14</sup> Gestor 1 = G1, Professor Sala de Recurso Multifuncional 1 = P AEE1, Professor Inclusivo = P1

o valor de si mesmo, e isso, então a gente tenta trabalhar os outros, o ambiente e a pessoa. **P2** - Não só valor, mas o papel de cada um exerce na sociedade seja ele, sem deficiência, mas também com deficiência. Não importa. Cada um tem seu papel a desempenhar na sociedade, para que possamos construir juntos. **P AEE 1** – Construir um presente onde as coisas estejam bem, pensando claro no futuro, pensando nas relações futuras, claro, incluindo a Pessoa com Deficiência - PCD. **P 3** –Que possamos incluir as pessoas no sentido real da palavra, não só inclusão para a PcD, mas incluir todos, porque muitas vezes as pessoas acham que a inclusão favorece somente a PcD, na verdade nós que estamos convivendo no dia-a-dia com o aluno com deficiência, a gente percebe o quanto as pessoas ditas normais que convivem com “eles” aprende, muito. **P 1** – Somos muito mais beneficiadas. **P AEE 1** – Muito mais beneficiada, e como para nós há uma interação daquilo que ele aprende, seja o aluno com deficiência ou não. Quando alcançamos que o aluno aprenda, é muito gratificante, muito bom para nós. **G 2** – A EA trabalha na respectiva de aceitar o outro do jeito que o outro é, é melhorar o outro, é respeitar o outro é incluir o outro na sociedade. **P.AEE 1** – A EI é algo que já abre um leque de conceitos, inclusive, porque a EI ela não está somente em aceitar o outro, porque a EI para mim só se efetiva quando a inclusão parte de ambos os lados, não é eu “aceitar”, porque aceitar envolve uma série de outras questões, o aluno com deficiência na minha sala ou na minha escola. Somos todos nós, um aceitar o outro, a PcD também precisa incluir a pessoa que não tem deficiência, esse processo é um processo de ambas as partes, porque há vezes o aluno com deficiência ele mesmo se isola e ele mesmo descrimina o outro, e esse processo de fazer inclusão, só será processo quando conseguimos fazer isso aí. **P 2** – promover o processo de interação, e eu acho que a EA e a EI pode promover isso. **P.AEE** – tem que participar todos os grupos, toda comunidade escolar deve estar envolvida, tem que envolver os pais, a gestão, os conselhos, toda equipe diretiva **G 2** – toda comunidade escolar **P. AEE** – quando a gente alcançar toda comunidade escolar, aí a gente começa a promover a EI, eu entendo a EI como um processo constante de ambas as partes, ela não é unilateral **P 1** – é porque, muitas vezes como professor a de aluno especial, a gente se vê tão envolvida, tão imergida, porque é uma imersão na vida do nosso aluno com deficiência, porque muitas vezes fico me perguntando, quem está incluindo quem. O que é realmente essa EI quando a gente se envolve totalmente com essas crianças. Trabalhar com os alunos especiais muitas vezes eu me sinto incluída do que incluindo, eu me vejo assim. Temos que conviver para saber, e temos que refletir na palavra inclusão. **P 2** – é

porque também a inclusão não está voltada somente para a PcD, ela envolve outros grupos, como negros, índios, quando a gente fala de inclusão geralmente a gente fala da PcD, mas temos essas outras questões que fazem parte desse processo. **P 3** – há necessidade de se envolver todos, temos que pensar quem está incluindo quem, que, necessitamos de buscarmos empreender os valores necessários entre todos. Entendo que precisamos de todos, tudo está envolvido entre tudo. Uma coisa auxilia a outra. **P 1** – Eu vejo assim, o aluno especial é muitas vezes mais sensível a uma determinada questão que o aluno não deficiente, o aluno com deficiência é sensível nas questões que lhe são apresentadas, eles sentem interesse em muitas coisas. Quando a gente fala vamos cuidar do nosso ambiente, vamos cuidar do nosso planeta, muitos também não entendem, eu particularmente trabalho com aluno com paralisia cerebral, quando eu falo isso “os olhinhos brilham”, porém muitos não podem compreender da mesma forma, mas muitos têm uma acessibilidade aguçada, e o que for trabalhado em relação a valores, o meio ambiente, eles intendem e buscam interagir com aquilo que está sendo ensinado. Eu acho assim, é uma forma não difícil que eles entendam. **P.AEE** –o próprio ambiente escolar, eu entendo assim, quando eu vi o tema, a questão ambiental e a questão inclusiva, a gente parte do micro para o macro, porque eu entendo que esse ambiente começa aqui, esse pequeno ambiente nosso aqui, é o primeiro ambiente que nós precisamos trabalhar, com questões de todos os tipos, desde as questões de lixo, de água, como também cuidar do ambiente escola, do ambiente sala, cuidar das pessoas que fazem parte do ambiente, porque nós somos importante dentro do ambiente, porque o mais importante nessa questão é o outro, porque a partir daí a gente vai ampliando esse legue do que realmente venha ser o ambiente e as questões da EA. Da questão da inclusão, os alunos com deficiência estão dentro desse ambiente, eles fazem parte, precisamos de uma ambiente bilateral, onde as pessoas estão inclusas, as pessoas possam ser todos identificados com cada ser individual. **G1** – porque se acreditamos na inclusão não podemos ter duas partes, dois mundos, tem que haver um mundo só, considerando que isso para acontecer é um processo, uma construção, nós é que temos que construir. **P2 1** – parece que quando falamos assim, cada um vivem no mundo individual, não, eles vivem em um único mundo, daí perguntamos o que é inclusão? É quebrar barreiras, embora que seja muito difícil, porque vários fatores eles existem, seja pela falta de recurso, e principalmente pela falta de recursos humano, do apoio familiar, mas enquanto escola nós buscamos acreditar que este mundo é um mundo único. **G1** – para que tudo isso aconteça é necessário trabalhar com as ações que estão contempladas

na escola, que está no projeto político da escola, as ações voltadas para a EA, porque a EA já é trabalhada na disciplina de ciências, mas, quando você trabalha com a escola, trabalhando com projetos, por exemplo aqui já trabalhamos com um projeto de EA que foi muito bom, trabalhamos a consciência dos alunos, porém isso não é suficiente, temos que trabalhar sempre, porque muitas da vezes trabalhamos uma coisa hoje e amanhã os alunos não sabem mais. **P.2** – tem que ser um trabalho contínuo **G1** – um trabalho contínuo em sala de aula mesmo, não precisando ter um projeto para que possa trabalhar. **P1** – temos que trabalhar de forma contínua, porque a prática, a repetição, a discussão, acho que ela é a mãe da aprendizagem, se aprende falando, se aprende construindo, se aprende repetindo, se aprende discutindo, se aprende refletindo, por isso que é importante. **P 2** - porque a escola é o espaço para que possa fazer isso, um espaço ideal, um espaço para a gente fazer essas discussões, para trabalhar os projetos **G2** – até porque em casa muitas vezes não se tem isso, não se discute, não se debate esses assuntos, as pessoas não têm noção dessas coisas. **P2** – muitos alunos só ouvem falar de meio ambiente na escola, por isso que temos que mostrar a ele, que fora da escola temos o meio ambiente, que fora daqui tem um ambiente, é que eles consigam compreender o meio que eles vivem que eles entendam o bairro onde eles moram, o local, entender aquele meio onde eles vivem, a importância daquele meio. Temos que sempre está sempre puxando para a realidade. **G1** – muitos dos alunos não sabem dizer sobre onde vivem, não entendem. **P1** – que eles consigam fazer a diferença, mesmo que em casa eles não tenham isso, iniciando com pequenas ações, com pequenas atitudes. **PAEE** – desta forma estamos construindo uma educação para todos, a própria legislação diz que a EI deve estar contida no Projeto político da escola, a Educação é para todos. **G1** – porque hoje não é a questão que a escola tem ou não que querer incluir a PcD, está aí, **P3** – é lei **G1** – exatamente, é trabalhoso é, temos dificuldades da inclusão, porque no momento que os pais chegam com a criança para matricular eles muitas vezes não entendem, não sabem qual é sua função, é muito trabalhoso, mas também é gratificante **P3** – por exemplo eu trabalho em outra escola, de outra rede, e eu percebo que o comportamento entre os alunos daqui é muito diferente do que o comportamento do aluno da outra escola, os alunos daqui sem deficiência convivem muito bem com todos, tem comportamento igualitário **G1** – exatamente, é assim mesmo **P3** – na outra escola eu percebo que há uma discriminação, não há uma interação entre os aluno com deficiência e os alunos ditos normais, aqui não, mesmo quando o aluno chega no 4 ano, eles estranham um pouco, mas eles veem o comportamento dos demais alunos com os

especiais e daí ele se modifica, começa a interagir normalmente. **P2** – eu percebi isso este ano, porque eu recebi muitos alunos de outras escolas. **G2** – aqui os alunos aprendem a respeitar os outros, a conviverem juntos. **P3** – aqui a gente trabalha essa consciência nele, aqui todos são vistos como iguais. **P AEE** – então essa questão do ambiente, da questão da EA, porque a EA ambiental já favorece as interações, mas temos que começar por ele, temos que começar com o aluno, no momento que trabalhamos o projeto em EA, primeiro trabalhamos o EU, o aluno reconhecendo ele mesmo, se identificar como uma pessoa, ele precisa entender que as ações dele podem trazer benefício e malefício, precisam saber quais consequência disso. **P1** – o aluno precisa entender que ele interfere o meio **P AEE** -que interferência é essa, o aluno precisa compreender o que ele mesmo enquanto pessoa vai sofrer com as ações que ele mesmo desenvolve, seja das mais simples as mais complexas que a gente possa imaginar. Isso aqui nós fazemos, buscamos refletir sobre isso com os alunos, seja com o aluno com deficiência ou não. **P1** – por isso que eu acho que nossos alunos se comportam diferentes dos alunos que a colega citou, da outra escola, esse reflexo daquilo que fazemos aqui. **G1** – então, porque a gente conscientiza o aluno que ele é igual as outras pessoas **P2** – é o convívio que favorece isso **G1** – todos os anos a gente recebe alunos especiais, novas crianças com deficiência, ou não, temos um exemplo aqui que, um aluno não queria estudar com o colega especial, e a mãe desse aluno veio aqui querendo tirar o filho alegando que o filho dela iria adoecer, aí eu explique a ela, que todos os aluno são iguais, que o filho dela é tão igual quanto ao aluno com deficiência, e que a mãe era que tinha que mudar o comportamento, porque o comportamento da mãe estava refletindo no filho, desta forma quando o aluno chega aqui são tratado como iguais enquanto pessoa, o que difere são as habilidade de cada um, seja no escrever, no compreender, mas enquanto ser humano todos são iguais, aí a gente dá exemplos: como se eu agora tiver um acidente e precisar usar uma cadeiras de rodas, eu não me tornarei deficiente, então, nós não estamos distante dessa situação, então nós conscientizamos todos alunos cada ano que recebemos alunos novatos. Essa conscientização começa quando eles mesmos se ajudam. **P1** - Eu achei a coisa mais interessante, na hora do lanche eles empurram a cadeira de roda do outro, ajuda na alimentação, eles mesmos se ajudam, aqui não têm pratica de preconceito, aqui a gente faz um trabalho de conscientização, independentemente de ser especial ou não, somos pessoas, é ser humano, não é porque você tem uma deficiência que vai ser diferente do outro em termo de pessoa e de direitos. **PAEE** - isso precisamos entender que é difícil,

mas também precisamos entender que é difícil também trabalhar com os alunos ditos normais. **P2** – por exemplo, as questões do impor limites, do respeito, desobediências, que na maioria das vezes já veem de casa, porém é desta forma que tentamos fazer a diferença, do mesmo jeito que temos dificuldades com os ditos normais temos também com o aluno com deficiência. Somos todos iguais na diferença dentro do mesmo ambiente. **P3** – há vezes a gente as pessoas olham para eles e dizem tadinho, mas não é tadinho, ele é uma pessoa, e enquanto pessoa tem que orientar e compreender da forma que ele realmente é. **PAEE** – por exemplo, vamos falar de coisas básicas, atividades de vida diária, que chamamos de AVD, lavar as mãos antes das refeições, quando sair do banheiro, conscientizar nas questões do desperdício, ou seja, que ele só coloque no prato aquilo que realmente ele vai comer, como ele deposita os restos da comida, onde ele vai depositar isso, são coisas necessárias que fazem a diferença para o meio ambiente, e isso muitas vezes não efetivamos isso. Temos que fazer orientar de tudo para o aluno com deficiência, ele é capaz de aprender e ter direito de ir e vir. O direito é garantido para todos, temos que respeitar os limites e as especificidades de cada aluno. Devemos entender que o processo de aprendizagem muitas das vezes é mais lento do que o outro, cada um tem seu tempo de aprender. **P1** – eu penso que os valores humanos são indispensáveis neste modelo de educação, ou seja, amor ao próximo, igualdade, fraternidade são importantes para a prática de inclusão do aluno com deficiência, é fundamental. **P3** – e com certeza que a EA trabalha bem essas coisas, começa por aí mesmo, porque o aluno não pode ser inserido daquilo que ele não se sente dono. **PAEE** – o aluno de forma geral ele não irá proteger aquilo que ele não se sente dono, não se sente incluso, parte daquilo que ele está vivendo. **G1** – essa ausência da prática desses valores muitas das vezes é culpa da família, ele não vê na família essas coisas, e isso reflete no meio ambiente, os pais muitas das vezes enxergam seus filhos com deficiência com seres humanos que não tem nenhuma condição de aprender, de se desenvolver, é visto como “coitadinhos”, por exemplo o autista é o ser humano mais inteligente que possa existir, porém a família vê esse filho como doente, e ele não é doente, ele tem uma deficiência, porque se você tem outro filhos e trata o ele com igualdade ele irá desenvolver normalmente dentro de suas limitações, e não enxergar como incapaz, coitadinho. Ele desenvolve mesmo. Aqui a gente vê muito isso. **PAEE** – aqui a gente costuma dizer que fulano com autismo, há fulano tem isso ou aquilo, não, nos orientamos da seguinte forma de compreensão: o aluno X ele tem autismo, ele tem deficiência intelectual, ou seja, precisamos enxergar o aluno primeiramente como uma



pessoa, temos que entender que ali é um ser humano que vive dentro do meio ambiente, se não, já começamos a ser preconceituosos, a rotular. **G1** – e algo importante que em nossas reuniões, conversas buscamos refletir que sempre devemos olhar o outro como um ser humano, como pessoas, como alguém capaz de exercer suas funções sociais dentro de suas limitações. **P1** – eu penso que isso também acontece porque nós seres humanos nos distanciamos muitas das coisas, por exemplo eu sou isso, você é aquilo, eu estou aqui, o meio ambiente está ali, estamos muitos distantes de tudo, cada um fazendo o que lhe convém, um egoísmo sem limites. **G1** – com certeza, as pessoas não observam que entre o homem e a natureza existe uma relação direta, nós não podemos viver desassociado com o meio ambiente **P AEE** – nós somos parte do ambiente. **G1** - não podemos desassociar. **G2** – vivemos fazendo parte do ambiente a toda hora em tudo tem a natureza, com isso que precisamos relacionar com ela **G1** – o próprio espaço da escola pode favorecer a esse olhar que todos vivemos em colaboração, que o espaço pode favorecer para o aluno um meio que favoreça diretamente em seu aprendizado, porque se o espaço físico da escola está organizado, limpo, oferecendo o suporte necessário para que o aluno melhore seu desempenho, melhore suas relações e tenha uma melhoria da qualidade de vida. O ambiente onde o aluno é incluído pode favorecer um melhor aprendizado, isso vai depender de como este ambiente encontra-se. **P1** – por exemplo, no caso da violência, muitos alunos chegam aqui na escola já disposto a procurar confusão, porém se meu ambiente e busca harmonizar essas relações consequentemente esse aluno ele descobre o que ele tinha em sua mente, ele deixa de ser violento, passa a ser um aluno que compreender o que a escola está oferecendo a ele. **G1** – isso deve ser um trabalho contínuo, de práticas diárias que chegue ao aluno, que ele comece a se conscientizar de seus direitos e deveres dentro da escola, e eu penso que essas práticas quando se trata de EA e EI elas podem ajudar muito no cotidiano da escola, porque estou falando em coisas que melhoram a vida deles mesmos. **P3** – essas práticas sejam da EA e da EI, como a colega colocou, dá uma sessão de amplitude, o aluno sai de sua casa com um modelo de superproteção, de não poder fazer as coisas, e quando chega aqui na escola ele começa aprender outras coisas, outras relações, na verdade ele parece que vive em outro ambiente, porque muitos alunos com deficiência vivem em sua casa trancados, que quando eles chegam aqui na escola, eles correm, se movimentam, como se proporcionasse a ele uma sessão de amplitude mesmo, uns por questão de expressão, de poder se expressar, de poder correr, de falar, de aprender e compreender que o meio onde ele vive não é exatamente aquilo de sua casa, muitas das

vezes somente do quarto ou da sala e banheiro da casa. Eu gosto muito de trabalhar a questão do ambiente onde ele vive mesmo, da rua, da praça se tiver, se tem algum tipo de natureza, de animais, por exemplo, os alunos que moram na coroa do meio, a gente fala sobre o mangue, os animais que vivem no mangue, a poluição e eles compreendem o que nós estamos falando. **P2** – é, quando o aluno tem a liberdade, ele cria uma questão de identidade, ele começa a reconhecer é uma potência de criar a identidade. **P AEE** – quando a gente fala sobre o trabalho realizado na escola, sobre as práticas, os projetos feitos aqui, é justamente isso, é promover uma identidade em todos os alunos, considerando que o aluno com deficiência ele necessita mais ser trabalhado com essa questão. **P3** – porque o objetivo maior é que este aluno se identifique ser e que pertence a este local, no caso a escola, a comunidade, o seu bairro a natureza onde ele vive. **P AEE** – todo esse trabalho transcende a escola, chega mais além, o objetivo é o mesmo, porém as ações que são diferentes, sempre objetivando que ele o aluno com deficiência se identifique com um ser humano que faz parte do meio ambiente. Por exemplo quando a gente fala sobre a conservação da escola, é uma fala constante, porque os alunos começam a perceber que a escola é um local que pertence a eles, que eles usam e faz bem para eles, eu pergunto sempre essa cadeira é sua? É minha? Esse ventilador é seu?é meu? Não, tudo que tem na escola é nosso. **P1** – e a consciência do coletivo, é a consciência de você fazer parte de tudo, isso a EA trabalha também, é moral, é ética. **P AEE** - é acima de tudo ética aplicada, você está trabalhando ética. **P1** – o aluno é um ser que está inserido no meio e que interfere nesse meio. **G1** – por isso que acho interessante trabalhar práticas de EA e da EI, como já falamos antes, é justamente o exercício de sempre está trabalhando, porque desta maneira o aluno ele começa a entender as relações, as interações de forma melhor no meio que ele vive. Tem que ser contínuo. **P AEE** – a EA é impossível de desassociar da Educação, por que eles estão inclusos no mundo, no contexto familiar, na sociedade, no ambiente da escola, isso se torna impossível de se trabalhar a EA. **G1** – a gente trabalha que o aluno se modifique que ele entenda as relações de forma ampla, esse é nosso objetivo. **P AEE** – isso não é promover a cidadania, porque ninguém promove cidadania, isso é construir a cidadania, você conscientiza o que venha a ser cidadania, eu não posso fazer com que minha colega ela tenha a cidadania, porque ela não quer o que podemos é promover a construção do que venha a ser cidadania. **P AEE** – o aluno de forma geral ele não irá proteger aquilo que ele não se sente dono, não se sente incluso, parte daquilo que ele está vivendo. **P2** – assim como o conceito macro de Educação, perpassa por tudo. Tudo

é educação. **G1** – agora isso tem que pensar que para que tudo isso aconteça nos professores temos que buscar correr atrás dos conhecimentos, porque a todo horas as coisas estão mudando e isso requer que nós professores busquemos nos capacitar, para que possamos também entender as modificações da sociedade. **P1** – por que eu penso que educação é construção, é conhecimento, é partilhas, então não podemos deixar por exemplo a EA e a EI de lado, até porque fazem parte de nossa rotina na escola, não podemos desassociar essas áreas, o que temos é buscar novos conceitos, novos entendimentos daquilo que se está estudando. Nunca podemos deixar de aprender. **P2** – por exemplo, nunca parei para refletir sobre essas duas áreas que estamos falando agora de forma conjunta, isso é aprender, isso é buscar novos conhecimentos. **P1** – o professor está sempre aprendendo, a educação ela é contínua, por isso que buscamos a formação continuada, preciso abrir sempre espaço de aprendizagem, **G1** – porque aprender não para na universidade ou quando o professor se forma, ele é contínuo. **P3** – eu por exemplo não tenho curso em EA, porque a EA não é trabalhada de forma continuada, eu nunca participei. **P2** eu também nunca. **G2** – eu também nunca tiver curso de formação em EA. **P3** – nem na universidade eu estudei na minha época **G1** - eu já participei de um curso de EA. **P3** – eu mesmo aprender quando tive que trabalhar projetos, oficinas na escola, daí fui que aprendi e busquei conhecer mais sobre o assunto. **P1** – há uma ausência de formação continuada no Estado, eu acho necessário que se tenha cursos, oficinas, debates a respeito dessa temática. **P AEE** – eu acho que nós somos órfãos de cursos de formação ambiental, é necessário que isso aconteça, eu tenho alguns cursos da área de EI mas na área de EA não. Seria interessante que tivéssemos curso de formação continuada com essa relação por exemplo a EA e EI, eu até imagino os alunos com deficiência lidando com a terra, plantando por exemplo, acho muito bom isso. **P1** – no momento que eu peguei o questionário para responder me veio um várias interrogações, o tema proposto me chamou a atenção, depois de algum tempo refletindo comecei a perceber algumas coisas, por exemplo que o ambiente está refletindo diretamente no aluno, neste caso no aluno com deficiência, que as práticas da EA podem favorecer a melhoria da qualidade de vida deles, que o aluno começa a entender suas relações, começa a enxergar o mundo de forma diferente, então são coisas que precisamos refletir sobre essas práticas, antes nunca parei para perceber isso. **G1** – eu acho interessante que você nos ofereça esse curso. rrsrrs sobre a EA e a EI. **P3** – é muito carente, e muita falta que temos sobre temas de EA e EI, principalmente EA. **P1** – eu acho importante a formação porque a cada momento estamos vivenciando uma situação nova, a cada ano

nos recebemos alunos com deficiência nova, com necessidades nova, muito particular e novo para nós. Quem trabalha com EI tudo é sempre novo, nunca um dia é a mesma coisa, um dia é igual a outro, por isso a formação é importante, como para qualquer outro educador, porque não sabemos tudo. **P2** – muitas vezes a gente se sente impotente diante de algumas situações, parece que a gente não sabe nada **P2** – a gente aprende no dia-a-dia, não existe fórmula para trabalhar com a EI, de acordo com as experiências vivenciadas que buscamos trabalhar **P1** – a gente vai modificando ações e vamos descobrindo novas formas de ensinar, de lidar com o outro, conhecendo o outro, o meio onde vivemos. É continuo esse processo de aprender. Os alunos nos ensinam muitas coisas, o aluno com deficiência nos faz refletir muito sobre nossas práticas na escola. **P AEE** – eu penso isso sempre comigo, da questão da prática, do que as pessoas com deficiência elas nos ensinam, porque muitas pessoas pensam que os alunos com deficiência são todos iguais que é como se fosse uma caixinha, e não é nada assim, cada aluno tem suas especificidades, suas particularidades, cada um é único mesmo. **P2** – cada aluno tem sua personalidade, seus gostos, seu entendimento, suas relações, isso tudo vem junto com o aluno. **PAEE** – é por isso que a formação continuada é necessária, sempre tem que existir, e digo de forma partilhada, porque minha experiência ela pode ajudar a outras pessoas que estão na mesma dificuldade ou de forma similar. Não considero que somente a exposição dos conteúdos é suficiente, é necessário partilhar as experiências vivenciadas no dia-a-dia da escola. **P1** – isso ajuda até o colega que há vezes se sente importante, de não está sabendo lidar com suas especificidades na sala de aula, então essa partilha é fundamental na perspectiva da formação do professor. **P AEE** – ele necessita ser continuada mesmo **P1** – é como tem na bíblia, auxilia carregar o fardo do outro, quando se troca essas experiências. **G1** – com certeza, é necessário, porém temos pouca formação mesmo, somos carentes. **P3** - essas lacunas que temos acarreta diretamente na nossa formação, a falta dessa formação nos dificulta entender tanto da EA e da EI, que são áreas da Educação tão importante para compreender as relações dos seres humanos e seres vivos de um modo geral. É interdisciplinar mesmo. **P1** – eu acho importante falar sobre essas duas práticas de educação seja a EA e a EI. É relevante fazer essas abordagens, favorece um melhor aprendizado dos alunos, acaba favorecendo a toda a comunidade em geral, do ambiente escolar, outros grupos sociais onde os alunos vivenciam, seja em casa, na igreja, com a família. **P2** – e muito importante estudar essas duas áreas de conhecimento e perceber suas relações, e sugiro que possamos ter momento de reflexão sobre essa abordagem.

**G2** – achei interessante vivenciar essas discussões. **P3** – eu acho importante, demais porque conscientizar o sujeito da importância dele no meio ambiente e perceber suas relações são fundamentais para a vida do aluno, porque muito veem a EA como planta, água, lixo e animais, e não percebem a grandiosidade do que a EA nos apresenta, não vendo essas questões como secundárias, são também importantes, mas também buscar o reconhecimento desse aluno dentro desses contexto, do contexto do meio, ele como parte, a aluno com protagonista de tudo que está acontecendo. **P AEE** - Estudar a EA e a EI é saudável, porque se enquanto escola a gente busca trabalhar a formação do aluno de forma integral, ou seja, além do cognitivo o aluno precisa se entender como pessoas, porque quando eu penso na inclusão do PcD na escola, eu entendo que ele é o ambiente que faz parte no ambiente. Não tem como dissociar educação de educação ambiental, ela é educação para a vida. **P1** – tudo isso faz parte do processo de construção, de crescimento, de troca, e essa conscientização, voltando no que já discutimos no início, é fazer com que nós professores e alunos, toda a comunidade, a sociedade entende que somos seres, que nós interferimos no meio e o meio vai interferir em nós, tenha essa interferência sobre nós, e que eu preciso de você, você precisa de mim, nós precisamos de todos, e tudo vai voltar para nós e nós vamos interferir, é muito importantes esse debate para todos nós. **G1** – concordo com tudo que foi debatido aqui, que possamos ter capacitações, curso, que sejam voltados para as áreas de EA e de EI. Esses temas são de fundamental importância, somos produto do meio, que essa mensagem a aprendizagem chegue a todos, isso é a função da Educação.

Aracaju, 02 de julho de 2016.

Anderson de Araujo Reis  
Transcritor